



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

DENISE APARECIDA DA SILVA

***FEMINISMO SEM DEMAGOGIA – ORIGINAL: COMO
RECURSOS TEXTUAIS E DISCURSIVOS PODEM
INDICAR O PERTENCIMENTO DA PÁGINA AO CAMPO
POLÍTICO***

**CAMPINAS
2020**

DENISE APARECIDA DA SILVA

***FEMINISMO SEM DEMAGOGIA – ORIGINAL: COMO
RECURSOS TEXTUAIS E DISCURSIVOS PODEM
INDICAR O PERTENCIMENTO DA PÁGINA AO CAMPO
POLÍTICO***

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Mestra em
Linguística.**

Orientadora: Profa. Dra. Anna Christina Bentes da Silva

Este arquivo digital corresponde à versão final da dissertação de mestrado defendida pela aluna Denise Aparecida da Silva e orientada pela Profa. Dra. Anna Christina Bentes da Silva

**CAMPINAS
2020**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

Si38f Silva, Denise Aparecida da, 1991-
Feminismo sem Demagogia - Original : como recursos textuais e discursivos podem indicar o pertencimento da página ao campo político / Denise Aparecida da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Anna Christina Bentes da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Política. 2. Feminismo. 3. Análise do discurso. 4. Redes sociais. I. Silva, Anna Christina Bentes da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Feminismo sem Demagogia - Original : how textual and discursive resources can indicate de page's belonging to the political field

Palavras-chave em inglês:

Politics
Feminism
Discourse analysis
Social networks

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestra em Linguística

Banca examinadora:

Anna Christina Bentes da Silva [Orientador]
Iara Aparecida Beleli
Jane Quintiliano Guimaraes Silva

Data de defesa: 25-11-2020

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-8043-8296>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8421035104876454>



BANCA EXAMINADORA:

Anna Christina Bentes da Silva

Jane Quintiliano Guimarães Silva

Iara Aparecida Beleli

**IEL/UNICAMP
2020**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

A caça às bruxas nunca terminou, mas as mulheres também nunca deixaram de resistir”.

Silvia Federici

A todas que, além do desafio de enfrentarem a vida como seres humanos, têm de enfrentá-la como mulheres em um mundo ditado pelo masculino.

AGRADECIMENTOS

Durante este trabalho, passei por situações difíceis que me forçaram a me reinventar como filha, como namorada, como amiga, como mulher; e nessas reinvenções mudei muitas vezes de lugares internos e externos. Tive de enfrentar a vida-morte-vida em vários momentos. Então, agradeço, primeiramente, ao poder da transformação. Aos inícios e aos fechamentos de ciclo. À mulher que eu fui e à mulher que permiti me tornar. Assim, também agradeço à Mulher Selvagem que vive em meu interior e que me ajuda a entender que as pragas não são apenas pragas; mas, na verdade, são indicativos de que há um problema com o solo psíquico.

Agradeço aos meus pais, que me criaram com base em valores muito importantes para que eu conseguisse chegar onde cheguei: no amor, no trabalho, nos estudos... Vocês sempre serão a bússola que me guia em todos os caminhos, por mais tortuosos que sejam. Vocês sempre serão o meu lugar de amor e proteção.

Agradeço à Anna Bentes por ter me orientado de forma precisa e profunda, mas também empática. Você é uma professora e pesquisadora exemplar!

Agradeço à Renata, que acreditou em mim antes mesmo que eu pudesse e conseguisse acreditar.

Agradeço à Rafa, que – parafraseando Oswaldo Montenegro – é metade amor e a outra metade... também. Obrigada por me mostrar como a vida pode ser encarada de forma mais leve quando amamos e nos permitirmos a entrega ao amor.

Agradeço ao Valter, que – por mais que não estejamos juntos como ficamos por longos anos – sempre me apoiou em tudo que eu quisesse fazer. É importante lembrar que almas afins são para a vida toda.

Agradeço a todas as minhas amigas, as quais estiveram comigo tanto nos momentos divertidos e loucos quanto nos momentos de tristeza e provação.

Agradeço ao CNPq por ter fornecido a bolsa para que eu conseguisse me dedicar a este trabalho. Sem ela, não sei se conseguiria chegar ao fim da pesquisa.

Agradeço à Iara Beleli e à Jane Quintiliano, que nos auxiliaram tanto na qualificação quanto na defesa com apontamentos muito pertinentes para que a pesquisa fosse aprimorada.

Enfim, a todos que me ajudaram nessa trajetória (os citados e os não citados), meu afeto. Nenhum ser humano é uma ilha e fico feliz e imensamente grata que vocês tenham sempre me comprovado isso.

RESUMO: Este trabalho tem como objeto de estudo a página *Feminismo sem Demagogia – Original*. Essa escolha justifica-se pela relevância, dentro do Facebook, da página, a qual é demonstrada através da quantidade elevada de curtidas, estando entre as páginas feministas com maior audiência do Brasil e sendo a com maior audiência dentro da vertente do feminismo marxista. Além disso, a página é bastante ativa, tendo postagens diárias. Ademais, outro ponto que reforçou a escolha do movimento feminista representado nas redes sociais foi a ideia de Castells (2013) de que o poder é também exercido pelas redes e esse se estabelece, primordialmente, pelo poder da comunicação. Com base nisso, temos como objetivo analisar como recursos de natureza textual-discursiva auxiliam na compreensão do pertencimento da página *Feminismo sem Demagogia - Original* ao campo político. Para isso, como definição de campo político, seguimos a conceituação de Bourdieu (2011), o qual o caracteriza como um microcosmo em que o agente profissional deve ter o *habitus* político, conhecendo a linguagem própria do campo, e ser porta-voz de determinados grupos com base na defesa de ideias-força. A partir desse objetivo geral, seguimos alguns objetivos específicos: (i) analisar como o tópico discursivo ajuda a caracterizar a página *Feminismo sem Demagogia – Original* como pertencente ao campo político e a analisar como esse pertencimento se sustenta no Facebook; (ii) analisar a página *Feminismo sem Demagogia – Original* como um ator social político; (iii) identificar os atores sociais que compõem a página e analisar suas relevâncias para o estudo; (iv) analisar os supertópicos e os principais quadros tópicos dos textos selecionados; e (v) examinar como o recurso linguístico do tópico discursivo é essencial para que se sustente a tese de que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* pertence ao campo político. Para, então, concretizar essa pesquisa, escolhemos constituir o *corpus* com base na coleta de postagens durante um mês. Delimitamos a data de coleta de 11 de março de 2019 a 11 de abril de 2019 e, a partir dessa seleção, o *corpus* foi constituído por 95 textos. Com base nas análises desses, pudemos perceber que, por conta da maior horizontalidade presente nas relações das redes sociais, diversos assuntos surgem nos tópicos, os quais podem ser divididos em quatro grandes eixos temáticos, tais quais: (i) violências contra a mulher; (ii) assuntos sociopolíticos dos feminismos; (iii) assuntos relacionados ao eixo do feminismo marxista. Nesses tópicos, também foi percebida a presença de diversas ideias-força, as quais são defendidas com base no postulado de que a fala é uma modalidade de ação (HANKS, IDE & KATAGIRE, 2009). Outrossim, foram notadas as diferentes tomadas de posições dos atores sociais dentro do campo,

que são o norte para entendermos o discurso e as ações de cada ator dentro do campo político, e a construção de uma *self-fulfilling prophecy* coletiva e polifônica, uma vez que o poder de voz e o poder de ser porta-voz é muito importante, podendo ser considerada uma *illusio* por parte do ator social político analisado.

Palavras-chave: Campo político - Feminismo marxista – Tópico discursivo – Redes sociais

ABSTRACT: This work has as an object of study the Facebook page called *Feminismo sem Demagogia – Original*. This choice is justified by the relevance of this page within Facebook, demonstrated through the high number of likes, which puts it as one of the most popular feminist pages in Brazil and as the page with the largest audience within the axis of Marxist feminism. Moreover, this page is very active, with daily posts. In addition to that, another point that reinforced the choice of the feminist movement represented on social networks was Castells' idea (2013) that the power is also exercised through networks and it is primarily established through the power of communication. Based on this, our objective is to analyze how resources of textual discursive nature help to understand the belonging of *Feminismo sem Demagogia – Original* to the political field. In order to do that, regarding the definition of political field, we followed Bordieu's concept (2011), which characterizes it as a microcosm in which the professional agent must have the political *habitus*, knowing the language of the field, and they must be the spokesperson of certain groups based on the defense of strength-ideas. From this general objective, we followed some other specific objectives: (i) to analyze how the discursive topic helps to characterize the *Feminismo sem Demagogia – Original* page as belonging to the political field and to analyze how this belonging is sustained on Facebook; (ii) to analyze the *Feminismo sem Demagogia – Original* page as a social-political actor; (iii) to identify the social actors that compose the page and to analyze their relevance to this study; (iv) to analyze the super-topics and the main topic boards from the selected texts; and (v) to examine how the linguistic resource from the discursive topic is essential to support the thesis that the *Feminismo sem Demagogia – Original* page belongs to the political field. In order to carry out this research, we chose to constitute the *corpus* based on a collection of posts published in the span of one month. We limited the date of the collection to the period between March 11th 2019 and April 11th 2019 and, from this gathering, the *corpus* was constituted by 95 texts. According to the analysis of these texts, we were able to realize that, due to the horizontality of the interactions on social networks, several subjects come up within the topics, which can be divided into three major thematic axes, such as: (i) violence against women; (ii) socio-political issues of feminisms; (iii) issues related to the Marxist feminism axis. In those topics, it was also noted the presence of several strength-ideas which are defended based on the postulate that speech is a modality of action (HANKS, IDE & KATAGIRE, 2009). Furthermore, the different positions taken by the social actors within the field were noted, and they are our guide to understand the

discourse and the actions of every actor within the political field, as well as the construction of a collective and polyphonic *self-fulfilling prophecy*, since the power of voice and the power to be a spokesperson are very important and can be considered an *illusio* by the political actor in question.

Keywords: Political field – Marxist feminism – Discursive topic – Social networks

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
A PÁGINA <i>FEMINISMO SEM DEMAGOGIA – ORIGINAL</i>, AS REDES SOCIAIS E A ESFERA PÚBLICA	20
1.1 A página <i>Feminismo sem Demagogia – Original</i>	20
1.2 Redes sociais e atores sociais	27
1.3 A esfera pública e as redes sociais	29
1.4 Algumas conclusões	35
CAPÍTULO 2	
CAMPO POLÍTICO E FEMINISMOS	36
2.1 Conceituação de campo social	36
2.2 O campo político	45
2.3 Feminismos: movimentos políticos e intelectuais	50
2.3.1 Feminismo marxista no Brasil	60
2.4 Algumas conclusões	65
CAPÍTULO 3	
RECORTE METODOLÓGICO, DISPOSITIVO ANALÍTICO E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	66
3.1 O recorte metodológico	66
3.1.1 Recorte textual: a categoria tópico discursivo	67
3.2 Da constituição do <i>corpus</i> : as postagens da página <i>Feminismo sem Demagogia – Original</i>	78
3.3 Algumas conclusões	80

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES ENTRE TÓPICO DISCURSIVO E CAMPO SOCIAL NA PÁGINA *FEMINISMO SEM DEMAGOGIA – ORIGINAL* 81

4.1 Os atores sociais da página *Feminismo sem Demagogia – Original* e as ideias-força 81

4.2 Tópicos discursivos das postagens da página *Feminismo sem Demagogia – Original* 98

4.3 Algumas conclusões 116

CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 124

INTRODUÇÃO

Este trabalho partiu da necessidade de entender melhor a relação entre campo político¹ e feminismos, já que estes últimos são também movimentos que vêm encontrando uma oposição política crescente nos últimos anos, o que me levou a investigar sua importância dentro desse campo. Para isso, escolhemos como *locus* de estudo a página *Feminismo sem Demagogia – Original*, que – como tentaremos demonstrar – apresenta-se como um importante ator social político no interior do *Facebook*, com uma quantidade elevada de curtidas, estando entre as páginas feministas com maior audiência do Brasil. Além disso, a página é bastante ativa, com postagens diárias.

Para nossa análise, decidimos estabelecer uma relação - até então não abordada em trabalhos acadêmicos anteriores - entre linguagem (neste caso, usando como dispositivo de análise o tópico discursivo), campo político (BOURDIEU, 1989; 2011) e feminismos nas redes sociais, já que o poder da página *Feminismo sem Demagogia – Original* advém do fato de ela levar a cabo discussões públicas que dão, a nosso ver, base à esfera pública constituída nas e pelas redes sociais. Ademais, ela é um ator social que busca atuar nas redes sociais em defesa das pautas de um eixo político, o feminista marxista. O trabalho com a página *Feminismo sem Demagogia – Original* se mostra importante porque, apesar de ser uma página com muitos seguidores, ainda não foi feito nenhum trabalho voltado para a análise dessa página que enfoque sua atuação no campo político a partir de uma determinada vertente filosófica: o feminismo marxista. Outro ponto que reforçou a escolha de um dos movimentos feministas representados nas redes sociais foi a ideia de Castells (2013) de que o poder é também exercido pelas redes, estabelecendo-se primordialmente, pelo poder da comunicação.

A partir dessas questões, surgiram as hipóteses de que a mobilização de determinados atores sociais nas postagens da página auxiliaria no pertencimento dessa ao campo político; e de que a análise dos supertópicos e dos quadros tópicos traria uma visão mais clara de como os projetos temáticos do campo político e da esfera pública brasileiros estão fortemente presentes na página *Feminismo sem Demagogia – Original*. Por conta de uma proposta de maior horizontalidade das relações nas redes sociais,

¹ Este conceito, juntamente com o conceito mais amplo de campo social, será explicado e explanado melhor no capítulo 2.

também fizemos a hipótese de que os supertópicos e as menores unidades dos quadros tópicos estariam encarnando assuntos de maior complexidade, de maior teor censurável na mídia tradicional, tais como revistas, jornais e os programas televisivos.

Todas essas hipóteses serão trabalhadas ao longo deste trabalho, que é guiado pelo objetivo geral de analisar como recursos de natureza textual-discursiva auxiliam na compreensão do pertencimento de uma página ao campo político. E, como objetivos específicos, tem-se o propósito de:

- (i) analisar como o tópico discursivo ajuda a caracterizar a página *Feminismo sem Demagogia – Original* como pertencente ao campo político e a analisar como esse pertencimento se sustenta no Facebook;
- (ii) analisar a página *Feminismo sem Demagogia – Original* como um ator social político;
- (iii) identificar os atores sociais que compõem a página e analisar suas relevâncias para o estudo;
- (iv) analisar os supertópicos e os principais quadros tópicos dos textos selecionados;
- (v) examinar como o recurso linguístico do tópico discursivo é essencial para que se sustente a tese de que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* pertence ao campo político.

Para o alcance dos objetivos a que nos propomos, no presente trabalho, constituímos o *corpus* com base na coleta de postagens durante um mês, de 11 de março de 2019 (após a comemoração do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08 de março) a 11 de abril de 2019, sendo que o *corpus* foi constituído pelos 95 textos publicados pela página nesse período. Com base nesses textos, levantamos e analisamos os atores sociais que constituem a página e identificamos e analisamos os supertópicos dos textos, apresentando seus principais quadros tópicos. Em seguida, traçamos relações entre os supertópicos e o pertencimento da página ao campo político. Foram identificados os supertópicos dos 95 textos. Foram escolhidos 6 textos para a reconstrução dos quadros tópicos e para demonstrar melhor os modos de centração desses textos.

Para melhor apresentar o *corpus* selecionado, construímos a tabela abaixo que mostra a data das postagens, em ordem cronológica, bem como os (as) autores (as) e/ou a origem dos textos.

Tabela 1: Seleção das postagens da página *Feminismo sem Demagogia – Original* para compor o *corpus*

Postagens selecionadas da página <i>Feminismo sem Demagogia – Original</i>		
Número	Data	Ator social
1	11/03/2019	Gleide Davis
2	11/03/2019	Laura Erber
3	11/03/2019	Gleide Davis
4	11/03/2019	Elika Takimoto
5	11/03/2019	Tamires Marinho
6	11/03/2019	Ana Paula Evangelista (em <i>Brasil de Fato</i>)
7	11/03/2019	Geledés
8	11/03/2019	Economia UOL
9	11/03/2019	G1
10	12/03/2019	Gleide Davis
11	12/03/2019	Leonardo Sakamoto
12	12/03/2019	Iuri K.
13	12/03/2019	Gleide Davis
14	12/03/2019	G1
15	12/03/2019	Carol Scorce (em <i>Carta Capital</i>)
16	12/03/2019	Isto é
17	12/03/2019	Revista Fórum
18	12/03/2019	Allan de Abreu (em <i>Revista Piauí</i>)
19	12/03/2019	Cristiane Sampaio
20	12/03/2019	Isto é
21	13/03/2019	Gleide Davis
22	13/03/2019	Jeane Tavares
23	14/03/2019	Matheus Alves
24	14/03/2019	Gleide Davis
25	14/03/2019	Palas Atena
26	14/03/2019	Rillary Apolinario
27	14/03/2019	Beatriz Blanco
28	14/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
29	14/03/2019	Geledés
30	14/03/2019	Gleide Davis
31	15/03/2019	Verinha Dias
32	15/03/2019	Tamires Marinho
33	15/03/2019	Gleide Davis
34	15/03/2019	Feiticeira de Lúcifer

		Mamba Negra
35	15/03/2019	Az Minas
36	16/03/2019	Denize Reis
37	16/03/2019	Patrícia Lélis
38	17/03/2019	Tamires Marinho
39	17/03/2019	Felipe Politano
40	17/03/2019	Sibyllas
41	17/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
42	17/03/2019	Dodô Azevedo (em <i>GI</i>)
43	17/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
44	18/03/2019	Gleide Davis
45	18/03/2019	Sibyllas
46	18/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
47	18/03/2019	Victor Lima (em <i>Gazeta Web</i>)
48	18/03/2019	Fabiana Paes
49	21/03/2019	Mariana Oliveira
50	21/03/2019	Djonga
51	21/03/2019	Gleide Davis
52	21/03/2019	Amandona da Razão
53	21/03/2019	Tamires Marinho
54	22/03/2019	Max Maciel
55	22/03/2019	Sibyllas
56	22/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
57	22/03/2019	Pheeno
58	22/03/2019	Vera Dias, em depoimento a Gabriela Varella (em <i>Época</i>)
59	23/03/2019	Tamires Marinho
60	23/03/2019	Karl Marx
61	23/03/2019	Carolina Sales Vieira
62	23/03/2019	Gleide Davis
63	24/03/2019	Gleide Davis
64	24/03/2019	Gleide Davis
65	26/03/2019	Sam
66	26/03/2019	Blogueiras feministas
67	26/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
68	26/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
69	28/03/2019	Eu desisto
70	28/03/2019	Tamires Marinho
71	28/03/2019	Laura Caroline

72	28/03/2019	Miranda Wa
73	30/03/2019	Gleide Davis
74	31/03/2019	Tamires Marinho
75	31/03/2019	De filha para filha: conhecendo a mãe narcisista
76	31/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
77	31/03/2019	Feminismo sem Demagogia – Original
78	01/04/2019	Lebiscapeta
79	01/04/2019	Um filme me disse
80	01/04/2019	Coletivo Margarida
81	02/04/2019	Cartoons da Amanda
82	02/04/2019	Somos Todas Bruxas
83	02/04/2019	Andrea Werner em <i>Revista Crescer</i>
84	04/04/2019	Gleide Davis
85	04/04/2019	Ator social ocultado pela página Feminismo sem Demagogia – Original
86	04/04/2019	Geledés
87	05/04/2019	Irene Curie
88	08/04/2019	Samuel Braun
89	08/04/2019	FalaLaraa
90	08/04/2019	Filhos afetados por pais sem estrutura
91	08/04/2019	G1
92	09/04/2019	G1
93	10/04/2019	Tamires Marinho
94	10/04/2019	Gleide Davis
95	11/04/2019	Anne Rammi

A partir dessa tabela, é possível perceber a variabilidade tanto da quantidade de textos diários como da autoria das postagens. Para a análise desse *corpus*, o presente trabalho organiza-se em quatro capítulos. No primeiro, apresentaremos os conceitos de redes sociais, atores sociais e esfera pública. Também apresentaremos a página *Feminismo sem Demagogia – Original* bem como sua importância como ator social político dentro da rede social *Facebook* por trazer à tona discussões públicas que, em nossa perspectiva, dão base à esfera pública, constituída nas e pelas redes sociais. No segundo, discorreremos sobre os conceitos de campo social, especificamente, de campo político. Após, apresentaremos o movimento feminista a fim de apresentá-lo como pertencente ao campo político por meio da apresentação do seu percurso no Ocidente e,

principalmente, no Brasil. Por fim, explanaremos a vertente feminista à que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* pertence: o feminismo marxista. No terceiro capítulo, apresentaremos o recorte metodológico e o dispositivo analítico utilizado como categoria de análise do *corpus*: o tópico discursivo. Por fim, explicaremos sobre a constituição do *corpus* e as justificativas para a escolha das amostras. No quarto capítulo, apresentamos as análises do nosso *corpus*, traçando relações entre o nosso dispositivo analítico com os conceitos já vistos. Utilizaremos algumas ferramentas do conceito de campo social (tais quais – por exemplo – *habitus*, eixos, agentes e seus posicionamentos no campo e ideias-força) para traçar análises, juntamente com os conceitos de esfera pública, redes sociais, atores sociais e feminismo marxista. Para isso, primeiramente é discorrido sobre os atores sociais mobilizados pela página *Feminismo sem Demagogia – Original* e, posteriormente, sobre os tópicos (supertópicos e quadros tópicos) das postagens.

Capítulo 1

A PÁGINA *FEMINISMO SEM DEMAGOGIA – ORIGINAL*, AS REDES SOCIAIS E A ESFERA PÚBLICA

Neste capítulo, apresentaremos os conceitos de redes sociais, atores sociais e esfera pública. Também apresentaremos a página *Feminismo sem Demagogia – Original* bem como sua importância como ator social político dentro da rede social *Facebook* por trazer à tona discussões públicas que, em nossa perspectiva, dão base à esfera pública, constituída nas e pelas redes sociais.

1.1 A página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Redes sociais como o *Facebook* mostram-se ambientes profícuos para que encontremos a manifestação de relações de poder tecidas, principalmente, a partir da construção de significado, e por meio de mecanismos de manipulação simbólica (CASTELLS, 2013). Nesses espaços, podemos observar nitidamente tanto a presença do poder, quanto do contrapoder, visto que as redes sociais são caracterizadas como apresentando um caráter horizontal e uma hierarquia menos rígida (MARTINO, 2015). O contrapoder é “a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p.13). Nesse sentido, as redes sociais potencializam os movimentos sociais que, ainda segundo o autor, são constituídos “mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional” (CASTELLS, 2013, p.18). Para os movimentos sociais, as redes sociais são de extrema importância porque podem possibilitar ações de mobilização, organização, deliberação, coordenação e expansão, além de proteger “o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada” (CASTELLS, 2013, p.260. Exemplo de movimento social que encontrou solo profícuo para a exposição de contrapoder nos sites de redes sociais são os feminismos.

Os movimentos feministas encontraram nas redes sociais “uma nova frente para sua ação, a qual se tornou o meio por excelência para potencializar as lutas da esfera pública” (LANGNER; ZULIANI; MENDONÇA, 2015, p.5). Nesse sentido, as redes

sociais possibilitam “a disseminação dos ideais feministas, em especial porque propiciam às próprias feministas produzirem e divulgarem o conteúdo com facilidade e amplitude na rede” (LANGNER; ZULIANI; MENDONÇA, 2015, p.5). Consoante Miguel & Boix (2013), esse trabalho é facilitado, principalmente, pelo fato de a internet e, conseqüentemente, suas redes sociais, serem concebidas de forma plana, em que todos os nós são iguais, não havendo hierarquias. Assim, a capacidade de gerar e difundir informações “dependerá mais de uma boa estratégia e conhecimento das redes do que da potência de alguém no mundo virtual”, fazendo com que as mulheres possam atuar e estabelecer relações entre si de maneira mais cômoda (MIGUEL & BOIX, 2013, p.74), um pouco mais livre da desigualdade presente nos espaços físicos.

Consoante Albu (2017), além das características citadas, há mais três que fazem com que o ambiente virtual seja promissor para os movimentos feministas. Primeiro, esse local apresenta-se como “uma alternativa aos espaços *off-line*, mais difíceis de serem acessados, dada a concentração regional de oportunidades, riqueza e as barreiras geográficas existentes” (ALBU, 2017, p. 4). Segundo, as plataformas digitais permitem certa anonimidade e não-exposição física, o que as configuram como ambientes seguros, se justapostos a espaços não-virtuais. Terceiro, essas plataformas criam e recriam espaços comunitários “onde mulheres podem dividir experiências e procurar apoio sobre violência de gênero em suas mais variadas formas, sendo muito similares aos grupos de conscientização das décadas de 1960 e 1970” (ALBU, 2017, p. 4).

Dentro desse contexto de uso da internet – aqui, especificamente das redes sociais -, encontra-se um importante ator social que é a página do *Facebook Feminismo sem Demagogia – Original*², nosso objeto de estudo. Ela foi fundada em outubro de 2012 por Vera Lúcia Dias da Silveira e, no momento, conta com 1.068.696 pessoas que a curtem e 1.057.097 pessoas que a seguem.

Esses números já demonstram a expressiva relevância dessa página dentro do *Facebook*, mas é interessante observar, além disso, que ela também possui um alto índice de interação com outros atores sociais dessa rede social, visto que muitas de suas postagens apresentam grande quantidade de compartilhamentos, curtidas e comentários, demonstrando que o seu conteúdo é apreciado e replicado (principalmente por meio da

² Página disponível através do link <https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/>

ferramenta “compartilhar”). Como exemplo, podemos observar duas postagens, do mesmo dia, que tiveram forte repercussão:

Figura 1: postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

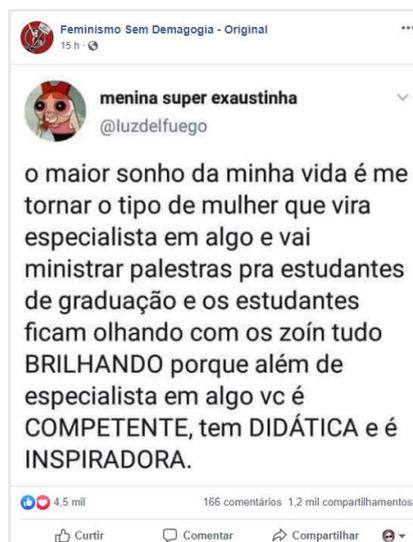


Figura 2: postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Essas postagens apresentam temáticas importantes dos movimentos feministas (o empoderamento social e político das mulheres e a violência contra a mulher) e, assim, tiveram – respectivamente - 4,5 mil e 3,5 mil reações, 166 e 214 comentários, 1,2 mil e 666 compartilhamentos. Esses números também nos mostram a relevância da página *Feminismo sem Demagogia – Original* a partir da forte interação dela com outros atores sociais do *Facebook*, o que possibilita que esses conteúdos atinjam outra dimensão ao serem reproduzidos facilmente por outros atores, ao serem espalhados nas redes entre os diversos grupos, ao circularem, tornando-se objeto de conversações; dessa forma, conseguem moldar e expressar opiniões, gerar debates e amplificar ideias (RECUERO, 2014).

É importante frisar que as opções de curtir, comentar e compartilhar são funções conversacionais (RECUERO, 2014), visto que a opção de curtir alguma publicação é sinal de que o ator social pretendeu tomar parte na conversação sem elaborar um comentário, mas posicionando-se em relação à postagem ao curtir e/ou compartilhar. A ação de compartilhar faz com que tanto a mensagem como o ator social recebam maior visibilidade porque outros atores sociais (pessoas ou páginas) vão se apropriar daquela mensagem, o que constitui “uma forma de legitimar a face e construir capital social através da cessão da informação para a rede” (RECUERO, 2014, p. 120). Por fim, a função de comentar é a prática conversacional mais evidente e que “parece envolver um maior engajamento do ator com a conversação e um maior risco para a face, pois é uma participação mais visível” (RECUERO, 2014, p.121).

Para Bourdieu (1983), o conceito de capital social tem uma conexão muito forte com o grupo que o produz, já que está relacionado com a noção de pertencimento a ele ou a uma rede social. Assim, teria dois componentes: um recurso que é conectado ao pertencimento a um determinado grupo, ou seja, às relações que o ator é capaz de manter; e o conhecimento e reconhecimento mútuo dos participantes de um grupo. Dessa forma, para Bourdieu (1983), o capital social configura-se pelas relações entre os atores sociais e não nos próprios atores, o que demonstra a importância da interação nas redes sociais para conseguir alcançar esse tipo de capital.

Segundo Recuero (2014), a noção de capital social é usada na análise de redes sociais para melhor caracterizar a qualidade das conexões e das informações de uma rede social na internet. Esse conceito refere-se, grosso modo, aos valores associados a

um determinado ator social por este fazer parte de determinadas redes sociais. Em consonância com as postulações do sociólogo Pierre Bourdieu, a noção de capital social é importante, pois a circulação não é somente de informações, mas de valores sociais, os quais são levados em conta pelos atores sociais nesse processo de assimilação e compartilhamento de informações que, nesse contexto, são consideradas como “persistentes, capazes de ser buscadas e organizadas, direcionadas a audiências invisíveis e facilmente replicáveis” (RECUERO, 2009, p.46).

É possível afirmar que a página *Feminismo sem Demagogia – Original*, a partir de sua expressiva interação com outros atores sociais do *Facebook* consegue construir e consolidar capital social dentro da vertente marxista do movimento feminista e para além dela, já que essa página é um tipo de ator social que busca influir na opinião pública, o que parece conseguir, se considerarmos, por exemplo, a quantidade de ações de compartilhamento de seus posts. Nesse sentido, a página de fato pode ser considerada um ator social político.

A referida página também assume, em relação ao tema do feminismo, uma determinada teoria social: o marxismo. Vejamos a seção “Sobre nós” da página, atualizada em 25 de março de 2018:

A página **Feminismo sem Demagogia** é uma espaço destinado ao debate a respeito do feminismo pelo viés **MARXISTA**, e opressão machista/capitalista sobre as mulheres. O espaço está aberto para todas as mulheres, cis e não cis, e homens que queiram compor como aliados a luta e que fique claro, somente homens que queiram compor como aliados, respeitando o protagonismo das mulheres. Ressaltamos que a orientação da página é o **FEMINISMO MARXISTA**. As feministas da esquerda revolucionária Marxista entendem a luta contra o machismo como uma luta inseparável da luta de classes. Entendemos que o feminismo é uma parte importante da luta, pois impulsiona as demandas específicas das mulheres. Entendemos que é extremamente importante que homens compreendam que a luta das mulheres deve ser apoiada por eles também. Que homens e mulheres devem aliar-se para a luta contra divisão de classes, contra esta elite (que é a verdadeira minoria), que se pôs ao topo do sistema econômico e se beneficia das discriminações sobre as diferenças, inclusive fortalecendo dentro deste cenário a desqualificação da mulher e o elogio à superioridade do homem com a clara intenção de nos separar, de nos pôr em guerra uns contra os outros sem notarmos que, enquanto isso, o inimigo real deita e rola sobre nossas costas cansadas e arqueadas do peso desta opressão que nos impuseram. Só os trabalhadores, homens e mulheres, atuando em conjunto num movimento revolucionário poderão destruir a sociedade de classes e com ela a opressão sobre as mulheres de forma definitiva. Leia mais sobre o Feminismo Marxista: <http://feminismosemdemagogia.com.br/feminismo-revolucionario-da-esquerda-marxista/> Esta página recebe o acréscimo "original" devido a existirem duas páginas chamadas "feminismo sem demagogia", que também pertencia a este coletivo porém, foi invadida e as moderadoras destituídas de seus cargos de gerenciamento da página. Pedimos

aos seguidores que deem dislike na página "Feminismo sem Demagogia" e passem a seguir a "Feminismo Sem Demagogia Original".
 Denuncie: - Violência contra mulher - Ligue 180 (atende 24 hs);
 - Racismo: Ligue SOS RACISMO 0800-77-33-886
<http://www.al.sp.gov.br/comunidade/sos-racismo>;
 - Homofobia: Disque 100 para denunciar a Homofobia; - Abuso e Exploração contra Crianças: Dique 181.

Nesse texto, a vertente da página é apresentada a partir de diversos conceitos e categorizações tais como: “marxista”, “esquerda revolucionária”, “luta de classes”, “divisão de classes”, “sistema econômico”, “elite”, “trabalhadores”, “movimento revolucionário”, “sociedade de classes”. A opressão que a mulher sofre é caracterizada não apenas como machista, mas também como capitalista e é ressaltado em caixa alta, duas vezes, que a orientação do feminismo está relacionada ao marxismo, para que não haja dúvida. No texto, percebe-se também que os homens (diferentemente de outras vertentes feministas) são chamados para participar e apoiar a luta das mulheres, a fim de combaterem, juntos, o sistema capitalista, que é visto, nessa vertente, como o maior opressor e, logo, o maior inimigo a ser enfrentado. No final dessa descrição, é indicado que se acesse outro *hiperlink* para saber mais sobre o feminismo marxista. Deste segundo texto indicado para leitura, é relevante ressaltar alguns trechos para que entendamos melhor como a página se caracteriza:

“Nós somos feministas marxistas. Para nós, a luta contra todas as opressões precisa estar ligada à luta contra o capitalismo e vice-versa. A exploração e as diversas formas de opressão estão fortemente ligadas entre si. Por isso, não é possível acabar com qualquer forma de opressão nesse sistema que é fundamentado na exploração humana”.

“As opressões não surgiram no sistema capitalista. Entretanto, os patrões, que têm o interesse de garantir o maior lucro possível, se aproveitam da existência de setores oprimidos para pagar menos. Funciona assim: se o patrão precisa de alguém pra fazer faxina, pra quem ele vai pagar um bom salário e oferecer boas condições de trabalho se tem muitas mulheres na periferia (a maioria negras) que aceitam um salário baixo? Pagando um salário menor e oferecendo condições piores, ele lucra mais e sua empresa tem maior competitividade no mercado”.

“Além de tudo isso, no capitalismo, poder econômico também significa poder político. Os políticos que vencem as eleições são aqueles que recebem mais dinheiro para sua campanha política. Quem dá esse dinheiro são as empresas. Não é à toa que os políticos são quase todos homens, heterossexuais, brancos, cisgêneros, conservadores, LGBTfóbicos, machistas e racistas, afinal, eles refletem as características sociais e os interesses daqueles que bancaram financeiramente suas campanhas. Não é de se estranhar que exista uma grande bancada que defende os interesses do agronegócio, dos fundamentalistas religiosos e de diversos outros setores empresariais, sendo

que não existe nenhuma bancada de mulheres e de pessoas negras, que são a vasta maioria da população?”

“Por tudo isso, na nossa opinião, só é possível acabar com as opressões se o sistema capitalista tiver um fim e der lugar para um sistema em que as pessoas mais exploradas e oprimidas tenham voz e poder real de decisão. Só é possível chegar a uma sociedade assim se houver uma revolução realizada pelas trabalhadoras e trabalhadores e que tenha a participação ativa dos diversos setores oprimidos da sociedade, o que só pode acontecer se toda forma de opressão for combatida. É isso que nós consideramos uma sociedade socialista e é por isso que lutamos”³.

Nesses excertos, é possível perceber a visão de que o elo que mantém todas as outras opressões é o capitalismo, que não foi o criador das opressões, no entanto, aproveita-se delas para manter o sistema. Por exemplo, a subjugação das mulheres e, principalmente, das mulheres negras é vista como importante para que esse sistema econômico possa se manter ao permitir que um salário baixo seja pago para esse segmento da população, aproveitando-se da opressão existente para, assim, lucrar. Além disso, o poder econômico, nas sociedades capitalistas, está relacionado com o poder político; em vista disso, não é do interesse da maior parte dos políticos, sustentados pela lógica capitalista, programar políticas públicas que amenizem ou erradiquem a opressão não só das minorias (mulheres, negros, LGBTs, entre outros), mas também da classe trabalhadora como um todo. Dessa maneira, a exploração apenas encontrará seu fim se a opressão macro (advinda do sistema capitalista, que suporta todas as outras opressões) fosse erradicada, dando lugar a uma sociedade socialista.

Outro ponto importante presente na descrição da seção “Sobre nós” é a explicação de que a página foi invadida duas vezes e que as moderadoras foram destituídas de seus cargos e, por isso, agora existem outras duas páginas com o nome “feminismo sem demagogia”. Essa informação demonstra a expressiva importância política que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* tem nas redes sociais, dado que, segundo Martino (2015), a atividade *hacker* - com base nas noções de Direito - tende a ser vista como crime; entretanto, essa atividade pode ser interpretada como uma forma extrema de ativismo político dentro da rede. O ato de hackear a página evidencia a disputa não só entre os atores sociais, mas também entre as organizações de militantes que tentam evitar a popularização da ideia oposta quando essa está conseguindo muitos

³ FEMINISMO SEM DEMAGOGIA. 16 out. 2015. Disponível em: <https://feminisemosendemagogia.wordpress.com/2015/10/16/por-que-somos-feministas-marxistas>. Acesso em 13 mai. 2019.

seguidores e, conseqüentemente, acumulando capital dentro do campo político (BOURDIEU, 2011).

Em vista dessa primeira apresentação do nosso objeto de estudo e de sua relação com outros atores sociais, podemos afirmar que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* é um importante ator social político no interior da rede social *Facebook* e que seu poder advém do fato de levar a cabo discussões públicas que dão, a nosso ver, base à esfera pública constituída nas e pelas redes sociais. Por isso, é importante que apresentemos neste capítulo o conceito de redes sociais, de ator social e de esfera pública. E, em outros capítulos, analisaremos mais a fundo essas relações.

1.2 Redes sociais e atores sociais

É importante ressaltar, primeiramente, que, neste trabalho, não se busca uma separação entre os mundos *on-line* e *off-line*. Assim, concordamos com Miller & Slater (2004), ao afirmarem que o ambiente e os relacionamentos virtuais não podem ser estudados partindo do pressuposto de que as mídias *on-line* são apenas virtuais e não devem ser relacionadas aos elementos do *off-line*. Ao contrário disso, a relação entre os dois é mais vista como um *continuum*, posto que “há um reconhecimento do relacionamento complexo e nuançado entre os mundos *on-line* e *off-line* que produz as estruturas normativas desses dois mundos” (MILLER & SLATER, 2004, p.48). Isso é perceptível, principalmente, quando – na figura 1 da seção anterior – é trazida para a mídia virtual a informação do assassinato de uma mulher em Mandaguari com o intuito de ilustrar, na esfera *on-line*, como a violência contra as mulheres ainda é muito latente na sociedade. Ou seja, há uma relação entre os mundos *on-line* e *off-line*.

Isso dito, podemos falar sobre o conceito de redes sociais. Esse é um termo relativamente antigo nas ciências humanas, porém ganhou mais força quando a tecnologia possibilitou a construção dessas redes conectadas pela internet (MARTINO, 2015). As redes sociais podem ser definidas, segundo Martino (2015), como “uma relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes” (p.55). Consoante o autor, elas são definidas por seu caráter horizontal, posto que não apresentam hierarquia rígida. Os laços também são menos rígidos e, no geral, são formados “a partir de interesses, temas e valores compartilhados,

mas sem a força das instituições e com uma dinâmica de interação específica” (MARTINO, 2015, p.55). Essa organização possui uma vantagem, do ponto de vista democrático, que se constitui como a possibilidade dessas novas formas de interação se firmarem com um maior poder inclusivo beneficiando-se da “[...] ausência de certas marcas sociais tradicionais, o que permite que a interação da Internet crie oportunidades para serem escutadas vozes que de outro modo nunca o seriam” (DAHLGREN, 2001, p. 52).

Essas características nos levam a dois conceitos: a dinâmica e a flexibilidade. A dinâmica é a forma de interação entre os participantes e cada rede social possui um tipo dependendo da arquitetura da tecnologia em que é construída a interação. A flexibilidade das redes sociais mostra-se nos vínculos criados que, como já dito, são menos rígidos e tendem “a ser mais fluidos, rápidos, estabelecidos conforme a necessidade em um momento e desmanchados no instante seguinte” (MARTINO, 2015, p.56). Essa flexibilidade também aparece quando consideramos que as redes sociais podem mudar de tamanho dependendo da capacidade de ganhar ou perder participantes em sua dinâmica.

Martino (2015) afirma que essas conexões e interações são formadas por atores, os quais procuram atuar de forma a moldar as estruturas sociais por meio da criação de laços e constituição de nós (ou nodos), os quais são imprescindíveis para que a rede possa ser tecida. Esses atores sociais não são necessariamente humanos, pois o termo ator, no contexto das redes sociais, está relacionado à ação. Dessa forma, os atores podem ser também empresas, organizações sociais e até mesmo um site de redes sociais, como o *Facebook* ou o *Twitter*, os quais são “uma espécie de ‘nó’ de ‘nós’” (MARTINO, 2015, p.100). Por isso, podemos considerar a página *Feminismo sem Demagogia – Original* como um ator social, isto é, como um nó dentro da tessitura complexa das redes sociais. Também é importante ressaltar que essa concepção de ator social nos possibilita interpretá-lo em dois níveis: a página em si e quem escreve para ela. Essas noções serão mais aprofundadas no capítulo seguinte, quando trabalharemos com a noção de agente dentro do campo social.

A partir dessas afirmações, percebe-se que as redes sociais são marcadas pelo caráter relacional, tendo os atores sociais como os ‘nós’ das redes e as conexões como a interação entre eles, podemos ver a questão da relação como ponto fundamental para que haja o funcionamento desse mecanismo, já que Castells (1999) define uma rede como um conjunto de pontos, os ‘nós’, interconectados. Isto é, elementos que se

comunicam entre si – e, por causa disso, toda rede é uma estrutura complexa de comunicação, na qual os vários nós interagem em múltiplas ligações. Aqui é importante não apenas ver como dois indivíduos se relacionam, “mas também a maneira como essa interação interfere nas outras – daí a perspectiva de uma *relação* entre *relações*” (MARTINO, 2015, p.57).

Dentro desse contexto das redes sociais, percebe-se que, ao ocorrer a tradução das redes sociais para as mídias digitais, também ocorreu a transposição e a transformação da noção de política e de esfera pública, questões intrínsecas à maior parte das redes sociais, pois “na medida em que se misturam com a vida e alteram as relações sociais, se articulam também com as possibilidades de ação política nos vários sentidos da palavra, agregando novas dimensões à questão” (MARTINO, 2015, p.85). Em vista disso, na próxima seção, explanaremos a noção de esfera pública e sua relação com as redes sociais.

1.3 A esfera pública e as redes sociais

Jürgen Habermas - filósofo alemão -, em seu livro *Mudança estrutural da Esfera pública* (2014 [1962]), propôs o conceito de esfera pública, que busca encarnar as condições de comunicação necessárias para que haja a formação nacional e discursiva da opinião pública sobre questões relevantes para a sociedade. Dentre essas condições, incluem-se um ambiente não hierárquico, a inclusão de todos os que estão afetados, a interação fácil e livre, a não restrição de assuntos e de contribuições e a possibilidade de revisar os resultados. Percebe-se, destarte, que Habermas valoriza o poder da comunicação e, além disso, sugere que uma barreira democrática seja erguida contra a colonização de áreas do mundo pelos imperativos do sistema, ou seja, que o conceito de democracia seja centrado no discurso. Para tanto, é preciso que o poder comunicativo dirija os processos democráticos, isto é, que a sociedade civil seja capaz de construir esferas autônomas e capazes de ressoar no governo, no mercado e na mídia.

Outrossim, em sua obra mais recente, *Direito e Democracia* (1997), Habermas define a esfera pública como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos” (1997, p. 92). E também como “uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir

comunicativo, não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação cotidiana” (HABERMAS, 1997, p.92). Assim, esfera pública é caracterizada como o *lócus* da comunicação, ou seja, como os espaços nos quais as pessoas discutem questões de interesse comum, formam opiniões ou planejam a ação. Essas definições referem-se ao *lócus* constituído pelo debate e fora das arenas formais do sistema político, em que as atividades das autoridades políticas podem ser confrontadas e criticadas através do argumento racional e livre. Nessa obra mais recente, Habermas (1997) também altera a percepção do ideal de uma esfera pública única e singular para a concepção de que as esferas públicas são múltiplas, pois:

em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede super-complexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com os pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém ainda assim acessível a leigos (HABERMAS, 1997, p. 107).

Ademais, há uma diferenciação das esferas públicas de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance das informações. Dessa maneira, Habermas (1997) propõe três tipos de esfera pública: i) episódica (bares, cafés, encontros cotidianos); ii) de presença organizada (reunião de pais, público que frequenta reuniões de partidos, congressos de igreja, concertos de música, reuniões de movimentos sociais, como o feminismo - por exemplo); e iii) abstrata (que é produzida pela mídia e constituída principalmente por leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). A relação entre esfera pública e redes sociais se dá, principalmente, pela aproximação das interações em redes sociais com as desses três tipos de esfera, como veremos/ no decorrer deste trabalho.

Anos após a conceituação de Habermas, Martino (2015), em seu livro “Teoria das Mídias Digitais”, apresenta a relação entre política e redes sociais em três sentidos. No sentido estrito, a política pode ser pensada como essencialmente relacionada ao Estado, aos partidos e ao governo; aqui as redes sociais se mostram instrumento fundamental para a sedimentação das relações entre as instâncias e a sociedade, por exemplo, quando as campanhas políticas são apresentadas de diversas formas na

internet. Em sentido médio do conceito, pode-se ver a política como relacionada à administração pública e, nesse caso, os cidadãos podem acompanhar mais facilmente pelas mídias digitais as ações governamentais e tecer discussões sobre assuntos públicos. Em extensão ampla, a política pode ser abordada como qualquer manifestação ou afirmação de identidade com o intuito de direcionar a atenção dos atores sociais para uma causa, reivindicação ou problema. Aqui, é importante ressaltar que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* se enquadra nessa última relação entre política e redes sociais, posto que tem como objetivo orientar a atenção de outros atores sociais para as causas feministas, as quais estão relacionadas com reivindicações de mudanças relativas ao *status quo* da mulher na sociedade.

Para aprofundar mais a discussão sobre a política na internet, Martino (2015) levanta a relação com a esfera pública. Seria tentador pensar na internet e, principalmente, nos sites de rede social como *lócus* democrático de troca de ideias e discussões entre os cidadãos; no entanto, nem sempre as interações nesse espaço vão se constituir dentro desses parâmetros. Então, é mister refletir sobre quais elementos da internet podem aproximá-la do conceito de esfera pública. Esse espaço, mais do que físico, é também abstrato por ser formado pela interação, deliberação, debate e livre manifestação de ideias. Assim, é o lugar da formação da opinião pública (o conjunto de opiniões discutidas em público), a qual está diretamente relacionada ao conceito de democracia. A partir desses apontamentos, pode-se ser percebida a aproximação do ciberespaço com a esfera pública proposta por Habermas, já que a interação das pessoas nesse espaço tem, em sua grande parte, um caráter público, e a própria noção de “publicação” objetiva tornar algum assunto público. Outrossim, a presença de certos temas nas redes sociais parece possibilitar “a *visibilidade pública* a uma determinada discussão, aumentando sua chance de exposição e, conseqüentemente, de discussão. A esfera pública, aliás, foi pensada primeiramente como um espaço de livre exposição e debate de ideias” (MARTINO, 2015, p.92). Todavia, segundo Martino (2015), uma de suas premissas é a distinção básica entre assuntos públicos e assuntos privados. Mesmo que essa divisão não seja absolutamente rígida, torna-se fundamental para que se saiba o que vem a ser um tema próprio da esfera pública.

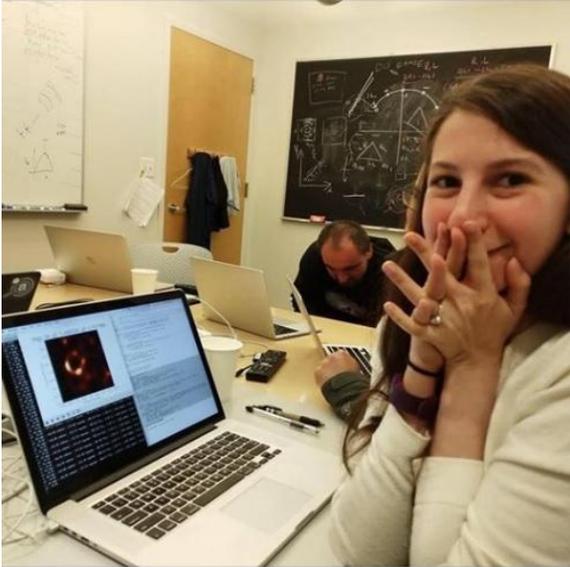
Em teoria, o espaço público é o lugar das ações visíveis, onde tudo é potencialmente visível, ou seja, tudo pode ser conhecido por todos; já o espaço particular ou privado é o local das coisas que não devem ser vistas. Porém, a internet possibilita uma outra visão sobre essa questão, uma vez que, em muitos casos, as

questões públicas e privadas são mescladas por causa da exposição, cada vez maior, de detalhes da vida particular no espaço digital. Dessa forma, a partir da oposição entre espaço público e espaço privado, torna-se difícil a delimitação das temáticas que pertenceriam à esfera pública. Nesse sentido, é necessário tecer outras considerações sobre os temas de forma a delinear melhor quais são os requisitos para que eles sejam pertencentes à esfera pública. Em primeira instância, convém lembrar que esse é também um espaço de discussão de temas de caráter político, isto é, que “dizem respeito ao indivíduo como cidadão dentro de um Estado regulado pelo Direito” (MARTINO, 2015, p.95). Para o autor, o importante aqui é a relevância que determinados temas poderiam assumir no interior dos sistemas democráticos. Por exemplo, um assunto privado pode tornar-se um assunto público caso seja relevante para um grupo de pessoas. Essa consideração é também válida para as temáticas discutidas através das mídias digitais no ciberespaço, uma vez que não basta que os temas se tornem públicos, por conta de sua divulgação na internet, para que façam parte de uma esfera pública virtual. Como já dito, esse tema precisa ser relevante politicamente para um grupo de cidadãos. Por exemplo, as decepções amorosas de alguma celebridade nas redes sociais não é assunto da esfera pública; porém, se uma celebridade é agredida por seu ex-namorado, o fato ultrapassa a barreira do pessoal e torna-se assunto da esfera pública, posto que se trata de uma agressão, o que viola direitos e, portanto, esse fato tematizado nas redes sociais adquire um caráter político e público.

Para ilustrar melhor essa distinção entre as temáticas pessoais e as que seriam assunto da esfera pública, podemos observar as seguintes postagens da página *Feminismo sem Demagogia – Original*:

Figura 3: postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

Feminismo sem Demagogia - Original
11 de abril · 🌐



Laura Erber
10 de abril [Seguir](#)

Essa imagem é bacana demais... Ela está maravilhada, ainda sem conseguir acreditar no que conseguiu realizar... Me lembrou a imagem de Varda sendo ovacionada e se escondendo dentro de um lenço...

Aqui a jovem cientista Katie Bouman responsável pela produção da imagem do buraco negro no centro da galáxia M87. Zero soberba nesse sorriso de espanto e alubrimento, apenas a emoção confusamente maravilhosa de ver o resultado de um longo processo de trabalho.

A legenda da própria Katie para a foto era: Watching in disbelief as the first image I ever made of a black hole was in the process of being reconstructed. E é bonito pensar que foi uma outra jovem cientista a responsável pela primeira imagem do DNA com sua dupla hélice. ❤️

👍❤️😮 1,7 mil 30 comentários 137 compartilhamentos

Figura 4: postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Os assuntos/tópicos abordados nas postagens são: (i) felicidade de uma cientista ao conseguir captar a primeira imagem de um buraco negro; e (ii) caso de violência contra mulher e de relacionamento tóxico. Apesar de os assuntos envolverem determinados indivíduos (no primeiro, Katie Bouman, cientista que pesquisa métodos computacionais para a geração de imagens; e, no segundo, Vera Dias), são assuntos que podem ser considerados como de interesse público e não privado porque trazem à tona temas importantes para a esfera pública, ou seja, trazem à tona temas políticos relacionados, principalmente, às reivindicações dos movimentos feministas, como a visibilidade da mulher em diversas profissões e a violência contra a mulher, seja através de relacionamentos nos quais há violência verbal, psicológica e/ou física ou por meio do estupro.

Além disso, é importante ressaltar que na esfera pública ocorrem lutas simbólicas, constituindo-se como campo de lutas, conforme postulado por Paula e Ferreira (2011). Os autores afirmam que os agentes, ao interagirem na esfera pública, não estão agindo no vácuo, mas sim estão sendo influenciados por dimensões que, muitas vezes, não se manifestam por meio da linguagem verbal durante a interação. Para pensar acerca dessas influências, eles indicam que os estudos de Pierre Bourdieu

sobre campo social contribuem para agregar outras perspectivas aos trabalhos de Habermas sobre a esfera pública, já que a disparidade na distribuição de capital simbólico, as relações de poder presentes nas lutas simbólicas e, principalmente, a correspondência (ou não correspondência) entre os pontos de vista utilizados por cada agente durante a argumentação e suas posições no espaço social compõem relevantes fatores para que se compreenda, de forma mais efetiva, os processos de deliberação. Por isso, a aproximação desses dois autores, neste trabalho, se faz pertinente para que se possa entender melhor como a página *Feminismo sem Demagogia – Original* pertence ao campo político.

1.4 Algumas conclusões

A exposição aqui realizada acerca da página *Feminismo sem Demagogia – Original* como ator social político dentro das redes sociais e da esfera pública possibilita a aproximação desses conceitos com o conceito de campo social de Bourdieu, visto que esse ator está dentro de um campo político que atua em defesa de uma perspectiva: o feminismo. Por isso, no próximo capítulo, é importante explorarmos mais as concepções de Bourdieu, com auxílio de outros atores que interpretaram e complementaram suas teorias, como Lahire (2002), Wacquant (2007), Hanks (2008), Arribas (2008), Catani (2011).

Capítulo 2

CAMPO POLÍTICO E FEMINISMOS

Neste capítulo, apresentaremos os conceitos de campo social, especificamente, de campo político. Após, discorreremos sobre o movimento feminista a fim de apresentá-lo como pertencente ao campo político por meio da apresentação do seu percurso no Ocidente e, principalmente, no Brasil. Por fim, explanaremos a vertente feminista a que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* pertence: o feminismo marxista.

2.1 Conceituação de campo social

A noção de campo social foi sistematizada por Pierre Bourdieu (1930 – 2002), sociólogo que defendia a não vulgarização burguesa da ciência e, por isso, desenvolvia uma escrita complexa para se pôr contra o senso comum. Com a criação desse conceito, o teórico inaugurou uma nova forma de pensar, ao não se basear em muitos teóricos anteriores. Segundo Catani (2011), Bourdieu iniciou a elaboração da noção de campo social no início dos anos 1960, sendo resultado de uma convergência entre as reflexões desenvolvidas em seminários na *École Normale Supérieure* e a releitura e reinterpretação (numa perspectiva relacional à análise de Max Weber) do capítulo sobre a sociologia de religião do livro *Economia e sociedade*.

A partir desses estudos, Bourdieu procurou explicar, evitando reducionismos, os acontecimentos sociais, afirmando que o objeto social era constituído não por relações naturalistas, mas sim por relações sociais entre o *habitus* e a dinâmica dos diferentes campos que constituem o espaço social. Ou seja, o conceito de campo social (como ferramenta heurística e considerado em interdependência com as noções de *habitus*, capital simbólico e relações de poder) torna-se importante para explicar as questões sociais de forma a combater a ilusão naturalista: visão inatista defensora de que os pensamentos, costumes, etc. são adquiridos naturalmente, ocultando e mascarando, assim, através do inatismo, os processos sociais de dominação. Essa dominação, decorrente do poder simbólico, é invisível e pode ser exercida com a cumplicidade “daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p.8).

Bourdieu vê o espaço social como um

campo multidimensional, o conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 1989, p.152).

Isto é, segundo Bourdieu (1989), há um espaço social mais abrangente e os campos sociais estão dentro desse espaço, constituídos como microcosmos abstratos, relacionais e relativamente autônomos ou semiautônomos, já que regulam a si mesmos ao estabelecer modalidades de consagração e reconhecimento internos. Porém, essa autonomia é relativa, posto que, a depender do campo, a influência externa a ele (do espaço social mais amplo, também chamado de macrocosmo) pode ser maior ou menor. O grau de autonomia de um campo pode aumentar à medida que esse seja bem estruturado e não possua grande influência do macrocosmo para construir suas estruturas internas; no entanto, é claro que existem campos heterônomos, nos quais as pressões e problemas externos exercem sobre eles grande influência, como é o caso do campo jornalístico, amplamente influenciado pelo campo econômico e pela aprovação do público através do índice de audiência.

O campo social, também chamado aqui de microcosmo, é estruturado em posições sociais ocupadas por agentes e em relações entre esses e, nele, existem leis e regras específicas e invariantes, sendo formais (leis, por exemplo) ou simbólicas, as quais não estão escritas, mas são respeitadas por grande parte dos integrantes do campo. Quanto mais o agente conseguir se adequar a essas regras, maior a chance de se manter ou de subir de posição dentro do campo. Essa é uma atitude possível perante as regras; outra é chamada por Bourdieu de “herética”, na qual os agentes contestam as regras e as posições. Uma terceira atitude seria híbrida, em que tanto a aceitação quanto a heresia se mesclam.

Hanks (2008, p.10) define o conceito de campo social como uma organização social detentora de dois aspectos centrais: “(a) uma configuração de papéis sociais, de posições dos agentes e de estruturas às quais estas posições se ajustam; (b) o processo histórico no interior do qual estas posições são efetivamente assumidas, ocupadas pelos agentes (individuais ou coletivos)”. Hanks (2008) também apresenta três características adicionais pertencentes a qualquer campo, as quais foram apresentadas por Bourdieu (1985, p. 20-21), que são:

a) uma disputa linguística em que determinados fins são perseguidos mediante o uso de determinados recursos discursivos segundo normas estabelecidas; (b) um conjunto de crenças e assunções que preparam a disputa, e (c) os interesses específicos em jogo (o que pode ser perdido, ou ganho, como, e por quem) (HANKS, 2008, p.11).

Outro teórico que sistematizou, a partir de leituras das obras de Bourdieu, diversas características do campo social foi Bernard Lahire. Entre as características sistematizadas, estão:

- i) Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social (nacional) global.
- ii) Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irreduzíveis às regras do jogo ou aos desafios dos outros campos (o que faz “correr” um matemático – e a maneira como “corre”. Nada tem a ver com o que faz “correr” – e a maneira como “corre” – um industrial ou um grande costureiro).
- iii) Um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições. Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições. As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital.
- iv) O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados. Essa distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
- v) As estratégias dos agentes podem ser entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos “últimos a chegar”). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre “antigos” e “modernos”, “ortodoxos” e “heterodoxos”.
- vi) Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem. Logo, os interesses sociais são

sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.

- vii) A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo o *habitus* da filologia ou o *habitus* do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condição de jogar o jogo e de acreditar n(a importância d)esse jogo. Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.
- viii) Um campo possui uma autonomia relativa: as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas (LAHIRE, 2002).

A partir dos apontamentos, percebe-se que o campo social é tanto estruturado quanto estruturante e que essas propriedades e leis gerais tornam possíveis tanto análises de cada campo particular - constatando características específicas de cada um e permitindo, também, a diferenciação entre eles – quanto análises das relações entre campos. Observa-se, também que a estrutura do campo social é dinâmica e não fixa (por causa das possibilidades estratégicas conseguidas a partir desse construto) e que essa estrutura é determinada de forma relacional, ao se contrapor dualidades.

Para a delimitação mais clara da composição interna do conceito de campo social, é importante esclarecer alguns componentes essenciais para seu funcionamento, como o *habitus*, os eixos da estrutura interna, as posições ocupadas pelos agentes e as disputas entre eles, os capitais simbólicos e o conceito de *illusio*, tão importante para entender a crença que impulsiona a dinâmica de circulação entre valores que incluem prestígio, reconhecimento e autoridades, como também riqueza material e capital.

O conceito de *habitus* torna-se noção central nessa conceituação que combate determinações inatistas e o mito da liberdade individual, pois é uma estrutura estruturada (produzida pela socialização) e estruturante (que organiza uma infinidade de práticas e também a percepção de práticas). Nessa visão, o indivíduo é social e o *habitus* é uma subjetividade socializada, ou seja, predisposições de indivíduos, premissas, julgamentos e comportamentos são resultados de um longo processo de socialização. Assim, há a transcendência da oposição entre objetivismo e subjetivismo, já que o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper a dualidade entre indivíduo e

sociedade ao demonstrar a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (WACQUANT, 2007).

O *habitus* é relativamente estável, porém a sua estabilidade não se mostra por meio de normas e regras, mas sim por meio “de usos, disposições para agir de formas específicas, e esquemas de percepção que regulam as perspectivas individuais ao longo de eixos socialmente definidos” (HANKS, 2008, p.4). Dessa forma, o *habitus* não é uma reprodução mecânica, ao contrário, é um conjunto de disposições que os indivíduos adquirem por meio da socialização.

Wacquant (2007) sintetiza as características do conceito de *habitus*, afirmando que esse conceito: (a) resume não uma aptidão natural, mas social; (b) é transferível a vários domínios de prática; (c) é durável, no entanto não é estático ou eterno; (d) é dotado de inércia incorporada, na medida em que o *habitus* tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que os geraram e na medida em que cada uma de suas camadas opera como um prisma por meio do qual as últimas experiências são filtradas e os subseqüentes estratos de disposições são sobrepostos. Ou seja, necessariamente, deixará explícitos certos esquemas de percepção; (e) introduz uma defasagem entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam.

A partir desses apontamentos, fica evidente a importância do *habitus* para o campo, posto que é o principal dispositivo, o qual influencia inconscientemente, nas atitudes, pensamentos e comportamentos dos agentes. Prova disso é que muitas regras são interiorizadas por meio do *habitus*, sendo assim, em cada campo é desenvolvido um *habitus* muito específico. Por exemplo, dessa maneira se define a distância entre as pessoas, as opiniões, as decisões políticas e a relação dos participantes com pessoas que têm a posição parecida com deles dentro ou fora do campo. A página *Feminismo sem Demagogia – Original* revela determinado *habitus*, pois, por meio dos tópicos abordados em suas postagens, explicitam-se, de determinada forma, certos modos de usar a linguagem por parte dos atores sociais, modos esses que são condizentes com os objetivos da página (sobre os quais falaremos mais detalhadamente a partir do capítulo 4)

É importante ressaltar, ademais, que o *habitus* determina as regularidades e os sentidos comuns, ao “excluir sem violência, sem arte, sem argumento todas as loucuras, todas as condutas que podem ser negativamente sancionadas por serem incompatíveis

com as condições objetivas” (BOURDIEU, 2009, p. 92). É um mecanismo que uniformiza, mas também distingue ao gerar práticas distintas e distintivas, já que

o que o operário come, e, sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. (BOURDIEU, 2008, p. 22)

Nesse aspecto, acreditamos que este trabalho possa contribuir para a compreensão, através das análises e dos tópicos discursivos, de alguns dos princípios de classificação que regem as práticas discursivas da página *Feminismo sem Demagogia – Original*. Essa compreensão é importante, também, porque há uma interdependência entre *habitus* e campo, visto que o *habitus* necessita do campo por ser o local no qual ele evolui e o campo necessita do *habitus* como forma de gerar e conservar práticas e regras. Em vista dessa última observação, o *habitus* é, para Bourdieu, considerado como

investimento específico nas paradas em jogo, que é ao mesmo tempo a condição e o produto da pertença a um campo. O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem estar objetivamente em conformidade com os interesses objetivos dos seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim. (BOURDIEU, 2003 [1984], p.125, destaque do autor).

A articulação entre *habitus* e campo social facilita o posicionamento social dos agentes no campo, pois manter o vínculo com um campo é estar moldado, ao menos potencialmente, pelas posições que se ocupa nele. Esse posicionamento dos agentes é facilitado, também, pelo fato do campo ser estruturado, de maneira relacional, em eixos. Esses facilitam o posicionamento dos agentes no campo (já que é a partir deles que as posições ganham simetria) e ajudam a explicar suas manifestações. Por exemplo, no campo político há dois eixos mais conhecidos, direita e esquerda, que tanto estruturam o próprio campo, como o posicionamento dos agentes ao se reconhecerem mais com um ou outro eixo. Já, no campo do jornalismo, há dois eixos também muito conhecidos: o jornalismo de massa e o jornalismo alternativo; e há, a partir desses eixos, uma valorização de um em detrimento do outro, dependendo de qual posição o agente ocupa.

Os agentes, segundo Bourdieu, são definidos como aqueles que

atuam e que sabem, dotados de um senso prático (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (BOURDIEU, 2008b, p. 42).

Essa definição de Bourdieu rompe com as preconizações do estruturalismo ao considerar o agente como histórico e atuante na estrutura a que pertence, uma vez que o ator social age e luta dentro do campo de interesses. Ao propor uma análise dinâmica do sujeito, o autor defende que agentes ocupam posições sociais simbólicas diferentes que são definidas, como os eixos, de forma relacional, isto é, em relação ao outro, em polaridades. Por exemplo, a definição de mulher antifeminista só existe em relação com o feminismo; se não houvesse mulheres feministas, não teria como haver a concepção de mulher antifeminista.

Também é importante ressaltar que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* é vista, neste trabalho, como um ator social político através da definição desse conceito nas redes sociais. O agente do campo, para Bourdieu, possui *habitus*, ou seja, deve ser humano, pois apenas esse incorpora o *habitus*. Assim, a página, a partir da noção de campo bourdieusiana, pode ser vista como um *locus* que revela o *habitus* de seus agentes. Isto é, a página é ao mesmo tempo ator social político, tendo como base as teorias acerca das redes sociais, e local revelador das práticas dos agentes que nela atuam.

A respeito das posições sociais dos agentes dos campos, podemos perceber que essas possuem alta hierarquia, já que os agentes podem ser pretendentes, dominantes e dominados. Pretendentes são aqueles que querem entrar em algum campo e ainda não estão permitidos. Quando e se conseguem entrar no campo almejado, entrarão como dominados, ou seja, subordinados aos poderes dos dominantes. Mas, para essa entrada ocorrer, o pretendente precisa de alguma aprovação de dentro do campo, formal ou simbólica. Os dominantes, que controlam o poder distribuído dentro do microcosmo, são muito poucos e estão constantemente lutando para se manterem no poder. Dessa maneira,

qualquer campo é relativamente delimitado, não por paredes ou por barreiras naturais, mas por restrições sobre quem pode se engajar em que posições. Esta delimitação é ilustrada nos ambientes institucionais pelos certificados, pelo treinamento especializado, pela seleção competitiva, pelas exclusões ou inclusões de classe e pelos recursos econômicos ou simbólicos. A ideia não é a de que qualquer campo tenha um limite discreto e admitido a seu redor, mas que o acesso a ele seja sempre diferenciado e seletivo (HANKS, 2008, p.12).

Para entender melhor as posições ocupadas, é importante saber que elas têm forte relação com a produção da fala e do discurso, já que, de uma perspectiva da prática, essas são formas de ocupar posições sociais (HANKS, 2008). O falante que

produz discurso dentro de determinado campo é moldado pelas posições que ele assume e pelas formas discursivas que tais posições produzem.

O elemento fundamental para definir a posição dentro do campo social é o capital simbólico, que não se restringe a dinheiro, pois esse é apenas a manifestação do capital simbólico possuído. Obviamente, esse capital é distribuído de maneira desigual para poder haver dominantes e dominados, e, também, diferenciações entre os dominados e entre os dominantes. O capital pode ser de quatro tipos: (a) social (refere-se ao conjunto de redes estabelecidas pelo agente), (b) cultural (refere-se ao acúmulo ou à disposição acumulada de conhecimento e da vivência em um determinado meio social específico), (c) econômico (está diretamente relacionado aos bens materiais); e (d) simbólico (relacionado à partilha, entre os agentes, de sua significação e de reconhecimento de sua importância dentro do campo, por exemplo, a relevância de um cargo, diploma ou título).

Cada campo valoriza um capital específico e a conversão do capital de um campo para o outro pode, muitas vezes, não dar certo, posto que “o capital vale *em relação com* um certo campo, portanto nos limites desse campo, e que não é convertível numa outra espécie de capital a não ser em certas condições” (BOURDIEU, 2003 [1984]), p. 121). A título de exemplo, um dominante que tenha grande quantia de capital no campo jornalístico, ao querer se candidatar a uma posição no campo político, pode encontrar dificuldades na conversão do capital, já que a valorização de determinado capital varia entre os campos.

Na circulação dos capitais dentro do campo social, o dominante não só fica com a maior parte do capital simbólico, mas também, como já dito, está com o poder de decidir quem entra e quem sai do campo, controlando, ademais, a valorização dos capitais. Assim, são conservadores. Já os dominados têm uma posição subversiva para que os capitais valorizados saiam dos dominantes e sejam transferidos para eles, isto é, lutam para mudar as redes do jogo. Nas palavras de Bourdieu, os dominantes que

num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, inclinam-se para estratégias de conservação – as que, nos campos de produção de bens culturais, tendem para a defesa da *ortodoxia* –, ao passo que os menos providos de capital (que são também muitas vezes os recém-chegados e, portanto, as mais das vezes, os mais jovens) inclinam-se para as estratégias de subversão – as da *heresia*. É a *heresia* a heterodoxia... (BOURDIEU, 2003 [1984]), p. 121).

Uma das estratégias para manter o poder é a naturalização tanto do valor do capital específico quanto do poder. Dentro do campo social, cada valor é óbvio e geralmente não necessita ser explicado; esses valores são incentivados e naturalizados desde quando os agentes são muito novos, o que ajuda a manter as pessoas no campo, a aceitar o campo como ele é e, conseqüentemente, mantê-lo. Bourdieu chama esse acontecimento de *illusio*, que pode ser definido, segundo Lahire (2002), como

uma espécie de conhecimento baseado no fato de ter nascido dentro do jogo, de pertencer ao jogo pelo nascimento: dizer que conheço o jogo desse modo significa que o tenho no sangue, no corpo, que ele joga em mim sem mim; um pouco como quando meu corpo responde a um pontapé antes mesmo de eu o ter percebido enquanto tal (BOURDIEU, 1989b, p. 44 *apud* LAHIRE, 2002, p. 51).

Há, então, a obviedade dos valores e das regras de determinado campo conhecidas pelos pertencentes, e quem está fora do jogo tem dificuldade para entendê-las. Essa metáfora do jogo é muito presente nas explicações de Bourdieu, já que no campo há participantes hierarquicamente divididos, os quais seguem regras implícitas ou explícitas e disputam para manter ou mudar a posição na qual estão. Em todos os microcosmos haverá uma luta entre “o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 2003 [1984], p.120). O objeto disputado é definido de acordo com interesses específicos e o que é alvo de disputa em um campo pode não interessar a integrantes de outros campos, por isso, para haver disputa, os agentes devem ser dotados de *habitus* que implique no conhecimento e no reconhecimento das regras do jogo e do objeto disputado (ARRIBAS, 2012). Assim,

nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples *prazer* de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos. Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam se perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal (BOURDIEU, 1989, p.173).

Essa corrida pelo poder e pela dominação é um dos seus fatores estruturantes, pois os campos são ao mesmo tempo espaços de discordância e de aceitação implícita do seu funcionamento; fundamenta-se, dessa forma, em um paradoxo. Ao mesmo tempo, os agentes são competidores e protetores das regras do jogo: competem para a mobilização ou manutenção de suas posições no campo, mas também apresentam uma cumplicidade objetiva que está subjacente a todos os antagonismos. Destarte, nenhuma ação no campo é desinteressada e a difícil entrada nos campos aguça a importância do investimento que os ritos de passagem têm para, segundo Bourdieu (2003 [1984]), contribuir para tornar impensável a destruição pura e simples do jogo. Nesse, mesmo os revolucionários serão conservadores, visto que a partida deve ser mantida para que as lutas continuem tendo valor com base no *illusio*.

Agora, que já caracterizamos, de forma geral, campo social. Podemos passar para a definição e caracterização do campo que nos interessa neste trabalho: o político.

2.2 O campo político

Para Bourdieu (2011), é muito importante pensar a política sociologicamente e não politicamente, e um caminho para delinear esse modo seria justamente entender a política dentro de um campo, o campo político. Essa noção é apresentada como possuidora de vantagens, de modo que permite uma reconstrução rigorosa do jogo político e uma possível comparação dessa realidade construída com outras realidades (outros campos). De forma a especificar melhor o que seria esse campo, Bourdieu define-o “como um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (2011, p. 195), afirmando que nele se encontrarão propriedades, relações e ações presentes no mundo global, contudo apresenta certo grau de autonomia ao possuir regras e um modo de funcionamento diferentes dos outros microcosmos e, por isso, suas leis e critérios de avaliação têm validade para esse ambiente e não para o microcosmo vizinho. Mesmo frisando a importância da autonomia do campo, Bourdieu (1989) deixa claro que o apelo a forças nem sempre totalmente internas também é importante, posto que “as estratégias da luta interior só conseguem ser bem sucedidas na medida em que encontrarem as estratégias (por vezes inconscientes) de grupos exteriores ao campo” (p. 183).

Sobre o funcionamento do campo político, o autor discorre acerca de algumas regras intrínsecas (e que serão explanadas nesta seção) de maneira a configurá-lo como

um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário. Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. Um índice, o escândalo: quem entra para a política se compromete tacitamente a eximir-se de certos atos incompatíveis com sua dignidade, sob pena de escândalo. Esse microcosmo é também separado do resto do mundo. Como o campo religioso, o campo político repousa sobre uma separação entre os profissionais e os profanos. No campo religioso, há os leigos e os clérigos. Não existe sempre um campo político (simplesmente enunciado esta proposição, sem argumentar a propósito). Há uma gênese do campo político, uma história social do nascimento do campo político (BOURDIEU, 2011, p.195).

Nesse ponto, Bourdieu aponta dois elementos importantes: os agentes e o acesso ao campo. Os agentes são os geradores, nesse campo de forças e de lutas, de diversos produtos e problemas políticos. Para a participação nesse microcosmo, o agente profissional deve ter o *habitus* político, o qual necessita de uma preparação especial, envolvendo o trabalho em adquirir os saberes específicos e certa retórica política, indispensável na relação com os profanos, ou os saberes do debate, para assim conseguir se relacionar entre os profissionais. Esses agentes ocupam posições que devem ser analisadas sempre como relacionais; assim, é mister o jogo das oposições e das distinções entre, no campo político, dois polos nomeados de diferentes formas: progressistas e conservadores, esquerda e direita, partido do movimento e partido da ordem. Esses polos são “*invariantes* que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação” (BOURDIEU, 1989, p.179). Destarte, as posições ocupadas pelos agentes são sempre resultado dessa análise contrastiva entre polos e são o norte para entendermos o discurso e as ações de cada agente dentro do campo político. Assim também ocorre nos feminismos dentro do campo político. Nele, há diversas vertentes (o que torna o movimento feminista plural), que podem ser localizadas no campo através dos eixos guiados por suas lutas específicas dentro do contexto mais amplo de luta pelas causas das mulheres.

Sobre o acesso ao microcosmo político, é relevante esclarecer que ele é dificultoso e essa característica provém de três fatores: a linguagem própria ao campo, o tempo solicitado aos agentes e a caracterização e circulação do capital político. A linguagem, segundo Bourdieu (1989), é uma das principais causas de a cultura propriamente política permanecer inacessível à maioria das pessoas. Não tanto por causa de sua complexidade isolada, mas sim por causa das complexas relações sociais

desse campo que se exprimem na linguagem. Dessa maneira, o campo político exerce um efeito de censura, visto que há uma “fronteira do que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável” (BOURDIEU, 1989, p.165) dentro da política e, para entender o que é adequado ou inadequado a se dizer, deve-se entender a fundo as estruturas relacionais internas ao jogo político, o que é difícil para os profanos.

O acesso à linguagem é dificultado tendo em vista que a posição ocupada por essa é de proferir ideias-força, isto é, em política, “dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.185). Isto é, ao professar, os políticos transformam o dito em ideias-força capazes de mobilizar ou desmobilizar, ou seja, de imporem uma crença ou de retirá-la. Esse conceito nos é muito caro, pois, em movimentos sociais como os dos feminismos, essas ideias-força são de extrema importância e isso será melhor demonstrado no capítulo 4, através, principalmente, da análise dos tópicos discursivos.

Nessa lógica, está a promessa ou predição dos responsáveis políticos, chamada de *self-fulfilling prophecy*, cunhada por Bourdieu (1989) que a retomou dos dizeres do sociólogo Robert K. Merton em seu livro *Social Theory and Social Structure* de 1968. Essa é

a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projeto, na esperança ou, muito simplesmente, um porvir a um grupo, *faz o que ela diz* na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material (em forma de votos e também de subvenções, de quotizações ou de força de trabalho ou de combate, etc.) que lhe permite realizar-se (BOURDIEU, 1989, p.185).

Essa *self-fulfilling prophecy* apenas tem poder se for aceita por profanos e, por causa disso, a concorrência pelo poder se faz por intermédio da concorrência de poder falar e agir em nome de uma parte ou do total dos profanos. Assim,

o porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade [...], mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido (BOURDIEU, 1989, p.185).

A segunda condição para acesso ao campo é o tempo solicitado ao agente. Isso se torna uma condição pois, para iniciar uma participação ativa no campo político, o agente deve ter tempo livre que, segundo Bourdieu (2011), é a primeira acumulação de

capital político. Esse acúmulo é comum na vida de pessoas com excedente econômico, o qual lhes possibilita se afastar de suas atividades produtivas para colocarem-se na posição de porta voz.

O capital político é formado, sobretudo, do tempo livre e do capital cultural. E ele é conseguido através do crédito e do reconhecimento dos agentes do campo, que conferem a uma pessoa (ou a um objeto) os próprios poderes que eles reconhecem. Esse poder apenas existe porque todos que estão sujeitos a ele acreditam que ele exista. Dessa forma, o homem político “retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da relação com os outros grupos” (BOURDIEU, 1989, p.188).

Por causa dessa credibilidade, a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é muito pouco contrariada, o que fortalece o fato de que o mercado político é um dos menos livres que existe, dificultando tanto a distribuição desse capital entre os participantes quanto a entrada de novos agentes no campo. Além dessa grande concentração, o processo para adquirir esse tipo de capital é lento e sua conservação é difícil. A acumulação, segundo Bourdieu (1989), é realizada de forma lenta e contínua e pode durar toda a vida do sujeito para que ele consiga adquirir certo número de qualificações específicas que são condição fundamental para a aquisição e conservação de uma boa reputação. Esse capital, ligado à notoriedade e ao fato de ser conhecido e reconhecido, é supremamente lábil e apenas pode ser conservado mediante o trabalho constante, que é necessário tanto para acumular o crédito como para evitar o descrédito, já que “o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo” (BOURDIEU, 1989, p.189).

Para tentar mobilizar esse capital político restrito a pequenos grupos, há, dentro do campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários possuem armas, capitais e poderes simbólicos desiguais. As lutas políticas envolvem “disputas intelectuais, princípios de visão e de divisão” (BOURDIEU, 2011, p.206). Nesse caso, os princípios de classificação são muito importantes, pois o que se chama de lutas de classe, na verdade, são lutas de classificação. E, para mudar esses princípios, não é preciso apenas realizar uma ação intelectual, mas também é necessária uma ação política que mudará os princípios e, conseqüentemente, possibilitará a mobilização das classes. Assim, é importante ressaltar que as disputas no campo político são sempre duplas, posto que “são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes” (BOURDIEU, 2011, p. 206).

É possível dizer que a página *Feminismo sem Demagogia – Original*, objeto de estudo desta dissertação, luta pelo poder de que o mundo social seja visto a partir da relação entre a luta das mulheres e a luta de classes. Além disso, as análises dos principais tópicos discursivos da página (presentes no capítulo 4) podem contribuir para a compreensão dos modos pelos quais as ideias-força baseadas nesses tópicos discursivos revelam como esse movimento produz suas classificações de mundo.

Essas disputas, por mais que existam como tentativa de mobilizar o capital e, assim, alternar o poder, são posteriores a um acordo que permite essa disputa e o desacordo. Isto é, há o “acordo de que a política é importante, que somente os políticos podem fazer política, que somente os políticos têm competência para fazer política” (BOURDIEU, 2011, p. 198) e, ademais, há o acordo de que, apesar das discordâncias, o campo deve ser mantido para que o capital político e as posições dos agentes continuem sendo legitimadas. Existe, então, uma

espécie de cumplicidade fundamental, prévia a seu desacordo. Podemos mesmo dizer que, em decorrência de pertencerem ao campo, elas têm interesses em sua perpetuação, e esses interesses podem ser apresentados como a expressão dos interesses dos cidadãos que lhes deram a delegação para representá-los (BOURDIEU, 2011, p.198).

Essas disputas, no campo político, dependem não apenas dos que estão disputando o poder, mas também daqueles em nome de quem os disputadores se expressam e perante os quais devem prestar contas. Bourdieu (2011) aponta que, nesse caso, o campo político se aproxima do campo religioso, já que, em ambos, os dominantes apenas podem legitimar seu poder e suas práticas através da arbitragem dos leigos. Dessa forma, ambos os campos possuem uma tendência ao fechamento, no entanto permanecem submetidos ao veredito dos leigos. Esse é um dos pontos que dificulta a total autonomia do campo político e, segundo Bourdieu (2011), reforça a particularidade desse campo que é nunca poder se autonomizar completamente, visto que “está incessantemente referido a sua clientela, aos leigos, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas entre os clérigos, entre os membros do campo” (BOURDIEU, 2011, p.199).

A noção de campo político, juntamente com suas características é importante aqui para analisarmos a página *Feminismo sem Demagogia – Original*. Para isso, é necessário relacionar essa noção com os movimentos feministas, já que eles se configuram como movimento político e é sobre isso que falaremos na próxima seção.

2.3 Feminismos: movimentos políticos e intelectuais

A teoria política feminista é uma corrente intensamente plural e diversificada, a qual investiga a organização social tendo como base as desigualdades de gênero. Essa teoria pode ser considerada como pertencente ao campo político delineado por Bourdieu (2011), principalmente porque nos feminismos:

- i) Há diálogo não só com as forças internas ao campo feminista, mas também com forças externas, a fim de encontrar as estratégias de grupos exteriores ao campo. Por exemplo, os movimentos feministas dialogam com as decisões políticas que não convergem com os ideais feministas e afetam as mulheres para, assim, poderem delinear melhor suas reivindicações;
- ii) Há disputas, dentro e fora do campo feminista, pelas classificações de como se vê a mulher e a sua relação com o mundo;
- iii) Há a forte presença de ideias-força, que são mobilizadas por grupos que disputam o poder de falar e agir em nome das causas das mulheres.

Tendo em vista esse caráter político, nas últimas décadas, os feminismos mostraram-se ambientes profícuos de discussões baseadas na investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina nas sociedades contemporâneas. Dessa maneira, foram abertas portas para “tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia” (MIGUEL, 2014, p.17), o que acarretou diversas mudanças sociais ao vincular a submissão das mulheres na esfera doméstica à exclusão da esfera pública.

Esse caminho de consolidação dos feminismos como movimentos políticos e intelectuais, consoante Miguel (2014), iniciou-se, no mundo ocidental, na virada do século XVIII para o século XIX, como um filho indesejado da Revolução Francesa. Essa primeira fase foi instaurada por Mary Wollstonecraft (1759 – 1797), a qual sistematizou um entendimento sobre as raízes da opressão sofrida pelas mulheres em seu livro *Uma reivindicação dos direitos da mulher* (1792). Nesse livro, a pensadora sistematiza “suas reflexões sobre a necessidade *de* e os obstáculos *para* a emancipação das mulheres” (MIGUEL, 2014, p.21). Wollstonecraft ao colocar – claramente - o problema em termos de direitos, promove uma inclinação na direção da construção de uma teoria política feminista e constrói a base para que essa primeira fase do

movimento seja estruturada por eixos como a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento (em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades).

No mundo ocidental, conta-nos Miguel (2014), essa plataforma inicial feminista conseguiu ser efetivada ao longo do século XX, uma vez que

o direito de voto foi obtido pelas mulheres nas primeiras décadas do século (embora em países como Suíça ou Luxemburgo tenha tido de esperar até os anos 1970). As barreiras à educação foram levantadas, com o acesso das mulheres a todos os níveis de ensino chegando a superar o dos homens – ainda que as profissões com maior presença feminina costumem ser aquelas com menor prestígio social e menor remuneração média. Lentamente, os códigos civis passaram a afirmar a igualdade de direitos entre os cônjuges. Com isso, o feminismo foi obrigado a focar mecanismos menos evidentes de reprodução da subordinação das mulheres. Questões vinculadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos. Ao mesmo tempo, as formas de subalternização que continuavam em operação na família, na política, na escola e no trabalho, a despeito dos avanços a legislação, passaram a ser esquadrihadas (MIGUEL, 2014, p.25).

Assim, surgiu a segunda fase dos movimentos feministas, que é caracterizada como o momento em que o feminismo “se pareceria mais com o que costumamos entender como um movimento social *de verdade*” (ALVAREZ, 2014, p.21). Nesse momento, a pensadora que ocupa a posição de fundadora do feminismo contemporâneo é Simone de Beauvoir (1908-1986), que contribuiu ao publicar *O segundo sexo*, em 1949. A publicação, logo após seu lançamento, suscitou um debate nunca antes causado por uma obra escrita por uma mulher. Em primeiro momento, causou uma longa e áspera polêmica mobilizada por vários intelectuais renomados.

Após esse momento, próximo da década de 60, a obra começou a servir de base aos movimentos feministas da segunda fase por instaurar o debate sobre sexualidade e gênero, ao associá-los à construção social do feminino como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres. Nesse texto, a autora desmascara os mitos dos discursos que haviam consolidado a posição inferior das mulheres, presentes nas falas das autoridades eclesíásticas e da ciência, bem como aponta para a importância da psicologia e do materialismo histórico para o debate. A frase famosa presente no segundo volume de *O segundo sexo* resume com precisão a ideia-força da obra: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, mostrando o papel do social na construção do gênero, já que, para Beauvoir, o gênero feminino não é definido pela questão biológica, mas sim “pela maneira pela qual ela recupera, por meio de consciências alheias, seu corpo e sua relação com o

mundo” (BEAUVOIR, 1967, p.516). Essa discussão contribuiu para a redefinição das fronteiras políticas ao imbricar o pessoal e o social, o público e o privado. Abrindo, assim, as portas para o *slogan* “o pessoal é político”, que seria a marca do movimento feminista a partir dos anos 1960.

Consoante Miguel (2014), mesmo que muitas críticas sejam feitas a *O Segundo sexo*, esse livro permanece como ponto de partida do feminismo contemporâneo. Em relação à teoria política, porém, houve pouca exploração, posto que Beauvoir considerava a política como uma esfera “superestruturada”, “alheia a seu foco na posição das mulheres no cotidiano das relações, sobretudo na posição das mulheres de classe média no que diz respeito ao casamento, à sexualidade e ao trabalho” (MIGUEL, 2014, p.27). Nessa obra, as constatações importantes que orientam a crítica feminista à submissão das mulheres nas sociedades ocidentais são “a objetificação da mulher, a negação de seu potencial de transcendência e sua fixação perene no mundo da natureza (a ser contida pela cultura), bem como o fato de que ela é permanentemente levada a se ver pelos olhos dos homens” (MIGUEL, 2014, p.27).

Outra autora que reforçou boa parte dos movimentos feministas na década de 60, principalmente nos Estados Unidos, foi a escritora e uma das fundadoras da National Organization of Woman (NOW), Betty Friedan (1921 – 2006). Ela escreveu *A mística feminina* (1963), em que analisa a infantilização a que as mulheres são submetidas com o intuito de que elas se conformem aos únicos espaços que a sociedade está disposta a fornecer-lhes: o de esposas e donas de casas submissas a seus maridos. Esse tema teve grande adesão das mulheres brancas de classe média, as quais se identificaram imediatamente, criando um grande contingente de leitoras que fizeram desse livro um grande *Best seller* da época. Nas palavras de Friedan,

o problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo fervilha a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas-de-casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito “femininas” na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal (FRIEDAN, 1971, p.288).

Segundo Duarte (2006), essas ideias fizeram com que as mulheres pensassem uma associação para melhor se organizarem e, assim, em 1966 foi criada a Organização Nacional de Mulheres, conhecida como NOW (National Organization for Women). Essa organização foi de extrema importância para o movimento feminista da época, pois organizou manifestações emblemáticas, como a de 26 de agosto de 1970, na qual milhares de mulheres americanas foram às ruas em diversas cidades (Nova York, Washington, Boston, Detroit e várias outras) para demonstrar sua insatisfação com o *status quo* da época. Ademais, além dessas manifestações, Betty Friedan encabeçou a fundação de mais dois órgãos muito importantes para a época: a Associação Nacional para a revogação das Leis do Aborto (hoje conhecida como Naral América Pró-Escolha - Naral Pro-Choice America), em 1969; e a Organização Política das Mulheres, em 1971.

É mister ressaltar que, apesar da importância da participação de Betty Friedan na construção dos movimentos feministas como movimentos sociais e políticos, seu livro *A mística feminina* também pode ser considerado como um passo atrás nos movimentos, ao considerar a experiência da classe média branca estadunidense como a condição universal da mulher. Conforme nos diz Miguel (2014), o argumento balizador do livro, o qual aborda a “infantilização”, não condiz com a realidade das mulheres trabalhadoras pobres, que, muitas vezes, são as responsáveis pela subsistência da família. Além disso, “mesmo a divisão entre o público e o privado, e com relação entre feminino e domesticidade tem sentido muito distinto quando são consideradas as mulheres pobres e negras” (MIGUEL, 2014, p.28).

Essas foram duas obras essenciais (existindo várias outras produções também importantes) para que essa segunda etapa tivesse a repercussão atingida e consolidasse os feminismos como movimentos sociais. Segundo Miguel (2014), as décadas de 60 e 70 focaram mais nas mudanças nas formas de distribuição de poder, de estabelecimento de hierarquias de prestígio e de repartição da riqueza. Nessa fase, “acreditava-se que a plataforma feminista colocava em cheque múltiplas formas vigentes de exploração, opressão e dominação e que a igualdade de gênero só se estabeleceria em uma sociedade radicalmente distinta” (MIGUEL, 2014, p.147).

No sul das Américas, essa fase é constituída com algumas diferenças e pode ser considerada como um primeiro momento de “centramento” e de configuração do “feminismo do singular” (ALVAREZ, 2014). Segundo Alvarez (2014), as feministas fundadoras se moviam muito, pois estavam ancoradas no campo mais amplo da

resistência e da oposição às ditaduras, muitas delas vindo da luta armada. Por isso, essa época foi marcada por o que a autora chama de *conflito constitutivo* desse campo nos anos 70 e 80, já que havia a dicotomia “luta geral-militância política” - em que as feministas se uniam à oposição à ditadura - *versus* “luta específica-militância autônoma” - na qual as feministas lutavam, em primeiro plano, pelas questões das mulheres. Céli Pinto (2003) aprofunda mais quando nos informa que, no Brasil, havia dois campos ideológicos claros que se enfrentavam violentamente: os conservadores, unidos em torno da bandeira anticomunista; e a esquerda, apoiadora da implantação de pautas socialistas. Desta forma, havia “na Europa e nos Estados Unidos, cenários de grande efervescência política, de revolução de costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte” (PINTO, 2003, p.43). Por causa dessa realidade, os feminismos no Brasil, por toda a ditadura, foram compostos por uma dupla face.

Por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica (PINTO, 2003, p.45).

Assim, o ideal feminista não era bem visto pelo regime militar ultradireitista, mas também não era bem aceito pelos militantes de extrema esquerda, os quais viram nos feminismos uma dupla ameaça: “à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais” (PINTO, 2003, p.53).

A autora afirma que as primeiras manifestações mais organizadas do movimento tiveram início em 1972, ano marcado por dois eventos: o Congresso Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros; e as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro. Romy Medeiros criou o Conselho Nacional de Mulheres, em 1949, e, ao longo de 1950, foi uma grande lutadora pelos direitos das mulheres casadas e conseguiu, em 1962, que fosse aprovado o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62), o qual amenizava as discriminações entre o poder do marido e da esposa. Romy tinha boas relações com as elites governamentais, inclusive com os militares. Já os grupos feministas eram inspirados no modelo do hemisfério norte, sendo caracterizados como encontros de reflexão informais os quais reuniam mulheres que já se conheciam anteriormente, posto que a entrada era realizada através de convites.

Apesar desse caráter privado, em alguns casos, houve a promoção de atividades públicas importantes a partir de suas organizações.

Um segmento da população importante para o surgimento desses grupos no Brasil foi o de mulheres exiladas após 1964. Essas militantes chegaram à Europa no início dos anos 1970 e encontraram agitações políticas e culturais muito distintas, as quais não tinham como principal objetivo a luta de classes nem a oposição contra uma ditadura. A mais importante organização de mulheres brasileiras no Exílio foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que durou de 1975 a 1979 e tinha como principal objetivo a criação de espaços públicos de reflexão. Isso mostra uma das diferenças entre as organizações das mulheres exiladas e das que estavam no Brasil, já que

enquanto as primeiras tratavam de construir espaços públicos de reflexão, implementando, inclusive, uma política de expansão e intercâmbio, as feministas do Rio de Janeiro e de São Paulo se encontravam no limite da casa, em reuniões tão informais como íntimas. As feministas brasileiras em Paris faziam um trabalho de proselitismo, mandavam material para o Brasil, entravam em contato com outros grupos feministas, buscavam aumentar o número de participantes, organizavam seu movimento em diferentes instâncias, por meio de comissões e assembleias. Evidentemente, essa diferença se dava, entre outras razões, por conta das condições da repressão e da censura que o Brasil vivia na época (PINTO, 2003, p.55).

Consoante Pinto (2003), essas movimentações foram importantes, mas o ano considerado como inaugural dos feminismos brasileiro foi 1975, uma vez que o movimento passa a não ser tão restrito a grupos específicos por não ter mais um caráter tão privado. Isso explica porque esse ano foi considerado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher e, a partir disso, a questão da mulher tomou um novo *status*, dando espaço para que dois fatos importantes ocorressem no Brasil: a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, como resultado do evento comemorativo do Ano Internacional da Mulher, que ocorreu no Rio de Janeiro sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Além disso, nesse mesmo ano, foi aberto espaço para as pautas feministas na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Belo Horizonte.

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira teve um papel muito importante no movimento de mulheres no Rio de Janeiro até 1979. E, durante seus cinco anos de atuação, abrigou diferentes tendências do feminismo, tendo como as principais: a marxista, a liberal e a radical. As duas primeiras tinham um caráter mais político e viam a luta das mulheres como uma questão coletiva. Já as radicais centravam a discussão em torno de suas próprias condições de mulheres, o que dificultava a

apresentação de uma plataforma coletiva para embasar a sua militância. Em 1978, o Centro de Desenvolvimento da Mulher redigiu um documento nomeado “Carta às mulheres” que explicitava todas as questões que deveriam ser atendidas pelos candidatos da eleição daquele ano. Nesta carta, foram apresentadas reivindicações gerais e específicas.

Das reivindicações gerais constavam: anistia ampla, geral, irrestrita; eleições livres e diretas para cargos eletivos; Assembleia Geral Constituinte, soberanamente eleita; fim da carestia. Nas reivindicações específicas lia-se: criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros; aumento do número de áreas de lazer, principalmente nos bairros pobres; aumento do número de escolas e de horas letivas; ampliação e melhoria da merenda escolar nas escolas públicas; igualdade salarial; condições mais adequadas de trabalho (PINTO, 2003, p.61).

Outrossim, as reuniões da SBPC foram fundamentais para indicar um novo tipo de feminismo instaurado no Brasil: o feminismo acadêmico, o qual inaugurou uma nova atuação das mulheres feministas ao realizar pesquisas científicas sobre a condição da mulher no Brasil. Nesses encontros, por causa de seu caráter legítimo em termos científicos, era possível burlar a rígida censura do regime militar, dando mais liberdade para que as pautas fossem desenvolvidas. Esse novo movimento feminista se expandiu, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas em São Paulo e em grandes universidades, onde surgiram os Núcleos de Pesquisas em Estudos da Mulher.

No ano de 1979, ocorreram a anistia aos presos exilados e a reforma partidária. Esses dois acontecimentos tiveram forte influência nos movimentos feministas por mais que não estivessem relacionados diretamente com ele. Isso se explica porque a anistia trouxe de volta para o Brasil diversas mulheres que estavam, principalmente, nos Estados Unidos e na Europa, tendo contato com uma forte onda feminista que contestava a condição da mulher na sociedade. Ademais, a reforma democrática fez com que a oposição à ditadura implodisse, fazendo com que as militantes feministas se identificassem com outros partidos políticos, como o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PT (Partido dos Trabalhadores).

A autora nos informa que, a partir de 1979, com a redemocratização, a relação dos feminismos com o campo político deve ser vista a partir de três perspectivas complementares: a existência de Conselhos da Mulher e de Delegacias da Mulher, as quais demonstravam a conquista de espaços no plano institucional; e a presença das mulheres em cargos eletivos, já que, na legislatura de 1986 a 1990, foram eleitas 26

mulheres para a Câmara dos Deputados, as quais se intitulavam como “bancada feminina” e apresentaram 30 emendas sobre os direitos das mulheres.

A respeito dos conselhos, o mais importante foi o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o qual foi criado, junto com o Ministério Público, em 1985 e teve seu fim em 1989. Mesmo com vida curta, o CNDM “tratou de quase todos os temas que centralizavam a luta feminista, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas a sexualidade e direito reprodutivo” (PINTO, 2003, p.72). Porém, sua mais bem-sucedida intervenção aconteceu junto à Assembleia Nacional Constituinte, com a elaboração da Constituição de 1988. Nesse caso, o CNDM teve um papel organizador e auxiliou na elaboração um dos documentos mais completos e abrangentes da época e, provavelmente, o mais importante do feminismo contemporâneo: a “Carta das mulheres”. Esse documento teve como objetivo pressionar para que tanto questões mais abrangentes quanto questões específicas das mulheres fossem incluídas na nova Constituição. Ele foi dividido em duas partes:

a primeira propõe uma agenda que ultrapassa em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres. Isso era especialmente importante por se tratar de uma intervenção a partir de um grupo que representava interesses de um movimento social específico. O documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia a trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros (PINTO, 2003, p.75).

Segundo Rodrigues (2001 *apud* ZIBEL, 2007), através desse documento e das pressões exercidas nos parlamentares, a nova Constituição Federal incorporou direitos - como o acesso ao planejamento familiar, a proteção contra a violência nas relações familiares, o reconhecimento de uniões estáveis, a não discriminação de crianças geradas fora do casamento, etc. - além de estabelecer a igualdade entre homens e mulheres na sociedade e na família.

Consoante Pinto (2003), a partir de 1990, os feminismos tomaram uma nova forma. Essa foi chamada por Alvarez (2014) como o momento de “descentramento” e pluralização dos feminismos e do “*mainstreaming*” (fluxo ou transversalidade vertical) do gênero, já que houve a dissociação entre o pensamento feminista e o movimento, gerando um feminismo difuso; e a profissionalização do movimento através do surgimento de diversas ONGs voltadas para questão da mulher. A difusão dos feminismos ocorreu quando suas demandas foram incorporadas por largas parcelas dos

discursos públicos, já que houve um considerável aumento do espaço dedicado às questões relacionadas ao direito das mulheres nos governos, nas universidades, na cooperação internacional, até na ONU e no Banco Mundial. Assim, o gênero “passou a ser, no linguajar da ONU, “*mainstreamed*”, ou “transversalizado”, pelas instituições políticas” (ALVAREZ, 2014, p.26). Ademais, “esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas” (PINTO, 2003, p.93). Com relação às ONGs, encontravam-se organizações com o objetivo de atender o mais diverso público: mulheres rurais, mulheres portadoras de HIV, mulheres parlamentares, mulheres negras, mulheres prostitutas, etc. Essa composição também nos mostra outra característica dos feminismos a partir dessa época: a segmentação. Essa vem como resposta das diversas manifestações que ocorreram ao longo da década de 90 com o intuito de criticar “um feminismo excessivamente branco, de classe média, intelectual e heterossexual que se apresentava como ‘o’ representante da mulher” (PINTO, 2003, p.97). Assim, surgiram, também, coletivos e outras expressões feministas menos estruturadas

tanto “autônomas” – como os primeiros grupos *Riot Grrls* e agrupações feministas na cena anarco-punk (Marques, 2013; Zanetti e Souza, 2008), como auto-organizadas no interior dos movimentos da juventude, como o hip-hop e o estudantil, dos sindicatos, dos movimentos étnico-raciais, ou dos partidos –, como no caso dos feminismos articulados dentro dos movimentos e sindicatos urbanos e rurais (Barbosa, 2013; Godinho, 1998; Magrini e Lago, 2013; Silva, 2008), continuaram a se estabelecer no Brasil e em outras partes da região latino-americana mesmo durante o auge da “ONGização” (ALVAREZ, 2014, p.27)

Após esses acontecimentos, segundo Alvarez (2014), há o momento atual, chamado pela autora de “*sidestreaming*”, que é o “fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas” (ALVAREZ, 2014, p.17). Isso se justifica pois as atoras são extremamente heterogêneas e abarcam todas as pluralidades, contradições e conflitos característicos do campo feminista mais amplo. Aqui, há não só a pluralização das expressões feministas para além das intersecções, como ocorreu no momento anterior, mas também uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder, bem como processos de descentramento no interior desses feminismos plurais. Essa complexa formação política dos feminismos atuais possui uma interação dinâmica com outros movimentos sociais através do retorno às ruas. Nesse processo, a internet tem papel primordial, já que as redes sociais hoje têm uma função de destaque,

principalmente na popularização dos feminismos, na organização, atuação, expressão política e na articulação desses campos com outros.

Assim, também é imprescindível que falemos sobre o ciberfeminismo. Ele surge a partir dos anos 90 e pode ser definido como “um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital” (BOIX & MIGUEL, 2013; BAÑÓN, 2013; BOSCH, s/a; HACHÉ, CRUELLS & BOSCH, 2013 *apud* FERREIRA, 2015, p. 201). Esse conceito advém das formulações produzidas por Donna Haraway e pelos contextos ativistas e artísticos em torno da internet.

Um dos grupos precursores do ciberfeminismo como ferramenta para construir o potencial de crescimento e fortalecimento dos movimentos feministas foi, conforme Miguel & Boix (2013), *VNS (VeNuS) Matrix*, que surgiu em 1991 em Adelaide (Austrália) e cujo lema principal era “o clitóris é uma linha direta com a matriz”. Suas componentes (Francesca da Rimini, Julianne Pierce, Josephine Starrs e Virginia Barratt) são pioneiras no uso do termo ciberfeminismo, que surgiu espontaneamente junto ao movimento *ciberpunk*. Nas palavras de uma das integrantes, Julianne Pierce,

quando começamos a usar o conceito de ciberfeminismo, o termo estava aparecendo simultaneamente em outras partes do mundo. Era um fenômeno espontâneo que surgia em lugares distintos como resposta a ideias como o *ciberpunk*, que eram muito populares. Desde então este termo se propagou rapidamente e, sem dúvida, é uma ideia adotada por muitas mulheres interessadas na teoria e na prática *tecno* (GALLOWAY, 1999 *apud* MIGUEL & BOIX, 2013, p.55)

Em agosto de 1997, com o objetivo de criar um ponto de encontro na internet para facilitar o intercâmbio de informações, contatos e estratégias entre mulheres e grupos feministas de todo o mundo, surgiu o *Mujeres em Red* na Espanha. Depois de vários anos após sua criação, conseguiu se consolidar como um portal de referência no acesso a quase todos os sites de mulheres do mundo, excluindo, com base em argumento ideológico, aqueles que reproduzem os estereótipos que se tem combatido nos meios de comunicação tradicionais, tais quais questões relacionadas à cozinha, à beleza e à moda. “*Mujeres en Red* dá abrigo e publica numerosos textos imprescindíveis para refletir sobre feminismos e trabalhar pela defesa dos direitos das mulheres com o objetivo também de reconhecer, aproveitar e compartilhar recursos” (MIGUEL & BOIX, 2013, p.73).

No Brasil, a maioria das mulheres que utilizam a internet para essas práticas, em suas diversas frentes, são jovens e criam “canais de mídia independentes, como blogs e revistas virtuais, páginas de redes sociais e grupos de discussão, seminários online, canais de vídeo” (LEMOS, 2009; VIEIRA, 2012; SCHLINDWEIN, 2012 *apud* ALBU, 2017, p.2). Um exemplo dessas ações é a página aqui estudada, *Feminismo sem Demagogia – Original*, a qual, como já mencionado, utiliza o *Facebook* como *lócus* para desenvolver, apresentar e argumentar com base no feminismo marxista, uma das vertentes que resulta da pluralização das expressões feministas. Por isso, na próxima seção, discorreremos mais sobre essa vertente. No entanto, não pretendemos fazer um resgate detalhado dessa vertente em nível mundial nem em nível nacional. Aqui, buscamos situar conceitos centrais do feminismo marxista tal como ele se desenvolveu no Brasil para, assim, situarmos nosso objeto de investigação.

2.3.1 Feminismo marxista no Brasil

O feminismo marxista surgiu agregando ao campo feminista outro ponto de vista: o reconhecimento do problema da mulher como um problema de exploração econômica, posto que o capitalismo é uma totalidade social e é, também, um contexto tanto de dominação e violência quanto de sedução, já que as mulheres, embora oprimidas pelo sistema que as emprega, têm a ilusão de que estão livres porque conquistaram a independência econômica.

Essa abordagem foi necessária porque, em um primeiro momento, “a luta das mulheres não dissociava a dimensão das desigualdades sociais da opressão de gênero, o que, por sua vez, estava associado à luta contra o capitalismo” (SANTOS & NÓBREGA, 2004, p.2). Assim, as feministas encontraram no marxismo conceitos que poderiam explicar as estruturas sociais através das quais as mulheres são exploradas e oprimidas.

A partir dessa visão, a classe deve ser vista como uma macrodeterminação que irá guiar a luta contra a opressão de outras determinações. Dessa forma, as diferenças e especificidades

não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una *gays* e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital. A classe é pois quem determina como essas mais

variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes (CISNE, 2005, s/p).

Na visão da autora, essa perspectiva não anula as chamadas “lutas específicas”, pois, ao lutar pela extinção das desigualdades, das opressões e das explorações é garantido o direito de livre expressão das subjetividades de cada sujeito social. Não é defendida a neutralização ou anulação das diferenças, porém busca-se a conversão do movimento feminista para os aspectos político-sociais. Caso contrário, corre-se o risco de fragmentação e pulverização das mulheres. Em vista disso, a união das mulheres é feita em torno da identidade de classe, visto que é “da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais” (CISNE, 2005, s/p).

No Brasil, algumas tendências da relação do movimento feminista com o marxismo surgiram nas primeiras décadas do século XX, tendo como nome de destaque Maria Lacerda de Moura, que defendia a emancipação radical da mulher, colocando como central, muitas vezes, a exploração do trabalho. Maria Moura defendia “o estudo das causas sociais da condição da mulher, apontando o capitalismo como o grande responsável” e “o homem como o opressor identificado no capitalista, no patrão que explorava as mulheres” (PINTO, 2003, p.37). Porém, a considerada precursora do feminismo marxista foi Heleieth Saffioti, que, no início de 1969, lançou o livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, o qual foge do reformismo do movimento feminista pequeno burguês que foca nas conquistas de direitos formais para as mulheres, posto que se concentra na questão de que a condição de classe de cada um subordina a questão do gênero. Desta forma, essa obra aproximou a visão marxista do feminismo para provar que a emancipação feminina não poderia ocorrer no sistema capitalista. A autora vê esse modo de produção como “uma configuração concreta de vida e cada tipo estrutural de sociedade capitalista como uma etapa de desenvolvimento da forma contraditória do processo de produção social, que culmina com a realização plena da sociedade capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p. 33-34). Esse sistema insere as mulheres de forma precária de acordo com as necessidades que tem para se reproduzir:

A dialética marxista revela-se, deste ângulo, um método de grande valor heurístico, uma vez que possibilita não somente a realização do teste comprobatório das formulações clássicas, sobretudo de Marx, como também a incorporação crítica, através da dialetização de conceitos, de formulações teóricas originadas em distintas concepções da história (SAFFIOTI, 1976, p. 19).

A partir dessa visão de modo de produção como uma configuração concreta de vida, a autora disserta sobre as condições bastante adversas nas quais as mulheres foram inseridas no capitalismo, pois essas têm aqui uma dupla desvantagem: há a subvalorização das capacidades femininas e a inserção no sistema de produção é periférica ou marginal. Assim, o gênero, sendo base para a inferiorização social feminina, é utilizado de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista.

Isso nos mostra que, na verdade, o capitalismo não estava abrindo portas para a emancipação feminina, permitindo a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas sim colocando fortes obstáculos para a realização plena da mulher, uma vez que o sistema capitalista usa os caracteres raciais e sociais como “marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (SAFFIOTI, 1976, p.30) e aproveita desses caracteres subalternos de acordo com as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, “assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p.30). Dessa maneira, Saffioti concorda com Karl Marx ao defender que o problema da mulher não está isolado na sociedade, mas sim é resultado “de um regime de produção cujo sustentáculo é a opressão do homem pelo homem; de um regime que aliena, que corrompe tanto o corpo quanto o espírito” (SAFFIOTI, 1976, p.75).

Esse sistema que permite o trabalho feminino fora do lar, também mantém a mulher ainda presa a esse, já que é ilusório “imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente” (SAFFIOTI, 1976, p. 82). Claro que o capitalismo não criou a inferiorização social das mulheres, todavia, aproveita-se do contingente feminino ao acirrar a disputa e, assim, aprofundar a desigualdade entre os sexos. Segundo a autora,

as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do

trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 1969, p.36).

Percebe-se, então, que o capitalismo pode até parecer maleável quando permite e estimula mudanças, mas isso não aponta para que o sistema ofereça possibilidades verdadeiras de integração social das mulheres. Isso se explica com o fato de que gênero e raça/etnia se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes (SAFFIOTI, 1976), uma vez que, assim, o capitalismo amplia o contingente humano disponível para os salários baixos, amplificando, dessa forma, a sua capacidade de exploração do trabalho.

Destarte, classe social, gênero e raça/etnia não devem ser vistas como ocorrências paralelas, mas sim como elementos coextensivas, imbricados e consubstanciais (FALQUET, 2008), que sustentam a manutenção do sistema capitalista. Isso porque essas relações sociais formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível de práticas sociais, mas sim apenas em uma perspectiva analítica. Ademais, as relações sociais de classe, de gênero e de raça se reproduzem e se coproduzem mutuamente. Para Saffioti (2004), nesse processo há um enovelamento, pois

o importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Esse enovelamento interfere concretamente na vida das mulheres, como nos mostra Souza-Lobo (2011, p.288) ao afirmar que machismo e racismo “são questões políticas, que fazem parte da nossa vida, do dia a dia das que procuram emprego, vão a hospitais ou postos de saúde, abortam escondidas como criminosas, amam, andam pelas ruas, cuidam dos filhos”. Para exemplificar essa questão, a autora traz exemplos reais do machismo e do racismo em alguns anúncios de emprego do Sistema Nacional de Empregos (SINE), em São Paulo:

Procura-se:

Secretária com um ano de experiência, 1º grau completo, hiperbonita para trabalhar com diretor de firma.

Recepcionista com boa apresentação, boa aparência, que não seja de cor, nem japonesa.

Engenheira civil feminina, recém-formada e japonesa.

Faxineira magra e esperta.

Cozinheira que não seja gorda (SOUZA-LOBO, 2011, p. 287).

Nesse exemplo, percebe-se que o capitalismo permite que, em um anúncio de emprego, sejam expostos tanto termos que oprimem as mulheres por questões relacionadas ao gênero, como “hiperbonita”, “com boa apresentação, boa aparência”, “feminina”, “magra e esperta” e “que não seja gorda”, quando que apresentam racismo, como “que não seja de cor, nem japonesa” e “japonesa”. É nítido aqui que as relações sociais estão imbricadas e se coproduzem ao serem apresentadas de modo a uma complementar a outra.

É importante, além disso, que, mesmo posicionando o capitalismo como cerne da exploração das mulheres, o patriarcado permanece como uma base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres. O patriarcado tem como base a dominação do pai sobre a mulher e sobre os filhos e, conforme Christine Delphy (2009b, p. 171 *apud* CISNE, 2013, p.122), na acepção feminista, o patriarcado “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”. Essa dominação tem sua consolidação histórica, assim como a luta de classes, associada à emergência da propriedade privada, bem como de seu controle e de sua perpetuação. Isto é, o patriarcado é resultado de um processo histórico que substituiu as organizações matrilineares por formações sociais predominantemente patriarcais, pautadas não só na superioridade masculina, mas também no direito do homem sobre a mulher, filhos, escravos e bens materiais relacionados à produção.

Consoante Saffioti (2004), dois fatores históricos marcaram as bases de constituição do patriarcado: I) a produção de excedente econômico, núcleo do desenvolvimento da propriedade privada e, portanto, do domínio e exploração do homem sobre o homem/mulher, no caso, ainda mais fortemente sobre a mulher; II) a descoberta da participação dos homens na procriação dos filhos, visto que, antes, esse processo era entendido como um poder divino das mulheres. Assim, a dominação do patriarcado surgiu com base em dois interesses. O primeiro é o controle sobre a prole, que garantiria mais força de trabalho para a produção de riqueza. O segundo, em decorrência do primeiro, é que a garantia de que os filhos eram realmente do patriarca possibilitava a perpetuação da propriedade privada por meio da herança. Dessa maneira, esse novo sistema tornou as mulheres “objetos de satisfação sexual dos homens,

reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras” (SAFFIOTI, 2004, p.58).

Mesmo com essa forte importância histórica e social, algumas feministas rejeitam o uso teórico do termo “patriarcado”, em vista disso, Saffioti (2004) sintetiza alguns argumentos em defesa de sua utilização, alegando que esse: I) engloba não uma relação privada, mas civil; II) dá, praticamente sem restrições, direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; III) configura uma relação hierárquica, que se encontra em todos os espaços da sociedade; IV) tem uma base material; V) corporifica-se; e VI) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia como na violência.

Por fim, apesar de o fundamento do feminismo marxista ser a luta anticapitalista associada à luta de questões específicas das mulheres, visto que o sistema capitalista é incompatível com a igualdade e a luta das mulheres encontra o seu sentido político maior na luta pelo socialismo, o processo de organização do feminismo marxista, como nos alerta Souza-Lobo (2011), promove uma luta não apenas contrária ao sistema capitalista, contudo, também, ao conservadorismo. Esse está, também, presente nas organizações de esquerda, uma vez que “as mulheres desaparecem quando a ordem volta a reinar e a sociedade se disciplina” (SOUZA-LOBO, 2011, P.181). Isso nos é alertado pois as experiências do chamado “socialismo real” provaram que as transformações na base produtiva, não modificam automaticamente as relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres. Por isso, é defendido que, além das transformações materiais, deve haver reformulações na cultura e nos valores associados às dominações e às desigualdades, provenientes das relações materiais.

2.4 Algumas conclusões

Este capítulo foi importante para situar ainda melhor o nosso objeto de estudo – a página *Feminismo sem Demagogia – Original* – como um ator social político dentro do campo político e que atua nas redes sociais em defesa das pautas de um eixo político, o feminista marxista. Dito isso, para a melhor compreensão da análise proposta neste trabalho, serão apresentados - no próximo capítulo - o recorte metodológico e o dispositivo analítico utilizado para a análise dos recursos textuais do *corpus*: o tópico discursivo.

Capítulo 3

RECORTE METODOLÓGICO, DISPOSITIVO ANALÍTICO E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

No presente capítulo, apresentaremos o recorte metodológico junto ao dispositivo analítico utilizado como categoria de análise do *corpus*: o tópico discursivo. Ainda será apresentada a conceituação teórica desse dispositivo. Por fim, explicaremos sobre a constituição do *corpus* e as justificativas para a escolha das amostras.

3.1 O recorte metodológico

O dispositivo analítico tópico discursivo proposto pelo campo de estudos do texto permite, por meio da sistematização dos tópicos e dos quadros tópicos, observar, de maneira mais objetiva e sintética, as diversas centrações que podem ser construídas nos textos analisados. A nosso ver, essa é uma poderosa ferramenta que pode ajudar a tecnicamente caracterizar a página *Feminismo sem Demagogia – Original* como pertencente ao campo político, sustentando-se em uma rede social como o *Facebook*.

A identificação dos supertópicos e a construção dos quadros tópicos - estes baseados na estruturação proposta por e Fávero (2002[1993]) -, seguiu as orientações de Jubran *et al.* (2002), com o objetivo de utilizar o instrumento do tópico como uma categoria operacionalizável e precisa. Dessa forma, foram seguidos os procedimentos de:

- a) Identificação e delimitação dos segmentos tópicos seguindo o princípio de centração e delimitados, eventual e complementarmente, por marcas linguísticas;
- b) Observação de procedimentos pelos quais as unidades tópicas, então delimitadas, se distribuem na linearidade discursiva e se inter-relacionam no plano hierárquico, segundo os graus de abrangência do assunto por eles recoberto. Assim, observando-se o princípio da organicidade;
- c) Caracterização estrutural dessas unidades tópicas, que compreendem, potencialmente, abertura, meio e fecho/saída. Essa estrutura intratópica pode vir a ser evidenciada por marcas de diferentes níveis de realização linguística, que funcionam como critério auxiliar de delimitação de unidades discursivas.

3.1.1 Recorte textual: a categoria tópico discursivo

Antes de abordar o conceito mais específico que é norteador da nossa análise linguística - o tópico discursivo -, é importante discorrer sobre a noção-base de texto deste trabalho.

Na visão sociointeracionista, a língua é um lugar de interação, em que o sujeito é visto como entidade psicossocial e apresenta caráter ativo, já que é a partir da participação ativa na atualização das imagens e das representações que os sujeitos conseguem (re)produzir o social. Ademais, é uma “prática historicamente incorporada, cognitivamente rica, gramaticalmente estruturada e parte do mundo social no qual a fala é uma modalidade de ação” (HANKS, IDE & KATAGIRE, 2009, p.03 *apud* BENTES & REZENDE, 2015, p.265).

Nessa abordagem, “o texto é compreendido como lugar, por excelência, de realização conjunta de ações linguísticas e sociais sociocognitivamente motivadas” (BENTES & REZENDE, 2015, p.265). Além disso, a mensagem presente no texto não é implícita, mas sim dá espaço para “toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação” (KOCH, 2011 [2002], p.17). Dessa forma, acredita-se, consoante Bentes e Rezende (2017), que o leitor conduz operações e enquadres de natureza sociocognitiva, aprendidas e vivenciadas nas/pelas práticas sociais e que têm como “gatilho” o texto. Para isso, é importante a noção de conhecimento compartilhado, o qual é essencial para que os falantes consigam decidir quais informações devem estar explícitas e quais devem permanecer implícitas. Outrossim, também será decidido de quais fatores se deve chamar atenção, “quais as posturas (de intimidade, respeito, distância, autoridade etc.) adequadas de um falante em relação ao outro e quais gêneros devem ser utilizados (pressupondo que o outro saberá reconhecer esse gênero e reagir apropriadamente a ele” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p.282 *apud* BENTES & REZENDE, 2015, p.262).

Assim, há um processo ativo e contínuo de construção em sistemas de conhecimento, os quais, segundo (2000; 2004), são: I) o conhecimento linguístico, que abrange o conhecimento gramatical, lexical e coesivo; II) o conhecimento enciclopédico ou de mundo, que se refere aos conhecimentos gerais sobre o mundo e os alusivos a vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados; e III) o conhecimento

interacional, o qual se refere às formas de interação por intermédio da linguagem e engloba quatro conhecimentos: (a) ilocucional (reconhecimento dos objetivos ou propósitos pretendidos pelo produtor do texto); (b) comunicacional (quantidade de informação necessária para que os objetivos sejam atingidos, seleção da variante adequada à situação de interação e normas comunicativas gerais); (c) metacomunicativo (asseguração da compreensão do texto pelo locutor por meio de ações linguísticas específicas); (d) superestrutural ou sobre gêneros textuais (reconhecimento de textos exemplares, de macrocategorias ou unidades globais que distinguem vários tipos de textos e da ordenação ou sequenciação textual em conexão com os objetivos pretendidos).

Dessa maneira, a significação baseada em sistemas de conhecimento impossibilita a compreensão baseada na captação de uma representação mental ou na decodificação de uma mensagem, pois a linguagem, na visão sociointeracional, é uma atividade de produção de sentidos extremamente complexa. Essa tem como base os elementos linguísticos encontrados na superfície textual e em sua organização, no entanto solicita a mobilização de um amplo conhecimento enciclopédico e de sua reconstrução no evento comunicativo, assim exigindo uma interação (mesmo que latente) entre texto e sujeitos. Portanto, o produtor e o interpretador são “estrategistas”, uma vez que, para que haja a produção do sentido, é preciso mobilizar uma série de estratégias de ordem sociocognitiva, interacional e textual. Nesse jogo de estratégias, produtor/planejador, texto e leitor/ouvinte são caracterizados da seguinte forma:

- a) O produtor/planejador, que procura viabilizar o seu ‘projeto de dizer’, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas) para a construção dos (possíveis) sentidos;
- b) O texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis;
- c) O leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra linguisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos (KOCH, 2011[2002], p.19).

Destarte, percebe-se que o texto é um produto e ao mesmo tempo um processo. Ele é um produto, pois pode ser visto como uma forma de organização do conhecimento presente no mundo; e, como um processo, com base na ideia de que o texto é um lugar de interação, no qual os sujeitos constroem e são construídos. Nessa visão sociointeracional da linguagem e, conseqüentemente, do texto, os sujeitos são vistos

como atores/construtores sociais ativos que estão empenhados em uma atividade sociocomunicativa.

Agora, após discorrer sobre essas noções-guia, podemos desenvolver melhor a conceituação de nosso dispositivo analítico, o tópico discursivo. Consoante Jubran (2006), a noção de tópico começou a surgir nas pesquisas do Grupo de Organização Textual-Interativa do PGPF a partir do estudo *Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado* de Koch *et al.*, realizado em 1990. Porém, ainda havia uma precariedade na conceituação da unidade discursiva apresentada, pois era apenas focada no quesito “tema”, o qual se apresentava como vago e fluido para delimitar as análises por não ser constituído por critérios precisos que baseassem o recorte da unidade discursiva. No segundo estudo, *Organização tópica da conversação* (JUBRAN, URBANO *et al.*, 1992), o Grupo, a fim de sanar a insuficiência conceitual de unidade discursiva, trabalhou em delimitar essa unidade. Na época, o Grupo estava inserido na elaboração de uma gramática do português falado (organizada por Rodolfo Ilari) e, dessa forma, deveria formular categorias de estatuto textual não previstas na elaboração gramatical que utiliza a frase como unidade de análise. Ademais, essas categorias precisavam ser pertinentes ao enfoque pragmático da linguagem, ou seja, em que é concebida como lugar de interação social. Após descartar a eleição do turno como categoria de análise – posto que esse é produzido, de certa forma, por referência ao anterior -, procurou-se postular uma unidade discursiva “cujas particularidades estariam assentadas na integração de enunciados em um conjunto relevante de referentes e cujos limites seriam dados pela proeminência desse conjunto em determinado ponto do texto” (JUBRAN, 2006, p.34). Então, é derivada dessa ideia a noção de tópico discursivo, a qual pode ser entendida como “uma categoria analítica abstrata, com a qual o analista opera, com base nas propriedades tópicas especificadas no próximo item, para recortar segmentos textuais e descrever a organização tópica de um texto” (JUBRAN, 2006, p.34). Essa noção foi formulada com apoio em texto conversacional, observando, assim, a inter-relação entre os turnos. Porém, como um processo constitutivo do texto, a topicalidade é uma categoria aplicável à análise de textos de outros gêneros falados e, além disso, de textos escritos, como é o caso deste trabalho.

No sentido geral, o tópico discursivo pode ser compreendido como “aquilo acerca do que se está falando” (BROWN & YULE, 1983, p.73 *apud* FÁVERO, 2001, p.38). Isto é, apresenta-se essencialmente permeado pela questão de conteúdo, sendo

formulado pelo(s) interlocutor(es) com base em um conjunto de referentes explícitos e inferíveis. Para que essa categoria fosse considerada operacionalizável com mais segurança e objetividade, instaurou-se duas propriedades fundamentais do tópico discursivo: a centração e a organicidade. A centração diz respeito “àquilo de que se fala”, construído com base na utilização de referentes explícitos e inferíveis. A centração é uma característica tão intrínseca ao tópico que, quando se tem uma nova centração, tem-se, também, um novo tópico” (FÁVERO, 2001). Para entender melhor essa característica, Jubran (2006) definiu, ao revisar o trabalho de Jubran et al. (2002), que a centração abrange três traços:

- a) a *concernência* – relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal;
- b) a *relevância* – proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;
- c) a *pontualização* – localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais (JUBRAN, 2006, p.36).

Esses traços permitem, com maior precisão, delimitar o conteúdo do tópico discursivo para que ele assuma uma extensão além do nível sentencial e não se confunda com a estrutura “tópico/comentário” ou “tema/rema” (JUBRAN, *et al.*, 2002). Para Jubran (2006), a principal propriedade do tópico discursivo é a centração, uma vez que os traços de concernência e relevância, por apresentarem, segundo Pinheiro (2006), “um critério a partir do qual o tópico pode ser identificado e apreendido” (p.44), permitem mais objetividade na delimitação dessa categoria, já que os elementos coesivos de referenciação e sequenciação, próprios do traço de concernência, fornecem pistas para a delimitação do tópico.

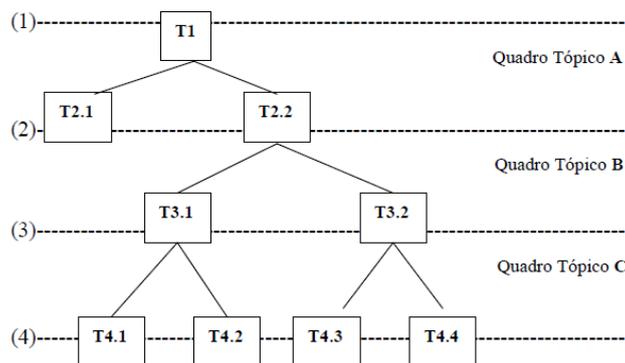
Já a segunda propriedade, a organicidade, é caracterizada pelas relações de interdependência tópica e diz respeito a “como se fala”, sendo a propriedade passível de ser identificada e analisada (JUBRAN *et al.*, 1992). Com base nela, podemos observar as articulações que um tópico tem com outros na sequência discursiva e, também, as relações hierárquicas entre tópicos mais ou menos abrangentes (JUBRAN *et al.*, 2002). A organicidade apresenta dois planos o sequencial e o hierárquico (ou linear e vertical, segundo Fávero (2001[1993])). O sequencial/linear engloba “o acordo com as

articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposição de tópicos na linha do discurso” (JUBRAN, 2006, p.36), ou seja, está relacionado à introdução de informações novas (FÁVERO, 2001[1993]) e o hierárquico/vertical abrange “as dependências de super ou subordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência com que são tratados na interlocução” (FÁVERO, 2001[1993], p.36). No primeiro plano, observa-se a distribuição tópica em termos de, segundo Fávero (2001[1993]), continuidade (referente à organização sequencial dos tópicos, em que se compreende os mecanismos de início, desenvolvimento e término detectáveis através de elementos verbais ou por traços suprasegmentais) e descontinuidade (decorrente da perturbação da sequencialidade porque um tópico foi introduzido antes que o precedente fosse esgotado, podendo haver retorno ou não ao tópico. Se não houver retorno, há um corte e, se houver retorno, há inserções ou digressões).

Consoante Jubran *et al.* (2002), o plano hierárquico/vertical abarca as relações de interdependência entre os tópicos, levando em consideração que o assunto pode ser abrangido em âmbito maior ou menor. Essa diferente abrangência irá delimitar os diferentes níveis “indo desde um tópico suficientemente amplo para não ser recoberto por outro superordenado, passando por tópicos sucessivamente particularizadores, até se alcançarem constituintes tópicos mínimos” (JUBRAN *et al.*, 2002, p.346). Na percepção desses autores, essas relações de interdependência organizadas em níveis hierárquicos dão origem aos Quadros Tópicos, que são constituídos pelas seguintes condições:

- (a) a centração num tópico mais abrangente (Supertópico – ST), que recobre e delimita a porção de discurso em que ele é focal;
- (b) a divisão interna em co-constituintes (Subtópicos – SbT), situados numa mesma camada de organização tópica, na medida em que apresentam o mesmo teor de concernência relativamente ao ST que lhes é comum;
- (c) subdivisões sucessivas no interior de cada tópico co-constituente, de forma que um tópico pode vir a ser ao mesmo tempo ST ou SbT, se mediar uma relação de interdependência entre dois níveis não imediatos (Jubran *et al.*, 2002, p.346).

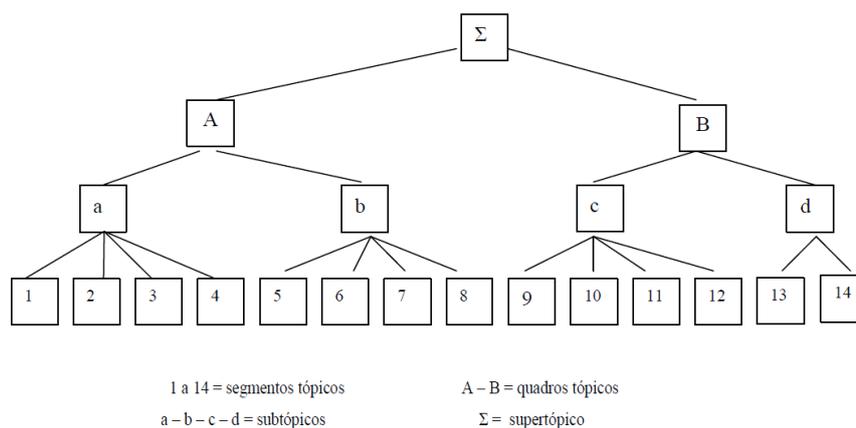
Rezende (2006) ilustra bem essa visão ao elaborar o seguinte esquema:

Figura 5: esquema de quadro tópico proposto

Fonte: Jubran *et al.* (2002 *apud* REZENDE 2006, p.73)

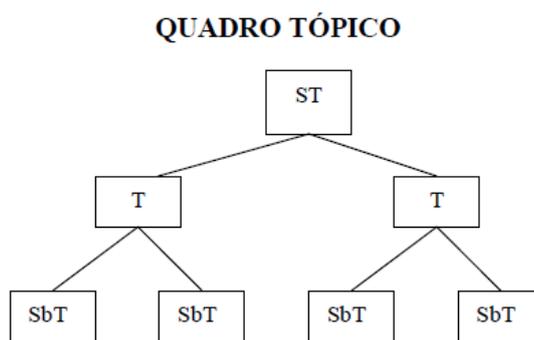
Ao observar o esquema acima, percebe-se que os níveis (1) e (2) formam o quadro tópico **A**, nele, o tópico **T1** configura-se como supertópico quando relacionado a **T2.1** e **T2.2**, os quais são subordinados a ele, pois estão caracterizados como subtópicos. Já os níveis (2) e (3) formam o quadro tópico **B** e, neste, **T2.2** é o supertópico dos subtópicos **T3.1** e **T3.2**. Por fim, nos níveis (3) e (4), há o quadro tópico **C**, em que **T3.2** é o supertópico dos subtópicos **T4.3** e **T4.4**. Neste modelo, assim, não é proposto que se caracterize o QT “como um patamar da organização hierárquica tópica, mas como *locus* analítico que circunscreve tópicos de níveis diferentes, porém próximos” (REZENDE, 2006, p.73).

Uma segunda definição de organização dessa hierarquização nos é apresentada por Rezende (2006), que discorre sobre a caracterização feita por Koch (1992). A autora afirma que um texto pode ser dividido em fragmentos recobertos por um mesmo tópico e esses, quando agrupados, constituem uma unidade em nível superior e, assim, vai ocorrendo sucessivamente. Desse modo, os fragmentos de nível mais baixo são denominados como *segmentos tópicos*, um conjunto desses segmentos formará um *subtópico* e vários subtópicos constituirão um *quadro tópico*. Por fim, a união de vários tópicos será englobada por um tópico superior, chamado de *supertópico*. O esquema abaixo ilustra claramente a ideia de Koch (1992):

Figura 6: esquema de quadro tópico

Fonte: Koch (1992 *apud* REZENDE, 2006, p.74)

Por fim, Fávero (2001[1993]) apresenta uma terceira visão ao entender a hierarquização, nomeada por ela como verticalidade, com base na menor ou maior abrangência, o que permite classificar as porções maiores como *supertópicos (ST)*, quando não há superordenação acima dela, e como *tópicos (T)*, quando há superordenação; já os constituintes mínimos são chamados de *subtópicos (SbT)*. Todos esses elementos constituem um panorama completo chamado de *Quadro Tópico*, o qual pode ser melhor ilustrado através do esquema abaixo:

Figura 7: esquema de quadro tópico

Fonte: Fávero (2001[1993]) (*apud* Rezende, 2006, p.74)

Apresentados os modelos de hierarquização/verticalidade, é importante abordar, mais especificamente, sobre como os tópicos (segmentos tópicos ou subtópicos) são

delimitados. Essa segmentação, conforme Fávero (2001 [1993]) é realizada com base no princípio da centração, logo o analista deve levar em consideração a manutenção do tema e da relevância (BROWN & YULE, 1983) e, principalmente, a ideia de que a delimitação dos segmentos tópicos pode ser fundamentada na observação de marcas, cuja identificação constitui um critério auxiliar de segmentação. Isso se explica pois elas não configuram um padrão de ocorrências que possibilite categorização segura, tendo em vista que as marcas textuais nem sempre constituem um critério absoluto para a segmentação, visto que são:

- (I) facultativas: nem sempre o início e o fim têm uma realização marcada. Podem, por vezes, ser detectados no momento em que uma determinada centração se distingue de uma centração anterior, motivada, por exemplo, por uma mudança de referentes.
- (II) multifuncionais: os elementos que delimitam os tópicos não exercem sempre a mesma função. O marcador **então**, que muitas vezes fecha o tópico, pode aparecer exercendo outras funções.
- (III) co-ocorrentes: há muitas vezes um acúmulo de vários procedimentos no mesmo ponto, como, por exemplo, uma pausa, um marcador e uma entonação descendente (FÁVERO, 2001 [1993], p.49).

Para auxiliar na delimitação, também devem ser observadas duas características dos tópicos (segmentos tópicos ou subtópicos): eles apresentam *abertura* ou *começo*, *meio* e *fecho* ou *saída*; e a mudança de tópicos pode ocorrer de diferentes formas. Com relação à primeira questão, Jubran et al. (2002) postula que a *abertura* do segmento tópico pode ser detectada a partir do momento em que a centração do assunto se distingue de uma outra centração anterior. O *meio* pode ser longo ou curto, não havendo uma determinação *a priori* de sua extensão. E o *fecho* ou *saída* corresponde, comumente, à exaustão do tópico ou de sua descontinuidade, indicando uma nova centração. É importante perceber que a *saída* “nem sempre significa conclusão, mas fim de sequência” (JUBRAN et al., 2002, p.352). A respeito da mudança de tópico, sabe-se que pode ocorrer de três formas:

- 1) Introdução de um tópico após esgotamento natural do anterior, configurando um caso típico de continuidade;
- 2) A passagem gradativa de um foco de relevância a outro, feita graças aos chamados *tópicos de transição*, representados por segmentos de uma conversação que não se interam a um tópico específico, porque desempenham, na progressão tópica, a função de estabelecer uma mediação entre dois tópicos, promovendo a transição gradual de um para outro.
- 3) Introdução de um tópico, por abandono do anterior, antes que os interlocutores o dessem por encerrado. Nessa situação, ocorre um corte do tópico que estava em pauta (FÁVERO, 2001 [1993], p.49).

A observação de todas essas características e o uso dos dispositivos analíticos possibilitaram a delimitação dos tópicos discursivos dos textos selecionados. A fim de demonstrar esse processo, escolhemos uma das postagens para apresentar o modo como se configura o seu quadro tópico, o que foi feito em duas etapas: primeiro em tabela e, depois, em formato de árvore para mostrar melhor sua organização hierárquica.

Figura 8: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

 **Feminismo Sem Demagogia - Original**
11 de abril · 🌐

 **Anne Rammi**
10 de abril · 🌐 Curtir Página

Esse tipo de posicionamento é extremamente didático. Nos permite perceber como podem ser armadilhas algumas estratégias da velha política. A política tradicional está à serviço DO PATRIARCADO. Pode parecer que licença maternidade de um ano é uma grande conquista, mas não é. E é esta a armadilha: tirar as mulheres do mercado de trabalho, aumentando sua responsabilidade sozinhas com as atribuições domésticas à serviço da suposta "reconstituição da família" e em nome da proteção da criança. É cilada Bino!
Ainda mais em tempos de reformas e desmontes de programas sociais, que apontam para mais vulnerabilização das mulheres e crianças e menos direitos trabalhistas.

Estamos falando de um projeto de governo que se aproveita de EVIDÊNCIAS (como por exemplo o FATO de que o investimento de cuidado com a primeira infância é fator indispensável para o desenvolvimento de um país), mas se apoia em uma CULTURA ULTRAPASSADA, que é a noção da licença exclusivamente para a mãe. Faz parecer positivo, mas não é. Usam essa estratégia para "lavar a imagem" enquanto de fato estão trabalhando na contramão da proteção integral das crianças e emancipação de seus principais cuidadores. Quem?

As mães. Eu, você, e um terço da população do Brasil.

Nós já avançamos muito nessa discussão, e estamos tratando hoje de LICENÇA PARENTAL, diferente do que o ministro pleiteia (não sei se por equívoco ou má fé) como no modelo nórdico. Onde ambos os responsáveis pela criança até um ano (em alguns países às vezes mais) podem revezar períodos de licença remunerada para o cuidado com os bebês. Inclusive casais homoafetivos e mães e pais adotivos.

Responsabilidade compartilhada com as crianças (sem esquecer da responsabilidade do estado e da sociedade também, para além dos pais e mães) diminui o ROMBO entre homens e mulheres do ponto de vista social e econômico. Em um país com a licença maternidade de quatro meses já temos diferenças salariais brutais entre os sexos.

Como um ano de afastamento impacta a luta por salários iguais, oferta de emprego e mobilidade social para as mulheres?

Vamos respeitar a conquista da licença maternidade e honrá-la. Mas entender que precisamos evoluir para a discussão de LICENÇA PARENTAL, se estamos de fato comprometidos com as crianças, com as mulheres e no limite, até com os pais, que tem o direito inclusive de fazer parte da vida dos seus filhos (para além da óbvia obrigação).

Os momentos de crise são bons para isso. Promover grandes saltos de consciência.



NOTÍCIAS.R7.COM 

Ministro defende aumento da licença-maternidade para um ano

 516 30 comentários 51 compartilhamentos

Tendo esse texto como base, foram identificados e delimitados os segmentos tópicos seguindo o princípio de centralização e, complementarmente, marcas linguísticas como a paragrafação, que, muitas vezes, auxiliava na delimitação dos tópicos bem como as letras em caixa alta que auxiliavam na pontualização do tópico. Outrossim, foi observado o princípio de organicidade com base nos procedimentos pelos quais as unidades tópicas, então delimitadas, distribuem-se na linearidade discursiva e se inter-relacionam no plano hierárquico, segundo os graus de abrangência do assunto recoberto por eles. Assim, para que se chegasse aos quadros tópicos, primeiro foi necessário encontrar os subtópicos, para – depois – agrupá-los em tópicos e, por final, chegar-se aos supertópicos. Essa foi a ordem seguida na construção dos quadros, mas é importante ressaltar que, quando um quadro tópico é descrito nesta pesquisa, muitas vezes a descrição se iniciará de forma oposta, iniciando pelo supertópico; já que, para a análise, achou-se mais esclarecedor seguir essa ordem.

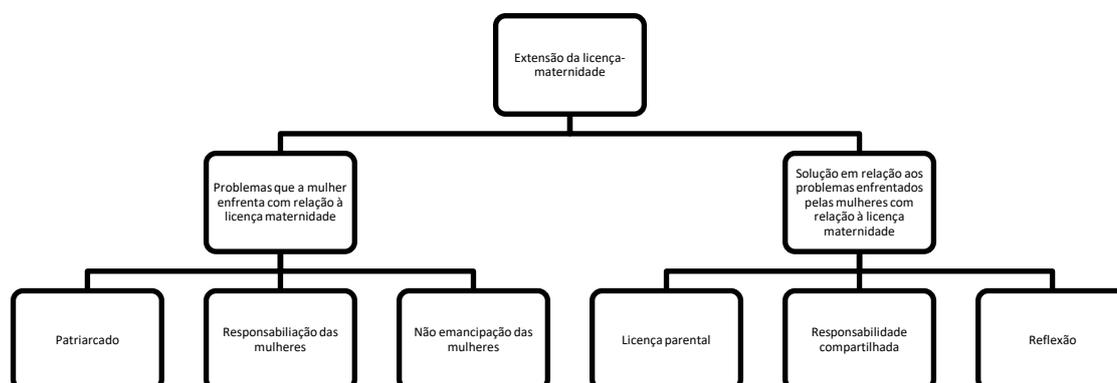
Acerca da organização dos quadros tópicos, primeiramente, foi registrado em formato de tabela, como pode ser visto abaixo, em que são indicados a data da postagem, o supertópico, os quadros tópicos e seus subtópicos; além disso, são apresentadas as linhas que correspondem ao início e fecho do tópico.

Tabela 2: Quadro tópico da postagem 11 de abril de 2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Data da postagem: 11/04/2019		
Supertópico: Extensão da licença-maternidade		
Linhas	Tópico	Subtópicos
1-21	Problemas que a mulher enfrenta com relação à licença maternidade	Patriarcado
		Responsabilização das mulheres
		Não emancipação das mulheres
22-34	Solução em relação aos problemas enfrentados pelas mulheres com relação à licença maternidade	Licença parental
		Responsabilidade compartilhada
		Reflexão

Nessa tabela, está bem clara a delimitação pelo princípio de centralização, porém, para visualizar melhor a propriedade de organicidade, essas informações que compõem o quadro tópico foram organizadas em formato de árvore. Como pode ser visto no esquema abaixo:

Quadro1: Quadro tópico da postagem 11 de abril de 2019 da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



O supertópico “Extensão da licença-maternidade” ocupa o patamar mais alto da hierarquia, sendo o tópico mais abrangente do texto. Abaixo dele, há os tópicos mais específicos “Problemas que a mulher enfrenta com relação à licença maternidade” e “Solução em relação aos problemas enfrentados pelas mulheres com relação à licença maternidade”, nos quais podemos encontrar porções ainda menores chamadas de subtópicos. No primeiro, encontramos “Patriarcado”, “Responsabilização das mulheres” e “Não emancipação das mulheres” como subtópicos; e no segundo, “Licença parental”, “Responsabilidade compartilhada” e “Reflexão”.

Isso exposto, podemos passar próxima seção, na qual apresentamos a constituição do *corpus* bem como a justificativa da seleção das amostras para os objetivos de nosso trabalho.

3.2 Da constituição do *corpus*: as postagens da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

No presente trabalho, para o alcance dos objetivos a que nos propomos, constituímos o *corpus* com base na coleta de postagens durante um mês. Delimitamos a data de coleta de 11 de março de 2019 a 11 de abril de 2019; a partir dessa coleta, o *corpus* foi constituído pelos 95 textos publicados pela página nesse período. Com base nesses textos, levantamos e analisamos os atores sociais que constituem a página e identificamos e analisamos os supertópicos e postulamos os principais quadros tópicos para, então, traçar relações com o pertencimento ao campo político. Foram identificados

os supertópicos dos 95 textos e, desses, foram escolhidos os 6 para que pudéssemos construir os quadros tópicos e demonstrar melhor as centrações desses textos.

Acreditamos, portanto, que, assim constituído, esse *corpus* seria representativo para os objetivos a que esse trabalho se propõe, já que poderíamos observar uma boa quantidade de textos para podermos realizar com mais embasamento a relação entre os tópicos discursivos e a noção de campo político.

Organizados pelo critério quantidade de textos por dia, temos:

Tabela 3: *Corpus* dividido por quantidade de textos por dia

DATA	QUANTIDADE DE TEXTOS	DATA	QUANTIDADE DE TEXTOS
11/03	9	26/03	4
12/03	11	28/03	4
13/03	2	30/03	1
14/03	8	31/03	4
15/03	5	01/04	3
16/03	2	02/04	3
17/03	6	05/04	1
18/03	5	08/04	4
21/03	5	09/04	1
22/03	5	10/04	2
23/03	4	11/04	1
24/03	2		

A partir da tabela acima, é possível identificar certa irregularidade nas postagens. Esse fato pode ser explicado porque a participação no campo político demanda tempo livre (BOURDIEU, 2011) e, como a colaboração para escrita dos *posts* da página não é necessariamente remunerada, esse tempo de dedicação à página pode ser escasso. Ademais, os conteúdos dos textos da página, por defenderem pautas de determinado eixo político, prezam por certa vigilância e censura, já que foi possível perceber – a partir das análises – que o ator social político *Feminismo sem Demagogia – Original* elaborada e seleciona apenas textos que estejam alinhados às ideias políticas defendidas pela página e, em geral, são textos com alto teor argumentativo, os quais – como já citado acima – demandam tempo para serem produzidos.

3.3 Algumas conclusões

As apresentações neste capítulo foram importantes para que se possa entender melhor as análises que serão feitas no capítulo seguinte, no qual uniremos mais profundamente os conceitos vistos até o momento.

Capítulo 4

RELAÇÕES ENTRE TÓPICO DISCURSIVO E CAMPO SOCIAL NA PÁGINA *FEMINISMO SEM DEMAGOGIA – ORIGINAL*

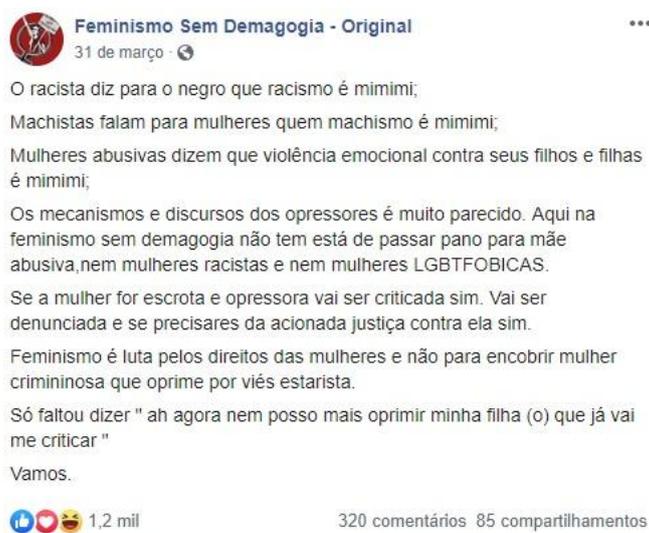
Neste capítulo, apresentamos as análises do nosso *corpus*, traçando relações entre o nosso dispositivo analítico com os conceitos já vistos. Utilizaremos algumas ferramentas do conceito de campo social (tais quais – por exemplo – *habitus*, eixos, agentes e seus posicionamentos no campo e ideias-força) para traçar análises, juntamente com os conceitos de esfera pública, redes sociais, atores sociais e feminismo marxista. Para isso, primeiramente é discorrido sobre os atores sociais mobilizados pela página *Feminismo sem Demagogia – Original* e, posteriormente, sobre os tópicos (supertópicos e quadros tópicos) das postagens.

4.1 Os atores sociais da página *Feminismo sem Demagogia – Original* e as ideias-força

Como já explanado nos capítulos 1 e 2, o conceito de ator social é crucial para entender o funcionamento dessa articulação entre redes sociais e campo político. Aqui, então, pretendemos discorrer sobre quais atores sociais e quais agentes são mobilizados pelo ator social político *Feminismo sem Demagogia – Original*, analisando quais são as posições ocupadas por esses e qual é a importância deles para a mobilização das ideias-força (BOURDIEU, 1989) da página.

Após uma análise quantitativa, verificamos que, dos 95 textos que constituem o *corpus*, apenas 21 são textos escritos pelas administradoras da página *Feminismo sem Demagogia – Original* e todos os outros 86 são de atores sociais diversos, sobre os quais discorreremos mais adiante. Os textos escritos pela própria página tendem a reforçar os ideais defendidos por essa, como se pode verificar no exemplo abaixo:

Figura 9: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Nesse exemplo, a página defende que as causas raciais, as das mulheres e as LGBTs são de extrema importância para serem defendidas dentro do campo político e que, ao contrário do que possam pensar, mulheres abusivas, racistas e/ou LGBTfóbicas não estão isentas das punições apenas por serem mulheres. A página reitera que essas estão reproduzindo os mecanismos e discursos opressores, assim devem ser denunciadas e, se necessário, responder judicialmente por seus atos, posto que estão indo na contramão da luta pelos direitos das mulheres.

Nos outros 86 textos, o ator social político *Feminismo sem Demagogia – Original* mobiliza diversos atores sociais para mostrar a *self-fulfilling prophecy* (BOURDIEU 1989) do seu campo político e para colocar-se como porta-voz das vontades e dos projetos do grupo ao qual ela representa. Ou seja, a página traz diversas vozes que defendem ideias-força consoantes com o propósito do feminismo marxista para, assim, legitimar e dar mais visibilidade a elas, reforçando o poder de fala. Para demonstrar essa análise, dispomos, a seguir, quatro exemplos de ideias-força desse campo político articuladas por quatro diferentes atores sociais:

Figura 10: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Figura 11: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Figura 12: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Figura 13: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



No primeiro texto, Mariana Oliveira reforça a necessidade de que as ideias feministas devem ser, caso os homens não se interessem por elas, focadas em atingir as mulheres para que essas as entendam. Os outros três textos já apresentam concepções mais atreladas ao feminismo marxista, ao apresentarem classe social, gênero, raça/etnia como elementos coextensivos, imbricados e consubstanciais (FALQUET, 2008), os quais formam um nó e, assim, sustentam a manutenção do sistema capitalista. No segundo texto, Sam afirma que o enfoque na disseminação dos conteúdos feministas deve ser nas mulheres (como afirma o texto de Mariana Oliveira) de todas as classes, inclusive das mais baixas que, segundo a postagem, podem ser estereotipadas como aquelas com “pé rachado com melissa” e “cabelo pingando creme”. No terceiro texto, Max Maciel também reforça a importância das camadas mais baixas das classes sociais como sustentáculo da economia capitalista. No último texto, Jeane Tavares mostra bem essa coextensividade entre classe social, gênero e raça/etnia ao exemplificar como as mulheres negras moradoras da periferia sofrem com a violência do local onde moram e como, a partir dessas violências, elas criam força e estratégias para ajudar outras pessoas em situações de ameaça à integridade física. Assim, esses textos reforçam a ideia do feminismo marxista de que se deve dar grande atenção ao entrelaçamento das questões de gênero, classe social e raça/etnia para que se tenha noção e se combata que eles auxiliam na conservação da estrutura de classes (SAFFIOTI, 1976).

Além da legitimação das ideias-força, percebe-se também que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* legitima alguns atores sociais ao compartilhar muitos textos de autoria desses indivíduos. Dois exemplos dessa legitimação são Gleide

Davis, com 16 textos compartilhados; e Tamires Marinho, com 8. Esses números, dentro do *corpus* de 95 textos, mostram-se importantes, uma vez que nenhum outro ator social, nessa amostragem, teve tanta recorrência de publicação. Assim, trazemos algumas dessas postagens para entender quais são as concepções mobilizadas por essas duas participantes ativas da página. Em primeira instância, vamos analisar quatro textos de Gleide Davis:

Figura 14: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

 **Feminismo Sem Demagogia - Original**
24 de março · 🌐



Gleide Davis
24 de março Seguir

Precisamos falar urgentemente sobre o maior desastre do Hemisfério Sul. A passagem do Ciclone Idai em Moçambique, Zimbábue e Malauí, deixou mais de meio milhão de pessoas desabrigadas e ilhadas e quase mil mortos até o momento.

É absurda a negligência internacional com um desastre ambiental desta magnitude. Será que os países de primeiro mundo não darão a devida importância porque o Moçambique não possui petróleo? Ou porque países como este já tiveram as suas riquezas naturais usurpadas a ponto da população perder o que já não era muito? Moçambique pede a nossa voz, o povo PRECISA de olhares internacionais, de comida, de socorro, de políticas públicas que intervenham para devolver moradia pra essa gente.

O discurso de empatia dos grandes veículos da mídia têm seletividade racial. Aparentemente o "somos todos" alguma coisa, é só até a página 5 dos países europeus.

   153 2 comentários 32 compartilhamentos

Figura 15: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

Feminismo Sem Demagogia - Original
10 de abril

Gente pobre de uniforme machucando gente pobre sem uniforme e com fome, para proteger gente rica sem uniforme e sem fome.



Gleide Davis
10 de abril [Seguir](#)

"O que aconteceu com Evaldo Rosa poderia ter acontecido com qualquer um da nossa família"

E aconteceu na minha. E aconteceu com dezenas de famílias que "cresceram" comigo. E acontece toda hora, mais precisamente a cada 23 minutos.

87% dos corpos assassinados por arma de fogo no Brasil são negros.

Não adianta fechar os ouvidos, os olhos e fingir que não tá acontecendo quando no fim das contas, nós é quem estamos na ponta da arma da segurança pública que defende os interesses dos ladrões de alto escalão e disparam 80 tiros contra uma família de inocentes.

Figura 16: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

Feminismo Sem Demagogia - Original
21 de março

juliosuelen

O salário mínimo está em 998 reais. Dividido por 30, quem vive com um salário, vive com 33 reais POR DIA. 33 reais é o que muita gente gasta comendo em um shopping, indo ao cinema, etc. Tem também aqueles que gastam muito mais, 100 reais em um jantar, 200 reais. Tem os banqueiros, por exemplo, que gastam mais de 1.000 reais em uma única noite gastronômica. São essas criaturas que defendem a reforma da previdência. Mas calma, ainda não terminei. Esses mesmos banqueiros querem cortar pela METADE o salário mínimo dos idosos em situação de extrema pobreza. Pra viverem com 16 reais POR DIA. Idosos que precisam de remédio, cama, luz, água encanada, comida, O BÁSICO!

16 REAIS POR DIA!

Se você apoia essa reforma, você está do lado errado da história.

Gleide Davis
21 de março [Seguir](#)

Com a quantidade de desemprego e dificuldades pra fechar a conta idade vs tempo de serviço, o idoso em situação de pobreza pode ser VOCÊ amanhã.

10 compartilhamentos

Figura 17: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

Feminismo Sem Demagogia - Original compartilhou uma publicação.
15 de março às 19:45 · 🌐

Uma em cada 20 mulheres carrega gene que 'sabota' métodos anticoncepcionais

Quem tem esse traço genético pode engravidar mesmo fazendo controle de natalidade; é a primeira vez que isso é constatado pela ciência



Gleide Davis
15 de março às 19:42 Seguir

Quando dizemos que não existe método 100% eficaz, isso não é só porque a própria indústria farmacêutica não dá conta de fazer métodos que sejam eficazes, como o fato de que existem mulheres biologicamente imunes à contracepção. Vocês entendem a complexidade disto?

👍👎🗨️ 901 104 comentários 332 compartilhamentos

Os dois primeiros textos de Gleide Davis denunciam o racismo de duas formas. No primeiro caso - ao falar sobre a destruição deixada pelo ciclone Idai nos países Moçambique, Zimbábue e Malauí - é exposto o descaso internacional demonstrado pela falta de ajuda a esses locais. Esse fato é visto como racismo posto que a comoção e os auxílios são voltados para os países com população predominantemente branca. No segundo caso, expõe a morte de Evaldo Rosa, que foi morto por 80 tiros disparados pelo exército na cidade do Rio de Janeiro, acrescentando a informação de que o homicídio da população negra é algo extremamente recorrente no Brasil, pois ocorre a cada 23 minutos, sendo que 87% das pessoas mortas por armas de fogo são negras. Nesse mesmo post, é apresentada uma imagem que denuncia o racismo, a divisão de classes e a proteção de uns (classes mais altas) em detrimento de outras (classes mais baixas). A questão de classe também aparece no terceiro texto (que é de Julio Suelen e foi compartilhado por Gleide Davis), o qual discorre sobre a grande discrepância do poder aquisitivo da população brasileira, reforçando como o salário mínimo é baixo e como seria um enorme problema se ele fosse diminuído mais ainda, principalmente no caso de idosos. E Gleide Davis reforça que essa ideia, referente à Reforma da Previdência,

atingiria todas as pessoas, ainda mais porque todos serão idosos um dia. O último texto traz um *print* de uma matéria que apresenta a informação de que uma em cada vinte mulheres carrega um gene que atrapalharia o funcionamento de métodos contraceptivos hormonais. Essa informação mostra-se importante visto que os movimentos feministas, desde sempre lutam pelo direito ao controle da natalidade por parte da mulher.

Abaixo apresentamos os textos de Tamires Marinho:

Figura 18: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Figura 19: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Neles, são abordados temas mais específicos da vertente do feminismo marxista, no caso do primeiro exemplo, e temas mais abrangentes dos diversos movimentos feministas, como é o caso do segundo. O primeiro denuncia a exploração das classes sociais mais baixas não só com base em salários baixos (como foi abordado em textos acima), mas também com a exploração do tempo da classe trabalhadora. O segundo texto denuncia as várias práticas violentas que os homens podem exercer sobre as mulheres, como machismo, misoginia e abuso físico, psicológico e sexual.

Além de trazer esses atores legitimados, em outros textos, a página traz, junto ao seu texto, outros atores sociais (através de um *hiperlink* de matérias da Grande Mídia) para agregar à produção textual como pode ser visto nos dois exemplos a seguir:

Figura 20: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Feminismo Sem Demagogia - Original 12 de março às 16:44 · 🌐

#Direitos #DireitosDasMulheres #NemUmaAMenos #MariellePresente

Chefe da ONU alerta para retrocesso nos direitos das mulheres no mundo
O secretário-geral da ONU, António Guterres, advertiu nesta segunda-feira (11) que está ocorrendo um retrocesso mundial nos direitos das mulheres, e exortou os delegados de um encontro anual sobre a situação das mulheres a não ceder terreno.

As mulheres que se candidatam a cargos políticos e as defensoras de direitos humanos enfrentam um aumento da violência, enquanto que em alguns países aumentam os casos de feminicídio.

<https://istoe.com.br/chefe-da-onu-alerta-para-retrocesso-n.../>

ISTOE.COM.BR

Chefe da ONU alerta para retrocesso nos direitos das mulheres no mundo - ISTOÉ Independente

👍👎👉👊 197 1 comentário 49 compartilhamentos

Figura 21: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



A página apresenta uma matéria da *Isto É* (figura 20), que traz a fala do secretário-geral da ONU, António Guterres, sobre a ameaça de retrocesso nos direitos das mulheres em âmbito mundial, uma vez que há um forte aumento de violências e feminicídio de mulheres candidatas a cargos políticos e defensoras de direitos humanos. O segundo exemplo apresentado (figura 21) contém o depoimento de 2015 de uma das administradoras e também fundadoras da página *Feminismo sem Demagogia - Original*. Nele, ela relata as violências que sofreu em um relacionamento abusivo (tema que, como veremos mais a fundo na próxima seção, é muito recorrente nas postagens da página). Além de exemplos como esse, outros atores da Grande Mídia são mobilizados com a função de agregar ideias do campo jornalística que estão em sintonia com as concepções defendidas pela página *Feminismo sem Demagogia – Original*. Além desses exemplos, são mobilizados os atores *GI*, *Brasil de Fato*, *Gazeta Web*, *Revista Fórum*, *Revista Crescer* e *UOL*.

Em outro texto da *Isto é*, noticia-se o pedido de esclarecimento da esposa viúva de Marielle Franco sobre os mandantes do assassinato. São apresentadas quatro matérias da *GI*, que informam sobre a morte de uma menina de 11 anos, o homicídio de um jovem negro, os PMs suspeitos de matar Marielle Franco, e a definição de *stalker* e exemplos de mulheres perseguidas por eles. Também são trazidos os veículos de

informação *Brasil de Fato* (informações sobre o PAISM), *Gazeta Web* (matérias sobre as mulheres serem as principais vítimas de relacionamento abusivo), *Revista Fórum* (posicionamento da revista de o assassinato de Marielle ser por questões políticas), *Revista Crescer* (texto acerca da necessidade de conscientização do autismo) e *UOL* (opinião sobre a Reforma da Previdência prejudicar as mulheres). Esses exemplos reiteram a concepção apresentada por Bourdieu (1989) de que se deve haver apelo a forças não apenas internas ao campo, mas também externas a ele; já que, nesses casos, atores do campo político mobilizam produções discursivas de outro campo, ao postarem matérias jornalísticas como argumentos de autoridade. As postagens parecem funcionar como uma justificativa, por meio de fatos evidenciados pelo meio jornalístico, para a necessidade das lutas feministas, uma vez que os textos abordam o incremento e a manutenção da violência de todos os tipos contra as mulheres no Brasil e no mundo.

Certa intersecção entre o campo político e jornalístico pode ser verificada, também, em seis postagens de jornalistas que foram compartilhadas pelas páginas. Nessas são mobilizadas as falas dos atores sociais Cristiane Sampaio em *Brasil de Fato* (opinião sobre o fato de que há poucas mulheres em cargos de poder - eletivos ou de comando), Carol Scorece em *Carta Capital* (opinião sobre o avanço de projetos conservadores que prejudicam as mulheres), Dodô Azevedo em *GI* (opinião sobre as mortes na ditadura do Brasil), Allan de Abreu em *Revista Piauí* (opinião sobre Marielle Franco ter sido morta por questão política e sobre o envolvimento da milícia no caso), Leonardo Sakamoto em seu perfil pessoal (opinião sobre os PMs presos pelo assassinato de Marielle Franco) e Patrícia Lélis em seu perfil pessoal (opinião sobre feminismo e casamento). Nesses casos, como o que aconteceu nas outras postagens de jornalistas compartilhadas pela página, há uma clara apresentação de opiniões que convergem com os ideais do campo político do feminismo marxista (por mais que esses agentes também sejam integrantes do campo jornalístico), ao apresentar tanto a opressão contra a mulher em vários níveis quanto as consequências da ditadura no Brasil. Para detalhar melhor, apresentamos a postagem de Patrícia Lélis:

Figura 22: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Patrícia Lélis, em suas redes sociais, autodenomina-se como *political journalist* e *socialist* e divulga conteúdos alinhados a essas autodenominações. Na postagem apresentada, defende-se a importância dos ideais feministas, inclusive dentro das relações amorosas.

Há, também, o exemplo do ator social *Revista Az Minas* mobilizado pela página, como pode ser visto no exemplo abaixo:

Figura 23: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Essa revista, em sua página do *Facebook*, define-se como “jornalismo independente, crítico, divertido e gratuito para mulheres de A a Z” e, na postagem acima, alerta sobre uma suposta pirâmide financeira feminista, o tear dos sonhos, que estaria explorando mulheres a partir de uma falsa roupagem “holística, sagrada e feminista”.

Assim, percebe-se, a partir dos exemplos apresentados, que há grande incidência de conteúdo político sobre os direitos das mulheres, mesmo dentro do campo jornalístico, ou seja, há uma intersecção entre esses campos a partir das diversas atuações dos atores sociais que transitam entre esses microcosmos. É importante destacar que os atores mobilizados pela página pertencem a eixos diferentes dentro do campo jornalístico, porém suas posições nos eixos não diferem em relação à defesa dos direitos das mulheres, considerando ainda que as posições dentro dos eixos são determinadas de forma relacional, em relação ao outro e às polaridades.

Além desses atores sociais, são trazidas outras páginas do *Facebook* com focos muito diversos, como: (i) *Cartoons da Amanda*, que compartilha charges e histórias em quadrinhos com protagonismo feminino; (ii) *De filha para filha: conhecendo a mãe narcisista*, a qual divulga informações sobre mães narcisistas; (iii) *Pheeno*, que apresenta conteúdo sobre a diversidade LGBT; (iv) *Um filme me disse*, que compartilha imagens com capturas de cenas de diversos filmes; (v) *Filhos afetados por pais sem estrutura*, a qual tem como intuito “mostrar como alguns pais afetam a vida de seus filhos, principalmente de forma negativa”; (vi) *Feiticeira de Lúcifer Mamba Negra*, a qual, em seu *Facebook*, define-se como “Bruxa Luciferiana, iniciada em várias ramificações da Alta Magia, Sacerdotisa de Lilith, taróloga e conselheira espiritual” e que sua página é “dedicada a trabalhos espirituais, conhecimento e estudo da bruxaria e suas vertentes; (vii) *Sybillas*, a qual oferece consultas de psicanálise, de Tarot de Marselha, de Tarot Cigano e terapias holísticas. Ademais, apresenta-se como um “espaço de incentivo a autonomia da mulher através do autoconhecimento e superação do passado nocivo” e pretende “oferecer profissionais que atuem dentro de uma visão humanizada, tendo como exigência que a equipe seja de mulheres, feministas, que tenham debate de raça e classe, a fim de não contaminar as consultas e aconselhamentos com pensamentos limitantes e que possam de alguma forma oprimir nossas consulentes”; (viii) *Somos Todas Bruxas*, que, segundo a seção “sobre” do seu *Facebook*, pretende divulgar assuntos relacionais ao autoconhecimento, espiritualidade, empoderamento feminino e Sagrado Feminino.

Aqui, além da diversidade das páginas mobilizadas como atores sociais, é mister observar duas recorrências nesses atores. A primeira é o fato de haver dois atores sociais que abordam temas relacionados aos danos que os pais podem causar aos filhos e a segunda é o embricamento muito presente entre as questões relacionadas à luta das

mulheres e aos conhecimentos místicos, principalmente referentes à bruxaria. O livro *Calibã e a Bruxa* de Silvia Federici (2017) possibilita que entendamos melhor esse segundo imbrincamento. Esse livro aborda como a exploração da mulher e do corpo feminino foi e ainda é necessária para a implantação, manutenção e existência do sistema capitalista. Como as mulheres foram as mais afetadas na transição do feudalismo para o capitalismo, elas foram as principais a liderarem os movimentos de revolta, visto que estavam perdendo acesso a terra e à autonomia de seus corpos. Isso ocorreu porque, para o avanço do sistema capitalista, a mulher fora vista como máquina de reprodução da mão de obra necessária para o sistema. Para isso, teve grande força a figura da bruxa tida como serva do diabo e infanticida. As consideradas bruxas eram as mulheres independentes que não estavam subordinadas a homens (seja dentro ou fora do casamento) e/ou que tinham conhecimentos medicinais sobre ervas de cura e sobre parto. Assim, a caça às bruxas foi “uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social” (FEDERICI, 2017, p.334) para que lhes restasse apenas o trabalho doméstico não remunerado e a reprodução e criação dos filhos para manter a existência de mão de obra.

Esse panorama traçado por Federici (2017) encontra-se intimamente relacionado com os ideais do feminismo marxista, já que expõe como o capitalismo se aproveitou e se aproveita da mulher e de seu corpo. Abaixo, vejamos três exemplos de postagens da página *Feminismo sem Demagogia – Original* que são de atores sociais já comentadas acima: Feiticeira de Lúcifer Mamba Negra, Sybillas e Somos Todas Bruxas.

Figura 24: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

Feminismo Sem Demagogia - Original compartilhou uma publicação.
15 de março às 00:50 · 🌐



Feiticeira De Lúcifer Mamba Negra
24 de fevereiro às 12:52 · 🌐 👍 Curtir Página

A origem do termo VIRGEM

"Antigas sacerdotisas da lua eram chamadas de virgens. 'Virgem' significava não-casada, não-pertencente a um homem – uma mulher que era UMA EM SI MESMA.

A palavra deriva do Latim, significando força, habilidade, e mais tarde foi aplicada a homens como 'viril'.

Ishtar, Diana, Astarte, Isis eram todas chamadas Virgens, o que não se referia à sua castidade sexual, mas à sua independência sexual. E todos os grandes heróis de culturas passadas, míticos ou históricos, eram ditos serem nascidos de mães virgens: Marduk, Gilgamesh, Buda, Osiris, Dionísio, Genghis Khan, Jesus – todos eram reconhecidos como filhos da Grande Mãe, a Força Original, e seus enormes poderes provinham dela.

Quando os Hebreus usaram a palavra, no original em Aramaico significava "mulher jovem", "donzela", sem conotações de castidade sexual. Mais tarde, tradutores cristãos não aceitaram a "Virgem Maria" como uma mulher de sexualidade independente e distorceram o significado para sexualmente pura, intocada, casta".

Fonte: Monica Sjöö, The Great Cosmic Mother: Rediscovering the Religion of the Earth

👍❤️👍 1,4 mil 35 comentários 334 compartilhamentos

Figura 25: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

 **Feminismo Sem Demagogia - Original** 18 de março · 🌐



“Seja a mulher que você precisava ter por perto quando você era uma menina”

Sibyllas 18 de março · 🌐 Curtir Página

No ultimo episódio da primeira temporada de How to get away with murder, Analise (Viola Davis), tem uma conversa com sua Mama Ophelia (Cicely Tyson), sobre os abusos sexuais que sofreu do Tio, e de como sentia se indefesa e ela pensava que a mãe sabia e não havia feito nada para protegê-la.

Então a mãe diz que um dia viu o tio de Analise entrar em seu quarto, então percebeu o que estava acontecendo. Um dia ela chegou em casa e o tio de Analise, que era seu irmão, estava bebado, meio desmaiado no sofá, e ela acendeu alguns fósforos e pos fogo na casa, salvando apenas a si mesma e Analise. Foi a forma que ela achou para fazê-lo pagar pelo que fez, para fazê-lo parar de abusar de Analise, ainda que para isso, tenha perdido a unica casa que tinha.

   420 16 comentários 44 compartilhamentos

Figura 26: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Esses textos, de forma geral, tematizam o combate à subjugação do corpo das mulheres, tanto pela falta de independência sexual quanto pela violação dos corpos através da violência sexual. Ademais, principalmente nas duas últimas postagens, há a tematização da necessidade de união entre as mulheres para combater essa subordinação. Percebe-se, assim, que esses tópicos estão relacionados tanto às pautas feministas como também à história da caça às bruxas, pois neles há desassociação de que o corpo da mulher é uma propriedade de outrem.

Além desses atores sociais, outros são mobilizados, como as organizações de mulheres que lutam por causas feministas. São compartilhadas postagens do *Blogueiras Feministas*, que, em sua página do *Facebook*, define-se como mulheres e homens feministas de vários países e com diferentes experiências de vida. Outra página mobilizada é a do *Geledés - Instituto da Mulher Negra*, que foi criado em 1988 e tem por missão institucional “a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral”. Por fim, também foi compartilhada postagem do *Coletivo Feminista Margaridas*; o qual, em seu *Facebook*, apresenta-se como “um instrumento de auto-organização das mulheres, feministas, antirracistas e anticapitalistas, em Jaguarão para a articulação da luta contra a violência à mulher, o machismo como um todo e o capitalismo, sustentáculo de toda a opressão contra a classe trabalhadora, especialmente às mulheres” e que luta por várias

pautas “como o racismo, o capitalismo, a reforma agrária e rural, a gordofobia, lesbofobia, maternidade compulsória, etc”. Percebe-se, então, que são agentes que vão ao encontro das ideias defendidas pelo feminismo marxista, tanto de forma mais geral, como o *Blogueiras Feministas*, quanto mais específica como o *Geledés*, que foca mais precisamente nas questões raciais das mulheres negras, e o *Coletivo Margaridas*, que apresenta uma vertente mais próxima ao feminismo marxista, ao apresentar-se como grupo que combina a luta das mulheres com a luta anticapitalista e antirracista.

Após essa análise dos atores sociais mobilizados pelo ator social político *Feminismo sem Demagogia – Original*, é importante voltarmos nosso olhar para o tópico discursivo.

4.2 Tópicos discursivos das postagens da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Ao analisarmos a página *Feminismo sem Demagogia - Original* como ator social político e os atores sociais mobilizados por essa, expomos também alguns textos e suas temáticas. Agora, para ter uma visão mais precisa sobre o que se fala nessa página, vamos discorrer e analisar os supertópicos de todo o *corpus* juntamente com o estudo de alguns quadros tópicos de texto importantes para aprofundar os assuntos abordados.

Com base na metodologia descrita no capítulo anterior, foram extraídos os supertópicos dos 95 textos do nosso *corpus*, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 4: Supertópicos das postagens da *Feminismo sem Demagogia – Original*

SUPERTÓPICOS DAS POSTAGENS DA <i>FEMINISMO SEM DEMAGOGIA – ORIGINAL</i>		
Número	Data	Supertópico
1	11/03/2019	Stalker e a perseguição de mulheres
2	11/03/2019	Aniversário do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher)
3	11/03/2019	Reforma da previdência
4	11/03/2019	Feminismo negro
5	11/03/2019	Violência contra a mulher
6	11/03/2019	Mulher na ciência
7	11/03/2019	Feminicídio
8	11/03/2019	Posicionamento do Presidente da República sobre a

		necessidade de liberdade de expressão irrestrita
9	11/03/2019	Relacionamento abusivo
10	12/03/2019	Suspeitos do assassinato de Marielle Franco
11	12/03/2019	Ameaça aos direitos das mulheres
12	12/03/2019	Assassinato da Marielle Franco
13	12/03/2019	Assassinato de Marielle Franco
14	12/03/2019	Assassinato da Marielle Franco
15	12/03/2019	Participação política das mulheres
16	12/03/2019	Retrocesso nos direitos das mulheres
17	12/03/2019	Assassinato da Marielle Franco
18	12/03/2019	Assassinato da Marielle Franco
19	12/03/2019	Assassinato da Marielle Franco
20	12/03/2019	Assassinato da Marielle Franco
21	13/03/2019	Força das mulheres negras
22	13/03/2019	Tiroteio em Suzano
23	14/03/2019	Relações familiares no capitalismo
24	14/03/2019	Homenagem a Marielle Franco
25	14/03/2019	Assassinato de Marielle Franco
26	14/03/2019	Ocupação do MST
27	14/03/2019	Tiroteio em Suzano
28	14/03/2019	Tiroteio em Suzano
29	14/03/2019	Assassinato da Marielle Franco
30	14/03/2019	Videogame e a violência
31	15/03/2019	Pirâmide financeira feminina
32	15/03/2019	Origem da palavra “virgem”
33	15/03/2019	Exploração do capitalismo
34	15/03/2019	Ineficácia de método contraceptivo
35	16/03/2019	Lutar como uma garota
36	16/03/2019	Feminismo e casamento
37	17/03/2019	Assédio Sexual
38	17/03/2019	Homicídio da população pobre
39	17/03/2019	Violência contra a mulher
40	17/03/2019	Mãe abusiva
41	17/03/2019	Assimetria no relacionamento
42	17/03/2019	Masculinidade tóxica
43	18/03/2019	Abuso sexual
44	18/03/2019	Homicídio dos pobres
45	18/03/2019	Desigualdade de salário entre gêneros
46	18/03/2019	Relacionamento abusivo
47	18/03/2019	Criminalização do feminicídio
48	21/03/2019	Empoderamento feminino
49	21/03/2019	Divisão de classes
50	21/03/2019	Reforma da previdência
51	21/03/2019	Relacionamento tóxico
52	21/03/2019	Relacionamento tóxico
53	22/03/2019	Infanticídio
54	22/03/2019	Kit Gay

55	22/03/2019	Violência contra a mulher
56	22/03/2019	Desigualdade entre gêneros
57	22/03/2019	Divisão de classes
58	23/03/2019	Sexualidade
59	23/03/2019	Divisão de classes
60	23/03/2019	Método contraceptivo
61	23/03/2019	Racismo
62	24/03/2019	Racismo
63	24/03/2019	Desastre em Moçambique
64	26/03/2019	Violência contra a mulher
65	26/03/2019	Aborto
66	26/03/2019	Antifeminismo
67	26/03/2019	Feminismo e divisão de classes
68	28/03/2019	Personalidade forte das mulheres não ser bem aceita
69	28/03/2019	Golpe de 64
70	28/03/2019	Gravidez
71	28/03/2019	Corpo da mulher
72	30/03/2019	Intolerância religiosa
73	31/03/2019	Relacionamento abusivo
74	31/03/2019	Ideal feminista
75	31/03/2019	Mãe abusiva
76	31/03/2019	Empatia com as temática abordadas
77	01/04/2019	Relacionamento abusivo
78	01/04/2019	Abuso sexual
79	01/04/2019	Satisfação sexual
80	02/04/2019	Conscientização do autismo
81	02/04/2019	Superação de momentos ruins
82	02/04/2019	Fortalecimento entre mulheres ao invés de rivalidade
83	04/04/2019	Violência contra a mulher
84	04/04/2019	Postura das mulheres em momentos de lazer
85	04/04/2019	Estupro
86	05/04/2019	Machismo
87	08/04/2019	Homicídio da população negra
88	08/04/2019	Laqueadura
89	08/04/2019	Extermínio praticado pela polícia
90	08/04/2019	Medo de homens
91	09/04/2019	Feminicídio
92	10/04/2019	Medo de homens
93	10/04/2019	Homicídio dos negros
94	11/04/2019	Feminicídio
95	11/04/2019	Extensão da licença-maternidade

A partir dessa sistematização, percebe-se a presença de três grandes eixos temáticos, tais quais: (i) violências contra a mulher; (ii) assuntos sociopolíticos dos feminismos; (iii) assuntos relacionados ao eixo do feminismo marxista. Essa relação

será melhor destrinchada e analisada ao longo desta seção, em que apresentaremos quais supertópicos pertencem a cada eixo temático, analisando-os; e, para aprofundar o estudo dos supertópicos, para cada eixo temático serão analisados também alguns quadros tópicos de cada assunto.

A primeira temática, as violências contra a mulher, está muito presente na maior parte dos supertópicos de nosso *corpus*. Ela pode aparecer tanto de uma forma mais geral, como nas cinco ocorrências do supertópico “violência contra a mulher” ou de formas mais específicas, ao serem nomeados por meio de qual categoria de violência se está tratando, tal qual nos supertópicos “stalker e a perseguição de mulheres”, “assédio sexual”, “abuso sexual” (duas ocorrências), “criminalização do feminicídio”, “estupro”, “feminicídio” (três ocorrências). Para analisar melhor esse último, apresentamos abaixo o quadro tópico de um dos textos com esse supertópico de maior incidência:

Figura 27: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

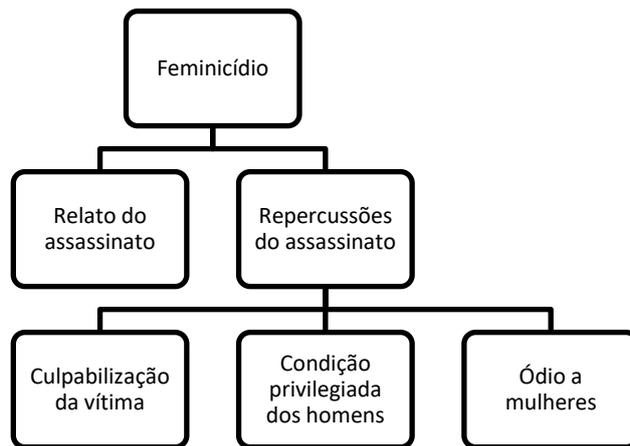


Tabela 5: Quadro tópico da postagem de 11/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

Data da postagem: 11/03/2019		
Supertópico: Feminicídio		
Linhas	Tópico	Subtópicos
1-2	Relato do assassinato	Assassinato Comentários sobre o caso

3-12	Repercussões do assassinato	Culpabilização da vítima
		Condição privilegiada dos homens
		Ódio a mulheres

Quadro 2: Quadro tópico da postagem de 11/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*



Nesse exemplo, podemos observar que, dentro do supertópico “feminicídio”, é trazido um relato de assassinato de mulher como primeiro tópico e esse possibilita que, em outro tópico, sejam apresentadas as repercussões desse caso, as quais são temáticas frequentes nos movimentos feminista, tais quais a culpabilização da vítima, a condição privilegiada dos homens na sociedade e o ódio a mulheres. Outro texto interessante que segue uma estrutura parecida é o de supertópico “estupro”:

Figura 28: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia – Original*


Feminismo Sem Demagogia - Original
11 de abril · 🌐

Gleide Davis
11 de abril

Uma enfermeira abusou sexualmente de um paciente com um grave problema de saúde.
Os comentários dos homens na notícia são "kkkk sortudo" "não deixa ela saber que eu estou internado em X hospital"

A concepção patriarcal e doentia de que 3stupr0 é sexo e não uma VIOLÊNCIA, é a forma mais esdrúxula de perpetuar uma lógica de dominação por um ato extremamente violento.
Por isso quando vítimas vão denunciar, ouvem coisas como "mas você disse que não queria?" "você acha que ele pensou que poderia estar te violentando?"
Porque existe a concepção de que houve "sexo" e não de que um corpo foi violado sem o consentimento de quem o pertence.

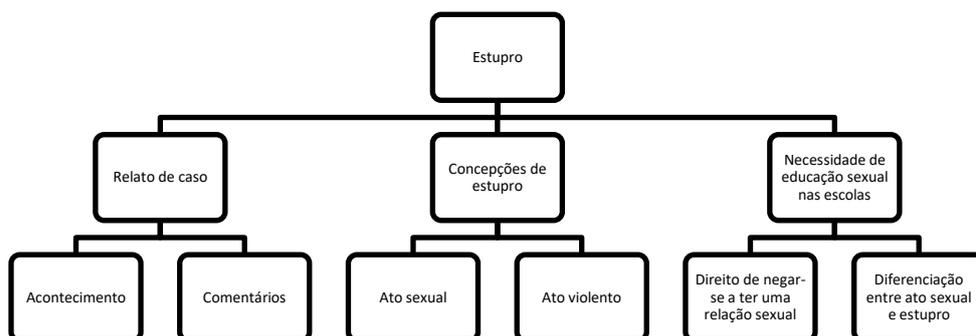
Por isso precisamos da educação sexual nas escolas. Porque além do "não é não" precisamos tomar consciência de que ato sexual gera prazer para ambos lados, e de que a mínima resistência de um dos, configura-se como um ato violento, invasivo, cruel e criminoso, nada menos e nem mais que isso.

👍👎👏 254 1 comentário 50 compartilhamentos

Tabela 6: Quadro tópico da postagem de 11/04/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Data da postagem: 11/04/2019 (2)		
Supertópico: Estupro		
Linhas	Tópico	Subtópicos
1-4	Relato do caso	Acontecimento
		Comentários
5-11	Concepções de estupro	Ato sexual
		Ato violento
12-15	Necessidade de educação sexual nas escolas	Direito de negar-se a ter uma relação sexual
		Diferenciação entre ato sexual e estupro

Quadro 3: Quadro tópico da postagem de 11/04/2019 da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Esse exemplo também tem como primeiro tópico o relato de um caso, o qual tem como subtópicos “acontecimento” e “comentários”. Após, há o tópico “concepções de estupro”, subdividindo-se nos subtópicos “ato sexo” e “ato violento”. Por último, há o tópico “necessidade de educação sexual nas escolas”, o qual se subdivide nos subtópicos “direito de negar-se a ter uma relação sexual” e “diferenciação entre ato sexual e estupro”. Assim, a organização do texto possibilita que, a partir de um exemplo concreto, possa ser explicado e diferenciado, no segundo tópico e no sexto subtópico, a diferença entre sexo e estupro. Ademais, também possibilita o reforço de que é necessária a educação sexual nas escolas para que se aprenda sobre essa diferença entre ato sexual e ato violento.

A tabela de supertópicos também mostra que, dentro do assunto “violência”, há a especificação dessa dentro de relacionamentos: “relacionamento abusivo” (quatro ocorrências) e “relacionamento tóxico” (duas ocorrências). Sobre esses supertópicos envolvendo violência dentro do relacionamento, podemos analisar a postagem abaixo:

Figura 29: Postagem da página *Feminismo Sem Demagogia – Original*

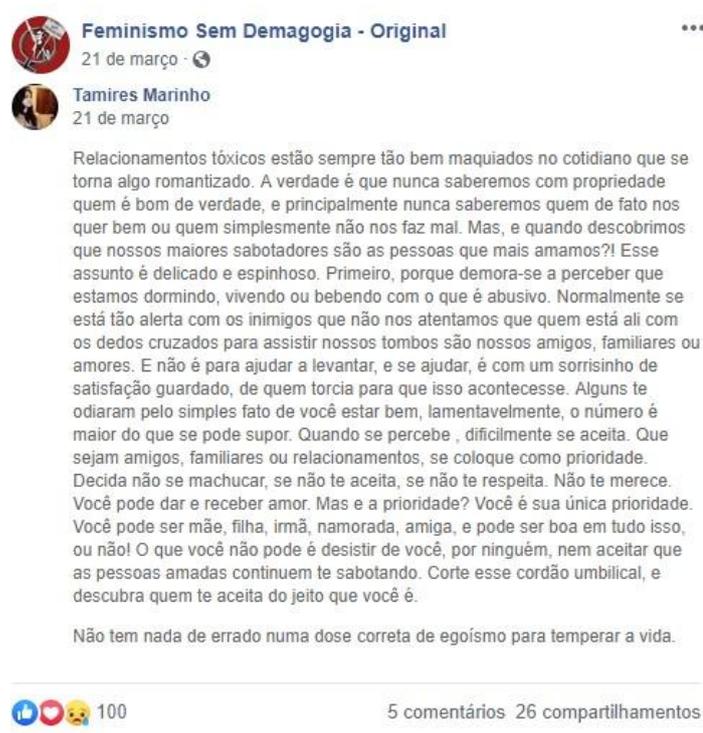


Tabela 7: Quadro tópico da postagem de 21/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Data da postagem: 21/03/2019		
Supertópico: Relacionamentos tóxicos		
Linhas	Tópico	Subtópicos
1-14	Caracterização de relacionamentos tóxicos	Não percepção de que pessoas próximas podem nos sabotar
		Atos de sabotagem realizados por pessoas próximas
15-21	Orientação	Fortalecimento pessoal
		Afastamento das pessoas tóxicas

Quadro 4: Quadro tópico da postagem de 21/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Diferentemente dos outros quadros tópicos, essa organização se dá sem um exemplo ou relato para desencadear as reflexões e/ou explicações. Os tópicos são “caracterização de relacionamentos tóxicos” e “orientação”, o que nos mostra tanto um direcionamento explicativo (abordando a romantização dos relacionamentos tóxicos e os atos que são realizados pelos abusadores) quanto injuntivo, ao fornecer informações de como se deve proceder após descobrir que se está em um relacionamento tóxico, como indicam os subtópicos “fortalecimento pessoal” e “afastamento das pessoas tóxicas”.

Ainda sobre a violência contra a mulher, em outros casos, os supertópicos focam os atores e os processos sociais responsáveis pela violência: “medo de homens” (duas ocorrências), “masculinidade tóxica”, “machismo” e “mãe abusiva” (duas ocorrências); em outros, há o foco na vítima da violência: “infanticídio”.

A ocorrência desses supertópicos, tópicos e subtópicos em textos da página *Feminismo sem Demagogia – Original* é importante para a luta dentro desse campo político porque expõe claramente essa relação entre dominantes e dominados dentro do campo, visto que o patriarcado representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia como na violência e confere, praticamente sem restrições, direitos sexuais aos homens sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004). Assim, há a exposição de que essa estrutura não pode ser naturalizada, mas sim exposta como a base das violências contra a mulher.

Essas violências contra a mulher também aparecem com base em um fato marcante que foi o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco: “suspeitos do assassinato de Marielle Franco”, “assassinato da Marielle Franco” (nove ocorrências) e “homenagem a Marielle Franco”. Esse caso é vastamente abordado não só por ser a morte de uma mulher negra, mas também por ser o assassinato de uma política que defendia o feminismo e os direitos humanos e que criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e atos autoritários da Polícia Militar; assim, seu assassinato foi visto por muitos movimentos, inclusive os feminismos, como um crime político realizado por seus opositores. Por fim, a violência aparece também de uma forma mais geral e não diretamente relacionada às mulheres por estar relacionada a acontecimentos da época, como em “tiroteio em Suzano” (três ocorrências); ou por estar relacionada a meios que estimulem a violência, como em “videogame e a violência”.

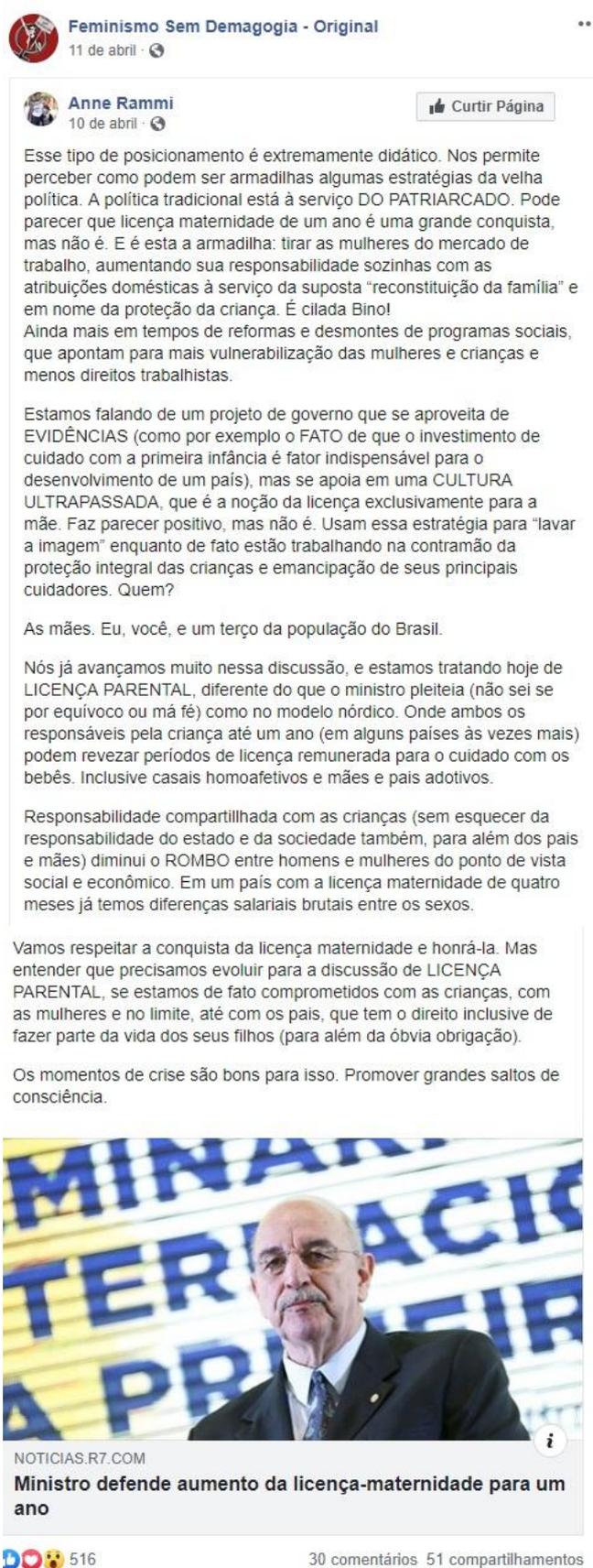
O segundo eixo temático - assuntos sociopolíticos dos feminismos - apresenta três ramificações: a) a *construção social da mulher e de suas relações*; b) *direitos sociais, políticos e econômicos* e c) *saúde da mulher*.

Sobre a ramificação temática - construção social da mulher e de suas relações -, têm-se os seguintes tópicos: “empoderamento feminino”, “lutar como uma garota”, “desigualdade entre gêneros”, “personalidade forte das mulheres não é bem aceita”, “ideal feminista”, “mulher na ciência”, “feminismo e casamento”, “assimetria no relacionamento”, “postura das mulheres em momentos de lazer”, “fortalecimento entre mulheres ao invés de rivalidade”, “antifeminismo”, “superação de momentos ruins”, “empatia com as temáticas abordadas”. Esses são assuntos em comum por estarem relacionados a assuntos basais dos movimentos feministas, como a contestação dos papéis sociais das mulheres bem como de sua postura e comportamento na sociedade e a desejável união das mulheres para se fortalecerem ao invés de serem concebidas como rivais.

A respeito da segunda ramificação temática - direitos sociais, políticos e econômicos -, têm-se os seguintes supertópicos: “ameaça aos direitos das mulheres”, “participação política das mulheres”, “retrocesso nos direitos das mulheres”, “extensão da licença-maternidade”, “pirâmide financeira feminina”, “reforma da previdência” (duas ocorrências) e “desigualdade de salário entre gêneros”. Essas postagens abordam tanto a defesa da manutenção e melhora dos direitos das mulheres como também a

importância da participação política dessas e da igualdade salarial entre gêneros. Acerca dessa temática, é interessante lançarmos o olhar para um texto que já foi apresentado no capítulo anterior e, agora, apresentamo-lo novamente para realizar uma análise mais detalhada.

Figura 30: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia – Original*



Feminismo Sem Demagogia - Original 11 de abril · 🌐

Anne Rammi 10 de abril · 🌐 Curtir Página

Esse tipo de posicionamento é extremamente didático. Nos permite perceber como podem ser armadilhas algumas estratégias da velha política. A política tradicional está à serviço DO PATRIARCADO. Pode parecer que licença maternidade de um ano é uma grande conquista, mas não é. E é esta a armadilha: tirar as mulheres do mercado de trabalho, aumentando sua responsabilidade sozinhas com as atribuições domésticas à serviço da suposta "reconstituição da família" e em nome da proteção da criança. É cilada Bino! Ainda mais em tempos de reformas e desmontes de programas sociais, que apontam para mais vulnerabilização das mulheres e crianças e menos direitos trabalhistas.

Estamos falando de um projeto de governo que se aproveita de EVIDÊNCIAS (como por exemplo o FATO de que o investimento de cuidado com a primeira infância é fator indispensável para o desenvolvimento de um país), mas se apoia em uma CULTURA ULTRAPASSADA, que é a noção da licença exclusivamente para a mãe. Faz parecer positivo, mas não é. Usam essa estratégia para "lavar a imagem" enquanto de fato estão trabalhando na contramão da proteção integral das crianças e emancipação de seus principais cuidadores. Quem?

As mães. Eu, você, e um terço da população do Brasil.

Nós já avançamos muito nessa discussão, e estamos tratando hoje de LICENÇA PARENTAL, diferente do que o ministro pleiteia (não sei se por equívoco ou má fé) como no modelo nórdico. Onde ambos os responsáveis pela criança até um ano (em alguns países às vezes mais) podem revezar períodos de licença remunerada para o cuidado com os bebês. Inclusive casais homoafetivos e mães e pais adotivos.

Responsabilidade compartilhada com as crianças (sem esquecer da responsabilidade do estado e da sociedade também, para além dos pais e mães) diminui o ROMBO entre homens e mulheres do ponto de vista social e econômico. Em um país com a licença maternidade de quatro meses já temos diferenças salariais brutais entre os sexos.

Vamos respeitar a conquista da licença maternidade e honrá-la. Mas entender que precisamos evoluir para a discussão de LICENÇA PARENTAL, se estamos de fato comprometidos com as crianças, com as mulheres e no limite, até com os pais, que tem o direito inclusive de fazer parte da vida dos seus filhos (para além da óbvia obrigação).

Os momentos de crise são bons para isso. Promover grandes saltos de consciência.

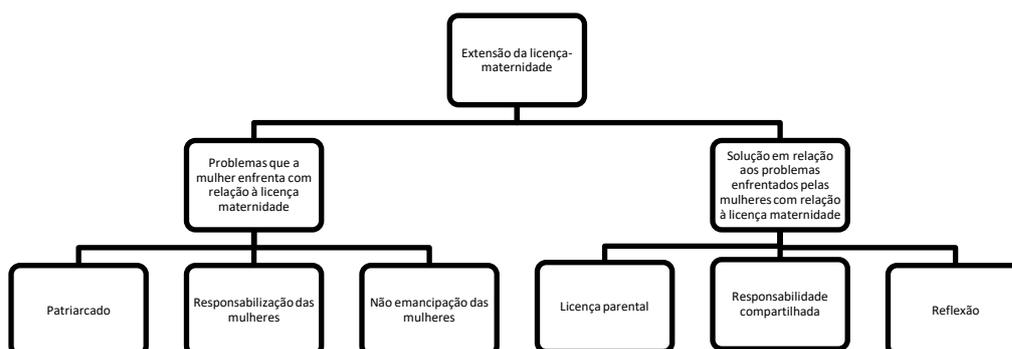
Ministro defende aumento da licença-maternidade para um ano

NOTÍCIAS.R7.COM

516 30 comentários 51 compartilhamentos

Tabela 8: Quadro tópico da postagem de 11/04/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Data da postagem: 11/04/2019		
Supertópico: Extensão da licença-maternidade		
Linhas	Tópico	Subtópicos
1-21	Problemas que a mulher enfrenta com relação à licença maternidade	Patriarcado
		Responsabilização das mulheres
		Não emancipação das mulheres
22-34	Solução em relação aos problemas enfrentados pelas mulheres com relação à licença maternidade	Licença parental
		Responsabilidade compartilhada
		Reflexão

Quadro 5: Quadro tópico da postagem de 11/04/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Esse texto é altamente argumentativo, pois defende a ideia de como a ação presente no supertópico é algo problemático, posto que esse assunto envolve questões escondidas relacionadas ao patriarcado, à responsabilização da mulher e a não-emancipação das mulheres. Assim, como alternativa melhor, são propostas nos subtópicos do tópico “solução” que haja licença parental e que haja responsabilidade compartilhada.

A terceira temática envolve a saúde das mulheres e, nela, têm-se os supertópicos: “aniversário do PAISM”, “ineficácia de método contraceptivo”, “sexualidade”, “método contraceptivo”, “aborto”, “corpo da mulher”, “gravidez”, “satisfação sexual”, “laqueadura”, “origem da palavra ‘virgem’”, e “conscientização do autismo”. Percebe-se que a maior parte dos tópicos está relacionada à saúde física da

mulher, abordando métodos contraceptivos, conhecimento do corpo e da sexualidade e a importância de programas públicos de assistência à saúde da mulher, como o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher); mas também há o supertópico sobre a conscientização acerca do autismo, que pode estar ou não relacionado diretamente com a saúde da mulher. Sobre essa terceira temática, vejamos a postagem abaixo:

Figura 31: postagem da página *Feminismo sem Demagogia - Original*

Feminismo Sem Demagogia - Original
28 de março

Miranda Wa
27 de março Seguir

INFORMAÇÕES SOBRE O CORPO FEMININO

1. Uma vagina saudável tem PH ácido.
Tem um cheirinho e gosto mais ácido.
A Vagina tem odor.
A Vagina sem odor não existe!
2. Todas as vulvas são diferentes.

A Vulva é a parte externa do órgão, onde ficam os grandes e pequenos lábios. A vulva de praticamente NENHUMA mulher, para não dizer de nenhuma, tem lábios minúsculos perfeitamente simétricos.
Os lábios desenvolvidos são características de todas mulheres adultas, você não precisa ter vergonha dos seus.
3. Além de lábios vaginais desenvolvidos toda a mulher adulta tem pelos.
Pelos nas pernas, pelos nas axilas, pelos púbicos, pelos ou penugem nos mamilos, pelos ou penugem no rosto.
Quem não tem pelos são as crianças.
Vou repetir porque tem muita gente que ainda fica espantada com isto:

Vou repetir porque tem muita gente que ainda fica espantada com isto:
As mulheres adultas têm pelos. ...

4. Os Pelos não são nojentos nem anti-higiênicos.
Eles têm diversas funções como proteção física e proteção térmica.
Se algo é anti-higiênico é a depilação.
Na depilação (seja com cera ou gilete) você agride a pele, causando micro lesões.
Não é por acaso que dói, não é por acaso que incha, fica vermelho e muitas vezes sangra. Quando você se depila fica mais vulnerável a doenças e infecções, tanto por retirar o pelo que é uma proteção, como por magoar a pele deixando-a mais sensível.
A depilação também pode alterar a sua flora vaginal, que é composta por diversas bactérias que trabalham afim de manter a região saudável, Com a depilação também corre o risco de alergias na pele e encravamento de pelos, que podem infectar.
5. É normal você ter um seio maior que o outro. Assim como existem vários tipos de vulvas existem vários tipos de seios.
6. Todas as mulheres têm corrimento vaginal. Todas. É normal.
Ter manchas de corrimento nas calcinhas é normal, não tem nada de nojento ou anti-higiênico
O corrimento saudável tem o cheiro ácido típico da vagina e é transparente/esbranquiado.
De acordo com a transparência e liquidez do seu muco vaginal pode inclusive ter a noção se está fértil ou não.
7. Os fabricantes de calcinhas não entendem a anatomia feminina.
As calcinhas têm uma parte de algodão que é um reforço (justamente porque temos estes corrimentos naturais).
Acontece que para a maioria das mulheres esse reforço está no lugar errado e o corrimento acaba por manchar para além do reforço...
8. As mulheres têm celulite.
99% das mulheres têm celulite.
A Celulite não é uma doença.
9. As Mulheres têm poros.
Aquele pele de photoshop. Não existe.
Os poros também não são um problema de saúde e sim uma questão estética.
Tapar os poros com maquiagem pode causar problemas.
10. As Mulheres envelhecem.
O Envelhecimento também não é uma doença, é um processo natural pelo qual todos os seres vivos passam.
As Marcas de expressão facial também não são doenças e ocorrem porque as mulheres se expressam, marcas da vida deixada pelos sentimentos: linhas de chorar, de sorrir, de sentir....)
11. Você pode achar que o clitóris é pequeno, mas na verdade ele se estende pela parte interna, tendo em média 9 centímetros.
12. A vulva, assim como o pênis, aumenta de tamanho quando excitada, pelo aumento de fluxo sanguíneo.

13. A candidíase, doença genital que pode ocorrer nos homens e nas mulheres, não é necessariamente uma DST, sendo causada pelo aumento de quantidade de um fungo que temos naturalmente. Esse aumento pode ocorrer por vários motivos como por exemplo o uso de antibióticos por tempo prolongado e baixa imunidade.

14. As Mulheres, assim como os homens, podem expelir uma grande quantidade de líquido durante o sexo. Não é xixi amiga e não tem nada de errado!

15. Os orifícios da vagina e da uretra (por onde sai o xixi) são diferentes. A uretra não deve ser penetrada.

16. Flatos (ou "puns") vaginais são normais. Podem ocorrer durante o sexo ou em intenso exercício físico, e é causado pela entrada de ar na vagina.

17. Sentir dor durante o sexo não é normal. As Mulheres não são bonecas insufláveis não ficam confortáveis em todas as posições e não são obrigadas a sentir dor porque para o outro está a ser agradável. Se determinada posição é desconfortável para si, Não faça! Se a penetração ou determinados tipos de penetração forem desconfortáveis para si: não faça! Sexo não é só penetração, bem diferente do que a maioria dos homens acha e nos tenta fazer achar também. Se estiver a sentir dor ou desconfortável informe a pessoa e peça para que pare. Se a pessoa não parar ou reclamar saia de cena !

18. Faça xixi depois de ter relações sexuais! Isso ajuda a prevenir infecções urinárias.

19. A vagina tem músculos, você pode fortalece-los fazendo exercícios como Kegel e Pompoarismo, que também ajudam a prevenir infecções urinárias e nos ajudam a conhecer e ter maior controle sobre essa parte do corpo.

20. Ter a primeira relação sexual é uma coisa, ter o hímen rompido é outra. Você não "perde a virgindade" usando O.B ou Colector Menstrual.

21. Não se lave por dentro, não use duche vaginal. O Nosso corpo é muito inteligente e uma das funções das secreções vaginais já é limpar e retirar células mortas, lavar externamente é suficiente e dessa maneira você não vai perturbar a sua flora vaginal. Você também não precisa de um sabonete muito caro específico para genitais femininos, não tem nada melhor que um sabonete de glicerina sem cheiro (quanto menos coisas tiver no sabonete tipo corantes e tal, melhor).

Não use pensos ou papel higiênico com cheiros ou aromatizantes. E use sempre calcinhas brancas de algodão.

Conheça o seu corpo. Ame o seu corpo!

(Adaptação de um texto de Suzanny Melahel)
(Via Útero em flor)

   4,2 mil

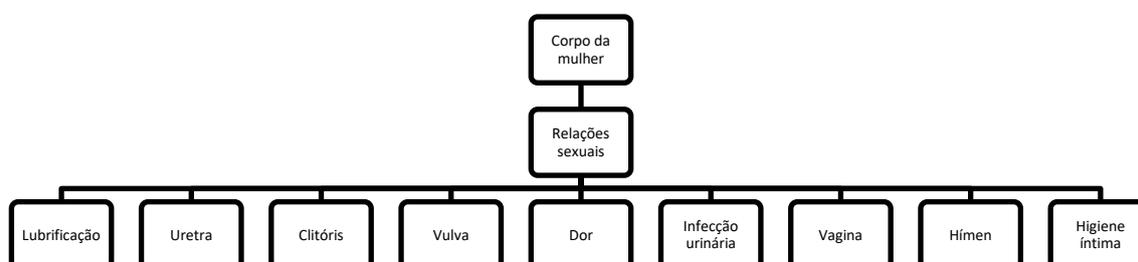
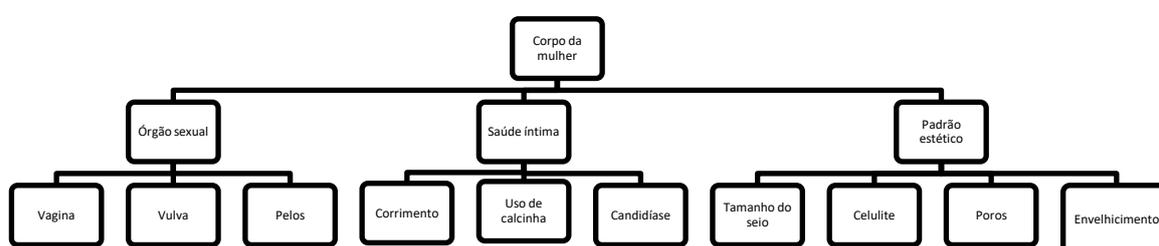
71 comentários 986 compartilhamentos

Tabela 9: Quadro tópico da postagem de 28/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Data da postagem: 28/03/2019		
Supertópico: Corpo da mulher		
Linhas	Tópico	Subtópicos
1-18	Descrição do órgão sexual	Vagina
		Vulva
		Pelos
19-32	Saúde íntima	Corrimento
		Uso de calcinha
		Candidíase
33-45	Padrão estético	Tamanho do seio
		Celulite
		Poros
		Envelhecimento
46-86		Lubrificação
		Uretra

	Relações sexuais	Clitóris
		Vulva
		Dor
		Infecção urinária
		Vagina
		Hímen
		Higiene íntima

Quadro 6: Quadros tópicos da postagem de 28/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*⁴



Esse texto exemplifica bem o caráter, também, informativo da página ao abordar tópicos importantes dentro do supertópico “corpo da mulher”, como “órgão sexual”, “saúde íntima”, “padrão estético” e “relações sexuais”. É importante perceber que, mesmo a organização tendo um caráter expositivo, também há um caráter argumentativo, já que praticamente todos os subtópicos, junto à explicação, contém

⁴ Esse quadro tópico, a caráter de exceção, teve de ser feito em duas partes para que ficasse legível. Então, o segundo quadro é uma continuação do primeiro quadro tópico.

contra-argumentações de informações e concepções errôneas geralmente impostas às mulheres a respeito de seus corpos.

A abordagem dessas temáticas não só contribuem para o combate a uma corporificação do patriarcado (SAFFIOTI, 2004), como também para a redefinição das fronteiras políticas ao imbricar o pessoal e o social, o público e o privado. Com a internet e com as redes sociais, isso ficou ainda mais evidente, visto que no espaço público – em que tudo é potencialmente visível – as questões públicas e privadas estão mescladas devido à exposição dos atores (MARTINO, 2015). Assim, esses temas estão de acordo com as premissas da esfera pública (HABERMAS, 2014 [1962]), por englobar não apenas questões privadas, porém civis.

Além dessas temáticas exploradas até então, outros supertópicos extraídos do *corpus* demonstram como a página *Feminismo sem Demagogia – Original* está inserida dentro do eixo feminista marxista, visto que esses abordam a visão do capitalismo como principal opressor que usa caracteres sociais, de classe e raciais para hierarquizar os membros de uma sociedade (SAFFIOTI, 1976). Assim, temos a apresentação da última temática (assuntos relacionados ao eixo feminista marxista). Sobre o capitalismo e a divisão de classes, têm-se os supertópicos: “exploração do capitalismo”, “homicídio da população pobre” (duas ocorrências), “divisão de classes” (três ocorrências), “feminismo e divisão de classes”, “relações familiares no capitalismo”, “ocupação do MST”, “Golpe de 64” e “posicionamento do Presidente da República sobre a necessidade de liberdade de expressão irrestrita”. Nesses, percebe-se a presença dos marcadores de classe, das consequências do sistema capitalista e de processos e representantes que vão de encontro às ideias defendidas pelo movimento feminista marxista (“Golpe de 64”, por abordar a questão da ditadura militar no Brasil; e “posicionamento do Presidente da República sobre a necessidade de liberdade de expressão irrestrita”, por se referir a Jair Bolsonaro – presidente do Brasil de extrema-direita. Acerca da questão racial, há os supertópicos: “racismo” (duas ocorrências), “homicídio da população negra” (duas ocorrências), “extermínio praticado pela polícia”, “intolerância religiosa”, “desastre em Moçambique”, “feminismo negro” e “força das mulheres negras”. Aqui, são abordados tanto a violência e o preconceito contra a população negra no geral quanto à luta das mulheres negras dentro do feminismo negro. Sobre esses temas, é importante analisarmos o seguinte quadro tópico:

Figura 32: Postagem da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

 **Feminismo Sem Demagogia - Original** compartilhou uma publicação. ...
15 de março às 10:41 · 🌐

Onde estava a mãe destes meninos?

 **Verinha Dias**
15 de março às 10:38

Sobre o atentado a escola de Suzano, uma reflexão

Os pais não viram seus filhos transformarem se em monstros e é muito compreensível que não tenham visto. Desde a invenção do capitalismo a família mudou, infelizmente existe uma parcela da sociedade que teima em manter e impor um modelo de família ultrapassado, onde os pais cuidam, educam, protegem seus filhos 24 horas por dia, ainda que passem 9 horas trabalhando e outras tantas horas, as vezes até 4 horas, no trânsito da cidade, indo e voltando do trabalho para casa e da casa para o trabalho. Ah ainda tem os afazeres de casa, por que os conservadores acham que ainda estamos em tempos de governantas, acham que o assalariado, cada vez mais empobrecido e atacado em seus direitos, tem dinheiro de pagar empregada para cuidar do lar.

Onde estava a mãe destes meninos?

Provavelmente numa exaustiva jornada de 9 horas de trabalho, com 2 horas para ir e 2 para voltar, em ônibus lotados, atrasados no itinerário, com homens se esfregando, pessoas se acotovelando, pisões nos pés cansados... Estava chegando em casa, provavelmente e entrando em crise de choro observando a bagunça, desordem na pia, sabendo que se não enfrentar a cozinha, no dia seguinte não tem marmitta e ainda tem a roupa para lavar e estender....Vê o filho de raspão, não tem tempo de dar afeto e nem de formar vínculo.

O pai do menino?

Não sabemos, ele nem apareceu no noticiário, só a mãe mesmo.

A responsabilidade pelas nossas crianças e adolescentes é do ESTADO e do CAPITAL, afinal cada dia mais eles formam nossas crianças para tornarem-se adultos que sirvam ao capital, que mantenham as riquezas dos burgueses em lucro ativo, enquanto isso destrói a família, desorganiza a família do proletariado, parece estar entre os méritos da vida adulta produtiva tem vencido a fase da infância e da adolescência, conseguir chegar vivo a fase adulto, mesmo que completamente desequilibrado emocionalmente. alias a fragilidade emocional é bem vinda, pessoas desequilibradas são mais fáceis de serem manipuladas.

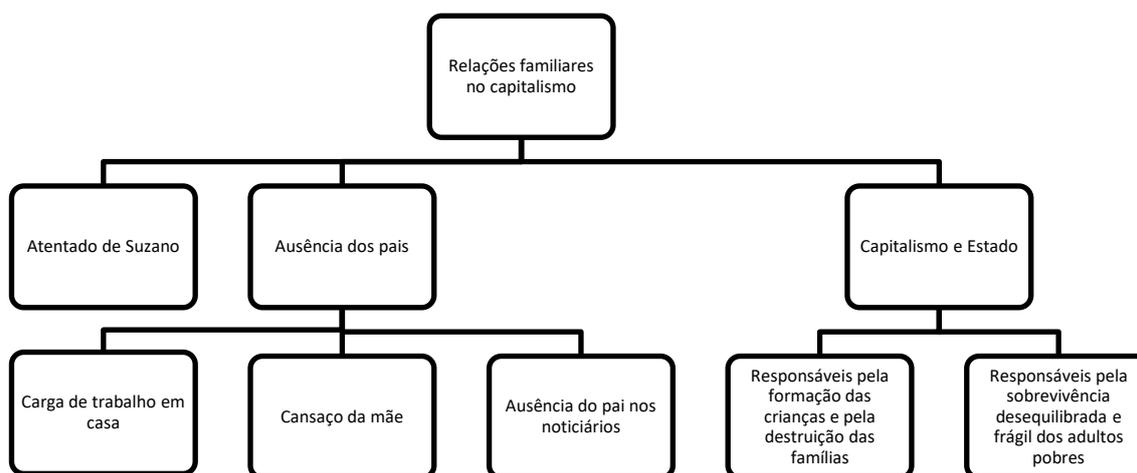
 144 14 comentários 9 compartilhamentos

Tabela 10: Quadro tópico da postagem de 15/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia – Original*

Data da postagem: 15/03/2019		
Supertópico: Relações familiares no capitalismo		
Linhas	Tópico	Subtópicos
1	Atentado de Suzano	Carga de trabalho fora de casa
		Carga de trabalho em casa
		Cansaço da mãe
		Ausência do pai nos noticiários
12-19	Capitalismo e Estado	Responsáveis pela formação das crianças e pela destruição das famílias

		Responsáveis pela sobrevivência desequilibrada e frágil dos adultos pobres
--	--	--

Quadro 7: Quadro tópico da postagem de 15/03/2019 da página *Feminismo sem Demagogia - Original*



Esse é outro exemplo de texto altamente argumentativo que tem como tópico inicial um fato ocorrido em 2019, o atentado em uma escola em Suzano. Esse fato desencadeia uma reflexão sobre a ausência dos pais de quem realizou o atentado e a argumentação aparece nos subtópicos quando surgem algumas consequências da interferência do capitalismo na estrutura familiar, tais quais “carga de trabalho em casa”, “cansaço da mãe” e “ausência do pai nos noticiários”. Esses subtópicos indicam que o capitalismo intensifica a sobrecarga de responsabilidades na mulher e que ela não consegue dar conta de tudo. O terceiro e último tópico aborda a influência do capitalismo e do Estado e os subtópicos indicam que esses acabam sendo responsáveis pela formação das crianças e pela destruição da família, assim como também é responsável pela sobrevivência frágil e desequilibrada dos adultos pobres, gerando consequências, por exemplo, como do atentado de Suzano.

A partir da análise desses supertópicos e desse quadro tópico, percebe-se que a página segue os preceitos da vertente feminismo marxista ao ver classe social, gênero, raça/etnia e como elementos coextensivos, imbricados e consubstanciais (FALQUET, 2008), que, por meio da exploração, sustentam a manutenção do sistema capitalista. Também é perceptível, a partir dessas análises, que a perspectiva do feminismo marxista

não anula as chamadas “lutas específicas”, já que não é defendida a neutralização ou anulação das diferenças, porém busca-se a conversão do movimento feminista para os aspectos político-sociais (SAFIOTTI, 1976). Ademais, é possível perceber que o ator social político *Feminismo sem Demagogia – Original* promove, a partir da mobilização dos atores e das ideias-força, uma luta não apenas contrária ao sistema capitalista, contudo ao conservadorismo (SOUZA-LOBO, 2011), porque traz temas – principalmente a respeito do corpo das mulheres, que contra-argumentam ideias conservadoras a respeito disso.

4.3 Algumas conclusões

A partir das análises deste capítulo, podemos chegar a mais algumas considerações. Nesse caminho de análise, foi relevante associar os discursos produzidos aos atores sociais responsáveis, pois a produção discursiva constitui uma forma de ocupar posições sociais (HANKS, 2008) e, em nosso estudo, percebemos que essas posições são muito aproveitadas pelo ator social político *Feminismo sem Demagogia – Original* (guiado pelo eixo feminista marxista) para mostrar a diversidade de ideias-força defendidas por ela e, assim, construir uma *self-fulfilling prophecy* mais coletiva e polifônica.

Essa diversidade de ideias-força é essencial no campo político, especialmente quando observamos a atuação de um movimento social com pautas tão diversas como o feminismo marxista, que trabalha as questões imbricando gênero, classe social e raça/etnia. Esse processo de imbricamento de pautas dá mais potência às ideias-força, aumentando seu poder de mobilizar ou desmobilizar, de impor uma crença ou de retirá-la (BOURDIEU, 1989), já que a força das ideias é medida não pelo valor da verdade, como no campo científico, mas sim pela força do grupo que as reconhece (BOURDIEU, 1989). O processo de diversificação de projetos temáticos e de perspectivas – juntamente com o alto compartilhamento das postagens (como visto no capítulo 1) – demonstram uma grande mobilização e acúmulo de capital social (BOURDIEU, 1983) dos atores envolvidos.

As ideias-força presentes nos textos da *Feminismo sem Demagogia – Original* também nos mostram mais claramente como a fala é uma modalidade de ação (HANKS,

IDE & KATAGIRE, 2009) e como o texto pode ser visto como um lugar, por excelência, de realização conjunta de ações linguística e sociais sociocognitivamente motivadas; pois vimos que, nessas postagens, escrever, postar (agir) estão imbrincados. Outrossim, também é perceptível como as ideias-força não são apenas combates por ideias, mas sim por poderes (BOURDIEU, 2011). Dessa forma, fica nítida a percepção de que o poder de ser porta-voz é muito importante para o ator social político *Feminismo sem Demagogia – Original* dentro do campo político.

Assim, podemos perceber que, nesse caso, tanto o poder de voz quanto o de ação (que estão interligados) são vistos como *illusio* (BOURDIEU, 1989), ou seja, são tidos como poderes incentivados, por meio na naturalização do seu valor como capital específico do campo político. Ademais, é importante ressaltar que, por as ideias-força colocadas em ação pelo porta voz serem ainda temas – de certa forma – tabus tanto na sociedade em geral quanto na política, percebe-se que a página *Feminismo sem Demagogia - Original* pode ser vista como um ator social político profano dentro do campo político (BOURDIEU, 2011); ou seja, alguns assuntos abordados (como aspectos do corpo da mulher), mesmo que mais popularizados, ainda sofrem censura em diversos campos, inclusive no campo político.

A respeito da multiplicidade de atores sociais, é mister entender que a horizontalidade na organização das redes sociais (MARTINO, 2015) pode possibilitar que diversos grupos e indivíduos tenham voz para expressarem suas opiniões, sejam elas políticas ou não, sem terem que enfrentar rígidas hierarquizações na efetivação do discurso. Assim, é maior a possibilidade de visibilidade pública a uma determinada discussão e isso aumenta a chance de exposição e, conseqüentemente, de discussão de temas importantes para a esfera pública (HABERMAS, 2014 [1962]). Também é interessante ver como essa organização das redes sociais possibilita a abordagem de temas que, geralmente, poderiam ser censurados ou limitados em outros meio de comunicação e em outros campos, por exemplo, por causa do interesse financeiro do ibope, importante para o campo jornalístico.

Além disso, sabemos (como explanado nos capítulo 1 e 2) que as redes sociais são um *locus* para que o *habitus* (sistema internalizado de ações que orientam os agentes em suas atitudes dentro dos campos) apareça. Porém, é interessante perceber que esse *habitus* do campo político não necessita ter uma preparação especial, que

envolve a aquisição de saberes específicos e de retórica política (BOURDIEU, 2011). O *habitus* político, em muitos dos casos, é menos especializado justamente para que se dê mais voz aos chamados profanos (BOURDIEU, 1989), ou seja, aos que não têm o conhecimento técnico, teórico e aprofundado do campo político, mas que conseguem tecer considerações acerca dele. Assim, percebe-se que, nessas postagens, há indicação de que a cultura propriamente política apresenta-se, de certa forma, não tão inacessível à maioria das pessoas, até porque sua linguagem, em muitos casos aqui apresentados, não foi obscurecida pelas complexas relações sociais do campo político, as quais geralmente são exprimidas também por meio de uma linguagem complexa (BOURDIEU, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho foi guiado pela tese que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* é um importante ator social político no interior da rede social *Facebook* e que seu poder advém do fato de levar a cabo discussões públicas que dão, a nosso ver, base à esfera pública constituída nas e pelas redes sociais. Por isso, esse ator social político está dentro de um campo político que atua em defesa dos ideais do eixo feminista marxista. Dessa maneira, há um diálogo entre redes sociais, campo político e feminismo marxista. Para sintetizarmos nossas conclusões e considerações finais mais gerais as quais chegamos com base nas análises guiadas por essa tese, é importante relacionarmos alguns pontos importantes, anteriormente discutidos no trabalho, a algumas observações gerais.

Em nosso primeiro capítulo, apresentamos os conceitos de redes sociais, atores sociais e esfera pública. Também apresentamos a página *Feminismo sem Demagogia – Original* bem como sua importância como ator social político dentro da rede social *Facebook* por trazer à tona discussões públicas que, em nossa perspectiva, dão base à esfera pública, constituída nas e pelas redes sociais. A exposição realizada possibilitou a aproximação desses conceitos com o conceito de campo social de Bourdieu, visto que esse ator social político está dentro de um campo político que atua em defesa de uma perspectiva: o feminismo. Por isso, no capítulo dois, exploramos mais as concepções de Bourdieu, com auxílio de outros atores que interpretaram e complementaram suas teorias, como Lahire (2002), Wacquant (2007), Hanks (2008), Arribas (2008), Catani (2011). Ademais, discorremos sobre o movimento feminista a fim de apresentá-lo como pertencente ao campo político por meio da apresentação do seu percurso no Ocidente e, principalmente, no Brasil. Por fim, explanamos a vertente feminista a que a página *Feminismo sem Demagogia – Original* pertence: o feminismo marxista. Esse capítulo foi importante para situar ainda melhor o nosso objeto de estudo – a página *Feminismo sem Demagogia – Original* – como um ator social político dentro do campo político e que atua nas redes sociais em defesa das pautas de um eixo político, o feminista marxista.

No terceiro capítulo, apresentamos o recorte metodológico junto à conceituação do dispositivo analítico utilizado como categoria de análise do *corpus*: o tópico

discursivo. Por fim, explicamos mais profundamente sobre a constituição do *corpus* e sobre as justificativas para a escolha das amostras. As apresentações, nesse capítulo, foram importantes para que pudéssemos entender melhor as análises feitas no capítulo seguinte, no qual foram unidos, de maneira mais completa, os conceitos vistos até o momento. No capítulo quatro, realizamos as análises do nosso *corpus*, traçando relações entre o nosso dispositivo analítico com os conceitos já vistos. Foram utilizadas algumas ferramentas do conceito de campo social (tais quais – por exemplo – *habitus*, eixos, agentes e seus posicionamentos no campo e ideias-força) para traçar análises, juntamente com os conceitos de esfera pública, redes sociais, atores sociais e feminismo marxista. Para isso, primeiramente discorremos sobre os atores sociais mobilizados pela página *Feminismo sem Demagogia – Original* e, posteriormente, sobre os tópicos (supertópicos e quadros tópicos) das postagens.

Todo esse caminhar foi importante para confirmarmos as nossas hipóteses, já que, a partir de nossas análises, é possível afirmar que:

- (i) A análise da mobilização dos atores sociais nas postagens da página auxiliou na verificação do pertencimento dessa ao campo político;
- (ii) A análise dos supertópicos e dos quadros tópicos trouxe uma visão mais clara de como as temáticas do campo político estão fortemente presentes na página *Feminismo sem Demagogia – Original*;
- (iii) Por conta da maior horizontalidade presente nas relações das redes sociais, as temáticas que surgiram, tanto nos supertópicos quanto nas menores unidades dos quadros tópicos, estão relacionadas a diversos assuntos, inclusive àqueles de maior complexidade e com maior teor censurável em outras mídias, como presente no quadro tópico da postagem do dia 28/03/2019. Esse apresenta várias informações e argumentações sobre o corpo da mulher, aproximando-se do lema feminista “o pessoal é político”.

Além dessas confirmações, também assumimos que esse importante ator social político (página *Feminismo sem Demagogia – Original*) está dentro do campo político, pois, nesse *locus*, há:

- (i) Diferentes tomadas de posições dos atores sociais dentro do campo, que são o norte para entendermos o discurso e as ações de cada ator dentro do campo político;

- (ii) Ideias-força defendidas com base no postulado de que a fala é uma modalidade de ação (HANKS, IDE & KATAGIRE, 2009) que expressa não só combate por ideias, mas também combate por poderes (BOURDIEU, 2011);
- (iii) Construção de uma *self-fulfilling prophecy* coletiva e polifônica, uma vez que o poder de voz e o poder de ser porta-voz é muito importante, podendo ser considerado um dos *illusio* para esse segmento do campo político;
- (iv) Grande mobilização e acúmulo de capital social (BOURDIEU, 1983) dos atores envolvidos;
- (v) A presença de um *habitus* político específico, o qual é menos especializado justamente para que se dê mais voz aos chamados profanos (BOURDIEU, 1989).
- (vi) Acúmulo de capital político por meio do tempo livre dedicado à atuação na página e, que, diferentemente do proposto por Bourdieu (2011), não precisa estar vinculado ao excedente econômico, uma vez que a possibilidade de compartilhar textos de outros atores sociais auxilia na redução de tempo que deve ser dedicado a essa atividade.

De forma mais específica, a página *Feminismo sem Demagogia – Original* está dentro do campo político que atua em defesa dos ideais do eixo feminista marxista; posto que, por meio das análises e dos tópicos discursivos, foi possível a compreensão de alguns dos princípios de classificação que regem as práticas discursivas da página. Assim, há a confirmação de que esse ator social político luta pelo poder de que o mundo social seja visto a partir da relação entre a luta das mulheres e a luta de classes. Essa é uma disputa intelectual ao mesmo tempo que é uma ação política, visto que as lutas de classe são lutas de classificação (BOURDIEU, 2011). Por isso, como visto nas análises, há um forte trabalho com o imbrincamento entre gênero, classe social e raça/etnia (SAFFIOTI, 1976). Ainda sobre a análise dos tópicos discursivos, houve uma reiteração de alguns tópicos, tais quais os relacionados à violência contra a mulher e à saúde das mulheres. Essa reiteração só foi possível graças ao uso das redes sociais para popularizar algumas ideias-força que fortalecem movimentos sociais, nesse caso o feminismo marxista, dentro do campo político. Assim, há uma difusão maior das causas feministas, potencializando a fase que Alvarez (2014) chamou de “descentramento” e

pluralização dos feminismos e do “mainstreaming” (fluxo ou transversalidade vertical), que está ocorrendo desde 1990.

Dentro desse campo político com base no eixo do feminismo marxista, as discussões públicas da página se mostram muito importantes por demonstrarem o mecanismo de contrapoder (CASTELLS, 2013) posto em ação, ao desafiarem o poder embutido na sociedade capitalista-patriarcal com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Ou seja, há a expressão de uma luta entre dominantes e dominados dentro do campo político (BOURDIEU, 1989). A respeito desse embate, é mister a horizontalidade e a flexibilidade na organização das redes sociais (MARTINO, 2015), a qual pode possibilitar – de forma menos hierárquica - que diversos grupos e indivíduos tenham voz para expressarem suas opiniões. Juntamente a isso, a persistência, a replicabilidade e a buscabilidade (BOYD, 2007, p.126 *apud* RECUERO, 2014, p.116) - características de redes sociais como o *Facebook* – ajudam na repercussão e na visibilidade pública de uma determinada discussão, aumentando a chance de exposição e, conseqüentemente, de discussão de temas importantes para a esfera pública (HABERMAS, 2014 [1962]).

Sobre a flexibilidade das redes sociais, também é importante ressaltar que ela, além de mostrar que os vínculos criados são menos rígidos e tendem “a ser mais fluidos, rápidos, estabelecidos conforme a necessidade em um momento e desmanchados no instante seguinte” (MARTINO, 2015, p.56), também mostra que as redes sociais podem mudar de tamanho dependendo da capacidade de ganhar ou perder participantes em sua dinâmica. A página *Feminismo sem Demagogia – Original*, em maio de 2019, tinha 1.075.624 curtidas e 1.062.983 pessoas que a seguiam. Em abril de 2020, ela tinha 1.068.696 pessoas que a curtem e 1.057.097 pessoas que a seguem. Esses dados mostram que há certa perda de participantes na dinâmica, porém essa não é muito significativa se for avaliado o total de curtidas e de seguidores. Assim, esse ator social político permanece com a sua rede de vínculos mais estável, além de - como analisado no capítulo 1 – apresentar grande quantidade de ações de compartilhamento de suas postagens. Dessa maneira, é possível afirmar que a página *Feminismo sem Demagogia – Original*, a partir de sua expressiva interação com outros atores sociais do *Facebook*, consegue construir e consolidar capital social dentro da vertente marxista do movimento feminista e para além dela, já que essa página é um tipo de ator social político que busca influir na opinião pública e reverter a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo, de forma a auxiliar na distribuição desse capital para que o campo

político possa ser um pouco mais aberto, com dinâmicas mais ampliadas que possibilitem a legitimação de novos atores sociais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCETTURI, A.C.A. **Atores, temáticas e categorias sociais em gêneros televisivos brasileiros**. 2018. p.174. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ABDALLA, I.C.. **Revistas femininas em foco: análise textual-discursiva das matérias de “Cláudia” e “Malu”**. 2017. p.43. Monografia (Licenciatura em Letras). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ALBU, D. **Ciberfeminismo é o “novo feminismo” no Brasil?**. Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS). 8 de março de 2017. Disponível em: <<https://feed.itsrio.org/ciberfeminismo-é-o-novo-feminismo-no-brasil-3a6aaca7cf66>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____, D. **Ciberfeminismo no Brasil**: Construindo identidades dentro dos limites da rede. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 1-14.

ALMEIDA, S.R.G. Gênero, identidade e diferença. **Revista Aletria**. Minas Gerais, v.9, p. 90-97, 2002.

ALVAREZ, S.E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **cadernos pagu**, Campinas, n.24, p.13-56, 2014.

ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANTUNES, B. **Espelhos deformantes**: mulheres, representações e identidade no discurso de Marie Claire e Malu. 2008. 347 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs.) **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA: Brasília; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BAPTISTA, I.C.Q.; ABREU, K. C. K. História das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. **Revista Científica Plural**, Tubarão, ed. 4, Julho de 2010.

BENTES, A.C.; MARIANO, R. D.; ACCENTTURI, A. C. A. “Eu quero muito trabalhar um tema”: estratégias argumentativas no programa televisivo Conexões Urbanas. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p.110-123, 2017.

BENTES, A.C.; RIO, Vivian Cristina. "Razão e rima": reflexões em torno da organização de um rap paulista". **Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)**, Campinas, v. 48, p. 115-124, 2006.

BENTES, A.C.; REZENDE, R.C., “Linguística Textual e Sociolinguística”. In.: SOUZA, E.R.F., PENHAVEL, E.; CINTRA, M.R. (orgs). **Linguística Textual**: interfaces e delimitações. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo vol. I.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- _____, S. **O Segundo Sexo vol. II.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, p. 193-216, jan. 2011.
- _____, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** . 9. ed. Campinas SP: Papyrus, 2008b.
- _____, P. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____, P. The Forms of Capital. In: J.G. RICHARDSON, **Handbook of theory and Research for Sociology of Education.** Westport, Greenwood Press: 1983, p. 241-258.
- BRAGANHOLO, M. **Blogs jornalísticos em foco: processos de legitimação e oficialização.** 2011. p.139. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- BUITONI, D. S. Revistas femininas: ainda somos as mesmas, como nossas mães. **Revista Comunicare – Dossiê Feminismo**, v. 14, n. 1, setembro de 2014.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- CÂMARA, M.T.P. O ativismo inserido no ciberespaço: uma análise da página “Feminismo sem demagogia – Original”. **International Journal of Marketing, Communication na New Media**, special number 1, p.62-78, 2016.
- CARVALHO, B.B; CARVALHO, L.M. **Agendamento na cobertura de um estupro coletivo: o acontecimento em páginas feministas no Facebook.** Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Cascavel, p.1-15, 2018.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- CHAPERON, S. Auê sobre O Segundo Sexo. **cadernos pagu**, Campinas, v.12, p.37-53, 1999.
- CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** 2013. p.407. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CORTEZ, M.B; SOUZA, L. “Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.24, n. 2, p. 171-180, 2008.

COUTINHO, C. p.; BOTTENTUIT JUNIOR, J.B. Blog e wiki: os futuros professores e as ferramentas da web 2.0. In: Simpósio Internacional de Informática Educativa – SIIE’2007, 9, 2007, Porto, Portugal. Actas...2007. Porto, 2007, p. 199-204. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7358/1/Com%20SIIE.pdf>. Acesso em 15 abr. 2019.

CYFER, I. Afinal, O Que É Uma Mulher? Simone De Beauvoir E “A Questão Do Sujeito” Na Teoria Crítica Feminista. **Lua Nova**, São Paulo, v. 94, p. 41-77, 2015.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____, A. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Gelédes – Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopiaangela-davis/>. Acesso em 20 abr. 2019.

DUARTE, A.R.F. **Betty Friedan**: morre a feminista que estremeceu a América. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n.1, 287-296, jan.-abr. 2006.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, Londrina, v. 13, n.1-2, p. 121-142, 2008.

FÁVERO, L.L. “O tópico discursivo”. In: PRETI, D. **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

FERREIRA, B.C. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos pagu**, Campinas, n.44, p.199-228, 2015.

FERREIRA, G. M. "Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico". *Pauta Geral, Revista de Jornalismo*, Salvador, nº 4, nov2002.

FERREIRA-SILVA, B. **Metadiscursividade em entrevistas**: a inscrição de Mano Brown no campo jornalístico. 2015. p. 278. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FONER, Philip S. (org). **Clara Zetkin, Selected Writing** Londres: International Publishers, 1984.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRIEDAN, B. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitadas, 1971.

GONZAGA, J.A. **Novo feminismo**: acontecimento e insurreição de saberes nas mídias digitais. 2018. p.395. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editor UNESP, 2014 [1962].

HANKS, W.F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado (orgs). São Paulo: Cortez, 2008.

HANKS, W.F. **Linguagem and Communicative Practices**. Colorado: Westview Press, 1995.

HERBELE, V. M. Análise crítica do discurso e estudos de gênero: subsídios para a leitura e interpretação de textos. In: FORTKAMP, M.; TOMICHT, L. (Org.) **Aspectos da Linguística Aplicada: estudos em homenagem ao Prof. Hilário Bohn**. Florianópolis: Insular, 2000. p. 289-316.

_____. Revistas para Mulheres no Século XXI: ainda uma prática discursiva de consolidação ou renovação de ideias? **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 85-112, 2004.

HOOKS, B. **Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018 [2000].

JUBRAN, C.C.A.S. *et al.* “Organização tópica da conversação”. In: ILARI, R. (org.). **Gramática do português falado**. V.II. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 341-377.

JUBRAN, C.C.A.S Revisitando a noção de tópico. **Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)**, Campinas, v. 48, p. 33-41, 2006.

KARDOZO, F. C. M. **Confissões no Facebook**: educação e subjetivação nas redes sociais. 2013. p.146. – Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2013.

KOCH, I. G. V. **Inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2011 [2002].

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LANGNER, A.; ZULIANI, C.; MENDONÇA, F. **O movimento feminista e o ativismo digital**: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas *online*. V Congresso Iberoamericano de Investigadores e Docentes de Direito e Informática. Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, Rio Grande do Sul, p. 1-14, 2015.

LEMO, K. **O movimento feminista e suas vertentes**. Medium. 30 de março de 2016. Disponível em: < <https://medium.com/@kamyllalemos/o-movimento-feminista-e-suas-vertentes-3492875e162a>>. Acesso em: 22 jun. 2018

LUCENA, L.M. “**Lugar de mulher é na cozinha? Segura rapidinho meu prêmio Nobel de física pra eu lavar a louça**”: a ação política da ironia em páginas feministas do Facebook. 2016. p.116. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídio de mulheres no Brasil, p.30. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 13 mai. 2019.

MARCUSCHI, L.A. “Gêneros textuais: difinição e funcionalidade”. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015

MOITA LOPES, L.P. “Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero”. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n.42, v.2, p. 393-417, 2010.

MIGUEL, B.; BOIX, M. “Os gêneros da rede: os ciberfeminismos”. In: NATANSOHN, G. **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La crujía, 2013 (E-Book).

MIGUEL, L.F. “O feminismo e a política”. In: MIGUEL, L.F; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trindad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.21, p.41-65 2004.

PAULA, B. L. S.; FERREIRA, E. H. C. Habermas e Bourdieu: a esfera pública como campo de lutas. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 9, n.2 , p. 133 - 140, dez. 2011.

PINHEIRO, C.L. “O tópico discursivo como categoria analítica textual-interativa”. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.48, p. 43-51, 2006.

PINTO, C.R.J. **Uma história do feminismo no Brasil** (Coleção História do Povo Brasileiro). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRIMO, A. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. E-Compós, Brasília, v.9, p. 1-21, ago. 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/153/154>. Acesso em 10 abr. 2019.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Revista Verso e Reverso** (Online), São Leopoldo, v.28, n. 68, p.114-124, maio-agosto 2014.

_____, R. “Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão”. In: SOSTER, D. A.; FIRMINO, F.. (Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, p. 1-269.

_____, R. **Redes sociais na internet** (Coleção Cibercultura). Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____, R. **Contribuições da Análise de Redes Sociais para o Estudo das Redes Sociais na Internet: O caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalabocaDilma.** - Revista Fronteiras (Online), v. 16, p. 60-77, 2014.

REZENDE, R.C. O tópico discursivo em questão: considerações teóricas e análise de uma narrativa Literária. **Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)**, Campinas, v. 48, p. 71-84, 2006.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**, v. 13, n.24, p.99-104, 2016.

ROESLER, R. **Web 2.0, Interações Sociais e Construção do Conhecimento.** VII SIMPED – Simpósio Pedagógico e Pesquisas em Educação, 2012.

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOUZA-LOBO, E. **A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Perseu Abramo. Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

SPYER, J. **Social Media in Emergent Brazil.** Londres: UCL Press, 2017.

TELES, M.A.A. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VIZER, E. (Org.). “A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social”. In: **Lo que Mcluhan no previó.** 1ed. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223.

ZIBEL, I. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate.** 2007. p.212. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.